



RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2019

ARACAJU/SE, ABRIL DE 2020

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATÓES

AGU – Advocacia Geral da União

AUDINT - Unidade de Auditoria Interna

BSC – Balanced Score Card

CD – Colégio de Dirigentes

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CGPA – Coordenação Geral de Protocolo e Arquivos

CGIRC – Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles

CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação

CGTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

CGU – Controladoria Geral da União

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica Tecnológica Educação Profissional, Científica e Tecnológica

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPAD – Comissão de Processos Administrativos Disciplinares

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CplanTI – Comitê de Planejamento de TIC

CS – Conselho Superior

CIS – Comissão Interna de Supervisão

CTI – Coordenações de Tecnologia da Informação

DEAD – Diretoria de Educação à Distância

DELÇ – Departamento de Licitações e Contratos

DGB – Diretoria Geral de Bibliotecas

DIAE – Diretoria de Assistência Estudantil

DIPOP – Diretoria de Planejamento Obras e Projetos

DN – Decisão Normativa

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

EAC – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes

EAD – Educação a distância

EDIFS – Editora do IFS

EGD – Estratégia de Governança Digital

EGTI – Estratégias do SIS: Geral de Tecnologia da Informação

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública

e-OUV – módulo de ouvidoria

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

GCA – Gasto Corrente por Aluno

GCI – Gastos com Investimentos

GCP – Gastos com Pessoal

GEPLANES – Gestão do Planejamento Estratégico

GOC - Gastos com Outros Custeios

IFS – Instituto Federal de Sergipe

IN – Instrução normativa

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MPF – Ministério Público Federal

NBC-T – Normas Brasileiras de Contabilidade

PCTIC - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PGTIC - Política de Governança de TIC/IFS

PIBEX – Programa Institucional de Bolsas de Extensão

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PPA – Plano Plurianual

PRAAE – Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPEX – Pró-Reitoria de Extensão

RDA – Relação de Alunos por Docente

RDE – Relatório de Demandas Externas

RAE – Reunião de Análise Estratégica

RCM – Relação Concluintes / Aluno Matriculado

RCV – Relação Candidato / Vaga

RFE – Índice de Retenção do Fluxo Escolar

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RIM – Relação Ingresso / Matrículas Atendidas

RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências

SECEX-SE – Secretaria de Controle Externo de Sergipe

SETEC – Secretaria de Educação Tecnológica

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

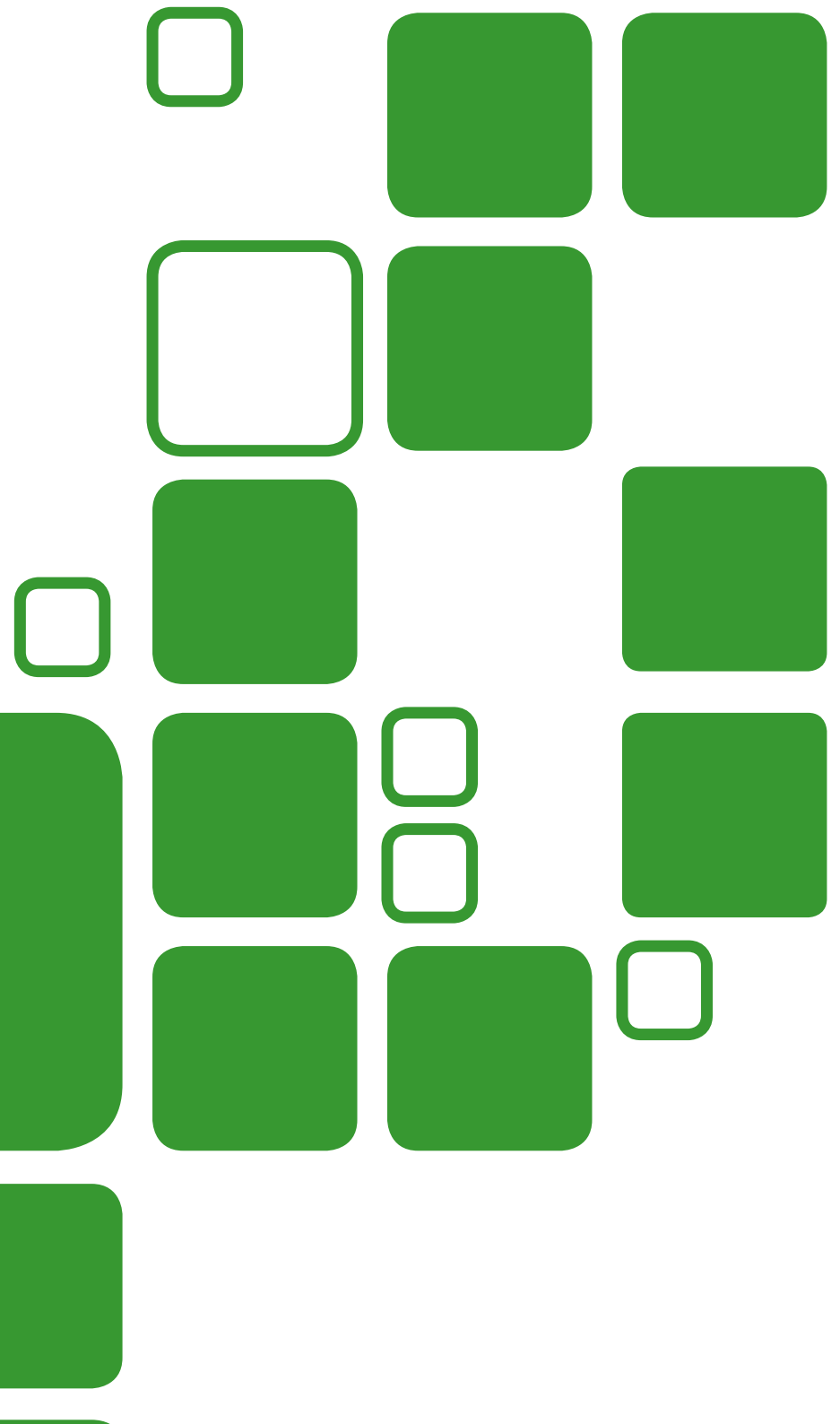
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF - Sistemade Cadastramento Unificado de Fornecedores

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SIG – Sistema de Informação Gerencial

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas (Técnica e Gestão)
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISP – Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUnet – Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP – Sistema de Registro de Preços
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da informação
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG – Unidade Gestora
UPC – Unidade Prestadora de Contas



LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Figura 01 – Missão, Visão e Valores

Figura 02 – Organograma do IFS

Figura 03 – Sistema de Governança Corporativa do IFS, 2019

Figura 04 – Cadeia de Valor Integrada do IFS

Figura 05 – Produtos e serviços ofertados

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Figura 01 – Relacionamento entre o PPA 2015-2019 e o Planejamento Estratégico

Figura 02 – Mapa Estratégico

Figura 03 – Principais Instâncias de Governança do IFS

Figura 04 – Instância em Nível Gestão

Figura 05 – Instancias de Governança Interna de Apoio

Gráfico 01 – Dotação por ação

Gráfico 02, 03, 04 – Ação assistência

Gráfico 05, 06, 07 – Ação capacitação

Gráficos 08, 09, 10 – Ação Funcionamento

Gráficos 11, 12, 13 – Ação Funcionamento (Reestruturação e modernização)

Gráfico 14 – Desempenho dos seus professores

Gráfico 15 – Desempenho dos cursos

Tabela 01 – Perfil de Governança e Gestão Públicas

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Figura 01 – Elementos da Gestão de Riscos e Controles Internos

Figura 02 – Gestão de riscos Aplicadas a Programas e Processos

Gráfico 01 – Medidas de Tratamento da Integridade

Gráfico 02 – Levantamento de Riscos ambientais

Tabela 01 – Desafios futuros para o risco e controles internos

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Figura 01 e 02 – Perspectiva Resultados á sociedade

Figura 03 – Perspectiva Processos

Figura 04 – Perspectiva Pessoas Crescimento e Inovação

Figura 05 – Perspectiva Orçamentária

Figura 06 – Sistema de Governança de TI - SGTIC / IFS

Figura 07 – Sustentabilidade Ambiental

Gráfico 1 – Quadro de Servidores do IFS

Gráfico 2 – Servidores por Sexo

Gráfico 3 – Servidores por situação funcional

Gráfico 4 – Quantitativo dos Servidores (Últimos 5 anos)

Gráfico 5 – Servidores por Faixa Etária

Gráfico 6 – Força de Trabalho por Unidade do IFS

Gráfico 7 – Gastos com Pessoal

Gráfico 8 – Benefícios para fins de qualificação

Gráfico 9 – Cargos Gerenciais

Gráfico 10 – Contratações mais relevantes

Gráfico 11 – PDTIC - Alcance de Metas Institucionais (AMI)

Gráfico 12 – Montante de Recursos (R\$) Aplicados em TI – 2019

Gráfico 13 – Gastos de TI por Cadeia de Valor

Gráfico 14 – Gastos de TI por Natureza de Despesa

Quadro 01 – Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Quadro 02 – Principais investimentos de capital

Quadro 03 – Investimentos por Unidade do IFS

Quadro 04 – Principais investimentos de capital

Tabela 01 – Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e

Estruturas Organizacionais do IFS

Tabela 02 – Relatório de Desempenho DTI (PAT 2019)

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição (R\$)

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição (R\$)

Tabela 05 – Intangível – Composição (R\$)

Tabela 06 – Circulante

Tabela 07 – Fornecedores e Contas a Pagar por Unidade Gestora Contratante (R\$)

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

Tabela 09 – Obrigações Contratuais – Composição (R\$)

Tabela 10– Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R\$)

Tabela 12 – Receitas e Despesas por Categoria econômica (R\$)

Tabela 13 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada (R\$)

Tabela 14 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Categorias Econômicas (R\$)

Tabela 15 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Composição (R\$)

Tabela 16 – Despesas Fixas e Empenhadas por Grupo – Composição (R\$)

Tabela 17 – Outras Despesas Correntes Empenhadas – Composição (R\$)

Tabela 18 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos (R\$)

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos: Origem do Orçamento Executado

Tabela 20 – Execução de RPNP – Por Categoria Econômica (R\$)

Tabela 21 – Exceções à vigência de restos a pagar não processados – Dec.93.872/86

Tabela 22 – Cancelamentos de RPNP a partir de 2016 (R\$)

Tabela 23 – Total dos Ingressos (R\$)

Tabela 24 – Total dos Dispendios (R\$)

Tabela 25 – Resultado Financeiro – Metodologia 1 (R\$)

Tabela 26 – Resultado Financeiro – Metodologia 2 (R\$)

Tabela 27 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas até Setembro/2019 Composição (R\$)

Tabela 28 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final (R\$)

Tabela 29 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Atividades (R\$)

Tabela 30 – Ingressos das Atividades Operacionais – Composição

Tabela 31 – Desembolsos das Atividades Operacionais – Composição

Tabela 32 – Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas – R\$

Tabela 33 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento (R\$)

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Tabela 01 – Número de alunos beneficiados por categoria de auxílio/campus

Tabela 02 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2015-2019)

Tabela A1 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2015-2019)

Gráfico 01 – Execução orçamentária – Gastos realizados pelos campi e Diae

Gráfico 02 – Gasto Corrente por Matrícula (GCM) – R\$ dez/2019 - IFS

Gráfico 03 – Gasto com Pessoal (GCP), Gasto com Outros Custeios (GPC) e Gasto com Investimentos (GCI) - IFS

Gráfico 04 – Evolução da Relação Candidato/Vaga

Gráfico 05 – Relação Ingresso/ Aluno Matriculado

Gráfico 06 – Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM)

Gráfico 07 – Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Gráfico 08 – Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Gráfico 09 – Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAP)

Quadro 01 – Visão gerencial das recomendações do MTCGU

Quadro 02 – Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU

Quadro 03 – Acórdãos com providências informadas no Relatório de Gestão Anual

Quadro 04 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5

Quadro 05 – TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6

Quadro 06 – 024.329/2015-0 – Acórdão 1006/2016 - Plenário – Item 9.3

Quadro 07 – TC 032.863/2012-8 – Acórdão 1003/2017 - Plenário – Item 9.7

Quadro 08 – TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.1

Quadro 09 – TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.2

Quadro 10 – TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.2

Quadro 11 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.1

Quadro 12 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.2

Quadro 13 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.2

Quadro 14 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.3

Quadro 15 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.4

Quadro 16 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.5

Quadro 17 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.6

Quadro 18 – TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.7

Quadro 19 – PC 025.775/2016-2– Acórdão 5923/2019 – 2ª Câmara– Item 1.7.1

Quadro A1 – Descrição das variáveis utilizadas no cálculo dos indicadores

Quadro A2 – Estrutura dos Indicadores

Figura 01 – Valores apresentados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2020)

SUMÁRIO

MENSAGEM DA REITORA DO IFS.....10

Mensagem da Reitora do IFS, Ruth Sales.....11

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....13

| | |
|---|----|
| 1. Identidade do IFS..... | 14 |
| 2. Estrutura Organizacional do IFS..... | 15 |
| 3. Sistema de Governança Corporativa..... | 16 |
| 4. Modelo de Negócios..... | 17 |
| 4.1. Produtos e Serviços..... | 17 |
| 5. Ambiente Externo..... | 18 |

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....19

| | |
|--|----|
| 1. Ciclo do Planejamento Estratégico..... | 20 |
| 2. Mapa Estratégico e Iniciativas Estratégicas..... | 21 |
| 3. Monitoramento e Avaliação..... | 21 |
| 4. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão..... | 22 |
| 5. Gestão orçamentária e financeira..... | 22 |
| 6. Principais Instâncias Internas de Governança..... | 24 |
| 7. Colegiados Superiores..... | 25 |
| 8. Colegiado de Assessoramento às Atividades Finalísticas..... | 25 |

| | |
|--|----|
| 8.2. Principais Instâncias Externas de apoio à Governança..... | 24 |
| 9. Atuação da Unidade de Auditoria Interna..... | 25 |
| 10. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos..... | 27 |
| 11. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário..... | 27 |
| 12. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas..... | 27 |
| 13. Resultados dos serviços da LAI e da Ouvidoria..... | 28 |
| 14. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade..... | 28 |
| 15. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários..... | 28 |
| 16. Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações..... | 29 |

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....28

| | |
|---|----|
| 1. Gestão e Controle de Demandas Judiciais..... | 29 |
| 2. Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão..... | 29 |
| 2.1. Elementos do modelo institucional de Gestão Riscos e Controles Internos da Gestão..... | 29 |
| 2.2. Gestão de Riscos e Controles Internos aplicada a Programas e Processos..... | 30 |
| 2.2.1. Programa de Integridade..... | 30 |
| 2.2.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)..... | 30 |
| 2.2.3. Processos de governança e de apoio..... | 30 |

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....32

| | |
|--|----|
| 1. Resultados da Gestão..... | 33 |
| 2. Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos..... | 33 |
| 3. Perspectiva: Resultados à sociedade..... | 34 |
| 4. Perspectiva: Processos..... | 35 |
| 5. Perspectiva: Pessoas, Crescimento e Inovação..... | 35 |
| 6. Perspectiva: Orçamentária..... | 36 |
| 7. Principais Desafios e Incertezas..... | 36 |
| 8. Desafios e incertezas macroprocessos finalísticos..... | 37 |
| 9. Macroprocessos de apoio..... | 37 |
| 10. Gestão de pessoas..... | 38 |
| 10.1. Conformidade Legal..... | 38 |
| 10.2. Avaliação da Força de Trabalho..... | 38 |
| 10.3. Estratégias de Recrutamento e Alocação de Pessoas em 2019..... | 39 |
| 10.4. Detalhamento da Despesa de Pessoal em 2019..... | 40 |
| 10.5. Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia..... | 40 |
| 10.6. Cargos Gerenciais..... | 41 |
| 10.7. Estágio Probatório..... | 41 |
| 10.8. Capacitação: Estratégia..... | 41 |
| 10.9. Principais Desafios e Ações Futuras da Gestão de Pessoas..... | 41 |

| | |
|---|----|
| 11. Gestão de Licitações e Contratos..... | 42 |
| 11.1. Conformidade Legal..... | 42 |
| 11.2. Detalhamento dos gastos contratados por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados..... | 42 |
| 11.3. Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações..... | 42 |
| 11.4. Principais desafios e ações futuras das licitações e dos contratos..... | 42 |
| 12. Gestão patrimonial e infraestrutura..... | 43 |
| 12.1. Principais investimentos de capital..... | 43 |
| 12.2. Investimentos por Unidade do IFS..... | 43 |
| 12.3. Principais desafios e ações futuras..... | 43 |
| 13. Conformidade Legal de TIC do IFS..... | 44 |
| 14. Modelo de governança de TI do IFS..... | 44 |
| 15. Montante de Recursos Aplicados em TI..... | 46 |
| 16. Contratações mais relevantes de recursos de TI..... | 46 |
| 17. Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor..... | 47 |
| 18. Segurança da Informação..... | 48 |
| 19. Principais Desafios..... | 48 |
| 20. Ações Futuras..... | 48 |
| 21. Gestão de Custos..... | 49 |
| 22. Sustentabilidade ambiental..... | 49 |

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....50

| | |
|--|----|
| 1. Setorial de Contabilidade do IFS..... | 51 |
| 2. Declaração do contador..... | 51 |
| 3. Demonstrações contábeis..... | 52 |
| 3.1. Balanço Patrimonial..... | 52 |
| 3.2. Demonstrações de Variações Patrimoniais..... | 52 |
| 3.3. Demonstração do Fluxo de Caixa..... | 52 |
| 3.4. Balanço Orçamentário..... | 53 |
| 3.5. Balanço Financeiro..... | 53 |
| 4. Notas Explicativas à Demonstrações Contábeis..... | 54 |
| 4.1. Estrutura Institucional do IFS..... | 54 |
| 4.2. Base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis..... | 54 |
| 4.3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis..... | 54 |
| 4.3. 1. Consolidação das demonstrações contábeis..... | 54 |
| 4.3.2. Conta Única do Governo Federal..... | 55 |
| 4.3.3. Ajustes de Exercícios Anteriores..... | 55 |
| 4.3.4. Recursos orçamentários x Recursos financeiros..... | 55 |
| 4.3.5. Restos a Pagar..... | 55 |
| 4.4. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na Administração Pública Federal..... | 55 |
| 4.5. Notas explicativas ao balanço patrimonial – BP..... | 58 |

| | |
|--|----|
| 4.6. Notas explicativas à demonstração das variações patrimoniais - DVP..... | 63 |
| 4.7. Notas explicativas ao Balanço Orçamentário – BO..... | 65 |
| 4.8. Notas explicativas ao balanço financeiro - BF..... | 68 |
| 4.9. Notas explicativas à demonstração dos fluxos de caixa – DFC..... | 69 |

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....71

| | |
|---|----|
| 1. Principais ações e políticas na área de Assistência Estudantil..... | 72 |
| 2. Ações da Assistência Estudantil..... | 72 |
| 3. Aspectos Relevantes da DGB..... | 73 |
| 4. Resultados alcançados na área de pesquisa, extensão e inovação..... | 74 |
| 4.1. Eventos de Pesquisa e Extensão..... | 75 |
| 5. Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações..... | 77 |
| 6. Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno..... | 78 |
| 6.1. Visão geral das recomendações do MTCGU..... | 78 |
| 6.2. Forma de acompanhamento das deliberações do MTCGU..... | 78 |
| 7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle..... | 79 |
| 8. Análise dos Indicadores Administrativos..... | 84 |
| 9. Gasto Corrente Por Matrícula (GCM)..... | 85 |
| 10. Gasto Com Pessoal (GCP), Gasto com Outros Custeios (GOC) e Gasto com Investimentos (GCI)..... | 86 |
| 10.1. Gasto Com Pessoal (GCP)..... | 86 |

| | |
|--|-----------|
| 10.2. Gasto com Outros Custeios (GOC)..... | 87 |
| 10.3. Gasto com Investimento (GCI)..... | 87 |
| 11. Considerações Finais..... | 87 |
| 12. Nota Metodológica..... | 88 |
| 13. Referências..... | 88 |
| 14. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho | 89 |
| 15. Análise dos Indicadores de ensino e coleta de dados conforme deliberações do tribunal de contas da união..... | 89 |
| 16. Resultado do indicador de gestão de pessoas do Acórdão TCU no 2.267/2005..... | 95 |
| CRÉDITOS..... | 96 |



MENSAGEM DA REITORA
DO IFS

Mensagem da Reitora do IFS, Ruth Sales

Ao ser nomeada pelo Decreto presidencial de 03 de outubro de 2018, e tendo amplo conhecimento dos desafios que seria liderar as transformações necessárias para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe e diante de um cenário com menos recursos de investimentos e limitados para custear a pesquisa o ensino a extensão e inovação, tornou-se imprescindível buscar formas eficientes e eficazes de gestão para alcançar resultados que permitissem ao IFS o reconhecimento da instituição pública de qualidade requeridas pela sociedade.

Atualmente com um quadro de 1167 servidores, entre docentes e técnicos administrativos para mover a engrenagem que permita o atendimento dos objetivos estratégicos traçados, o IFS é composto por nove *campi*, com previsão de chegar ao décimo *campus* que se dará com a inauguração da unidade em Poço Redondo, o que poderá gerar externalidades positivas para os habitantes daquela localidade, com estratégias de ensino apropriadas, além de projetos de pesquisa e extensão que gerem novas possibilidades para diversas pessoas na cidade e no seu entorno, da mesma forma que tem acontecido nas demais localidades em que o IFS se faz presente.

Capacitações têm sido estimuladas para tornar o corpo funcional sempre atualizado e apto a exercer as suas funções, a exemplo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT e o programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública realizado em parceria com a UFRN. Além disso, foram promovidos treinamentos, alguns deles in company em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), alcançando 142 servidores capacitados.

Ainda neste campo, foram permitidos 38 afastamentos para cursos de mestrado e doutorado, 68 licenças para capacitações, 57 horários especiais para servidores estudantes, 75 incentivos à qualificação, 10 retribuições por titulação e 22 afastamentos do país para aperfeiçoamento de pessoas, tudo com a finalidade de gerar melhor valor público para a sociedade, o que pode ser traduzido em ganhos de eficiência e produtividade a partir da aplicação de novos conhecimentos aos processos internos do IFS.

A Infraestrutura apresentou limitações orçamentárias devido aos percalços orçamentários vigentes, mas ainda assim conseguimos investir mais de R\$ 7.420.781,72 milhões em equipamentos, mobiliários, na construção, reforma e locação de imóveis para o funcionamento das unidades administrativas do IFS na capital e interior do estado. Mesmo diante das dificuldades, realizamos a mudança para a sede definitiva do *Campus* Tobias Barreto.





Na gestão de Tecnologia da Informação, em 2019, no Levantamento de Governança e Gestão Pública, o IFS continua a alcançar lugar de destaque entre todos os institutos da Rede Federal, a partir de índices definidos pelo Tribunal de Contas da União. Foram empenhados investimentos no montante de R\$ 1.072.050,55 e custeadas despesas de mais de R\$ 736.884,73 mil, tendo ocorrido principalmente a renovação de contratos para atualização e evolução dos sistemas integrados de Gestão SIG, ocorrendo algumas melhorias no parque computacional, a exemplo da aquisição de servidores, processadores, computadores e dos serviços de links dedicados de internet, bem como a renovação do serviço de webmail, o que tem possibilitado automatizar operações e melhorar a velocidade da comunicação.

Em 2019, foram celebrados 204 Convênios entre o IFS e empresas para que os estudantes realizassem estágio nas modalidades obrigatória ou não obrigatória, beneficiando 414 estudantes. Por meio de ações de assistência estudantil, 3.818 estudantes que apresentaram situação de vulnerabilidade, receberam recursos para permanência estudantil, como auxílio residência, bolsa trainee, auxílio eventual, refeição, fardamento e material escolar. Ações complementares foram destinadas a quase 800 estudantes, sendo concedidas nos campos das artes, cultura, esporte, monitoria e participação em eventos.

Outra forma de incentivar os estudos é com as bibliotecas do IFS, que estão presentes em todos os *campi* e no centro de pós-graduação, com uma diversidade no acervo bibliográfico de 95.613 exemplares., foram realizados 65.826 empréstimos em 2019, entre outros serviços disponibilizados. Destacam-se as modernas e novas bibliotecas dos *campi* Itabaiana e Estância, o que possibilita mais conforto e comodidade no acesso às instalações.

Na atividade finalística de ensino foram realizadas 05 reformulações de projetos pedagógicos de cursos, visando adequação às novas realidades do ambiente produtivo e acadêmico. Houve ampliação das ofertas de cursos, com novas graduações nos *campi* Aracaju, Lagarto e Propriá, assim como um novo curso técnico entrou em funcionamento no *campus* Estância. Como resultado disso e aliado à melhoria na forma de divulgação do processo seletivo, já se constatou um aumento no número de inscritos em mais de 4.000 pessoas em um comparativo com os processos seletivos dos anos anteriores.

Os resultados alcançados em pesquisa, extensão e inovação superaram as expectativas em diversas vertentes, uma delas trata dos discentes beneficiados através de programas de pesquisa, inovação e com 596 estudantes, o que constata o envolvimento e parcerias realizadas entre o IFS e entidades com e sem fins lucrativos. Foram realizados 216 projetos de pesquisa e inovação tecnológica e 100 projetos de extensão, o que possibilitou envolver 473 estudantes e servidores do IFS. Sobressai aqui o aumento da atuação da editora EDIFS, que publicou 36 livros e 21 revistas científicas, dando publicidade às pesquisas e aos projetos desenvolvidos pela comunidade acadêmica.

Tratativas para o aperfeiçoamento institucional tem ocorrido, a exemplo da criação do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC), que tem possibilitado uma ampla discussão acerca da governança institucional voltada para processos decisórios, estabelecendo mecanismos de controles visando minimizar potenciais riscos nas atividades.

Em 2019, com relação às metas previstas, foi alcançado um percentual de 78,66% de cumprimento dos objetivos estratégicos planejados, destacando-se que 983% de recursos orçamentários foram executados, o que tem permitido cumprir a missão institucional do IFS, a partir do trabalho em conjunto conduzido por servidores de diversos ambientes de trabalho, agindo de forma sistêmica na Reitoria com os *campi*.

Por fim é necessário mencionar que fechamos em 2019 o ciclo do nosso PDI 2014-2019 e que construímos nosso novo PDI 2020-2024 com bases bem mais sustentáveis e realistas de acordo com nossa missão, visão e objetivos estratégicos da instituição e embasadas em uma governança mais eficaz.

Diante da contextualização apresentada e considerando a apreciação do Relatório pelo Conselho Superior do IFS e de sua integridade através do alcance das diretrizes fundamentais por parte das áreas funcionais na elaboração conjunta da prestação de contas a partir da Portaria nº 3797/2019/IFS e DN 178/19/TCU, bem como a composição de comitês em instâncias internas, declaramos que estamos evoluindo no que tange a estratégia, governança e dos resultados que oferecemos a sociedade, e que cumprimos os requisitos solicitados.

Sendo assim, apresentamos o relatório de gestão, que permitirá ao cidadão conhecer a missão e os avanços da instituição em favor da sociedade.

Aracaju, Agosto de 2020

Profª. Ruth Sales Gama de Andrade
Reitora do IFS





VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

1. Identidade do IFS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, Autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em relação à oferta educacional, o IFS, como as demais instituições federais congêneres, apresenta uma característica ímpar, traduzida pela flexibilidade curricular, e pela verticalização da formação do estudante a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico a graduação tecnológica e a pós-graduação articulada com a pesquisa aplicada, extensão e inovação a fim de alcançar a sua missão e visão.



Figura 01 – Missão, Visão e Valores

2. Estrutura Organizacional do IFS

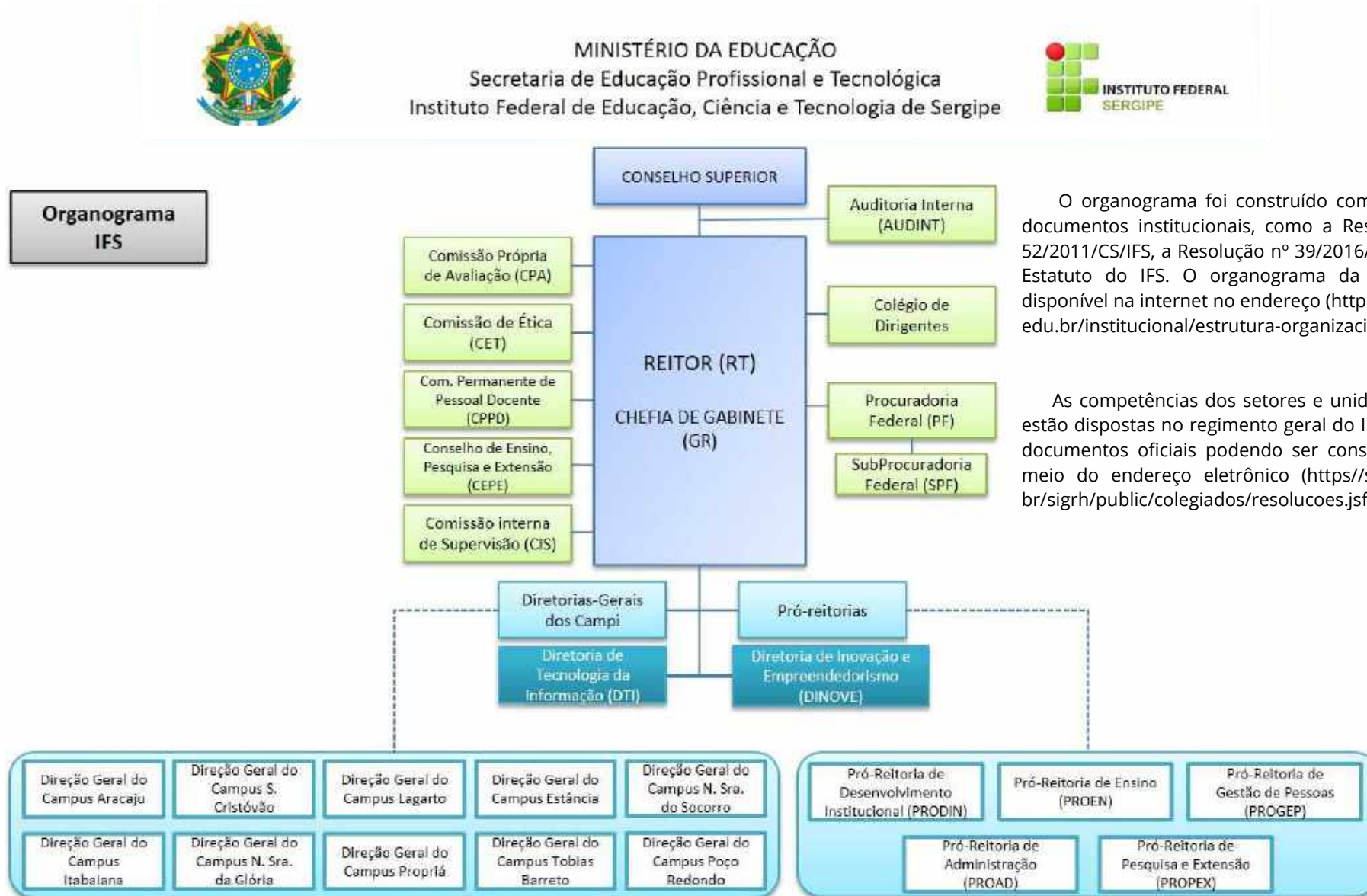


Figura 02 – Organograma do IFS

3. Sistema de Governança Corporativo do Instituto Federal de Sergipe

A figura 03 retrata o modelo de governança corporativo do Instituto, onde são destacadas as principais instâncias externas e internas de governança.



Figura03 - Sistema de Governança Corporativa do IFS, 2018.

13/06/2018

1. STI/MP - Secretaria de Tecnologia da Informação / Ministério do Planejamento
2. DSIC/PR - Departamento de Segurança da Informação e Comunicação / Presidência da República

4. Modelo de Negócios

O IFS tem como negócio principal os serviços de ensino técnico, profissional e tecnológico, atrelado à pesquisa, extensão e inovação tecnológica dispostos na Cadeia de Valor Integrada, conforme visto na Figura 04 aprovada pela Deliberação nº 05/2019/CGIRC/IFS.

Desse modo os macroprocessos finalísticos de suporte executam os processos, por meio das iniciativas estratégicas, entregando os produtos e os resultados esperados pelos cidadãos atendendo às demandas da sociedade.



Figura 04 – Cadeia de Valor Integrada do IFS

Fonte: PRODIN (2019)

Os processos têm suas entradas a partir das necessidades (requisitos, expectativas e preferências) dos cidadãos e comunidade, e através das Iniciativas Estratégicas, e assegurando o seu desempenho de seus objetivos estratégicos para o cumprimento de sua Missão e alcance de sua Visão, pautados nos valores definidos pelo IFS.

O IFS iniciou o mapeamento de seus principais processos disponível no endereço eletrônico (<http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/portal-de-processos>).

4.1 Produtos e Serviços

Os Macroprocessos finalísticos do IFS são o ensino, pesquisa e inovação e a extensão que geram valor para os cidadãos/sociedade os produtos e serviços conforme visto na figura 05.

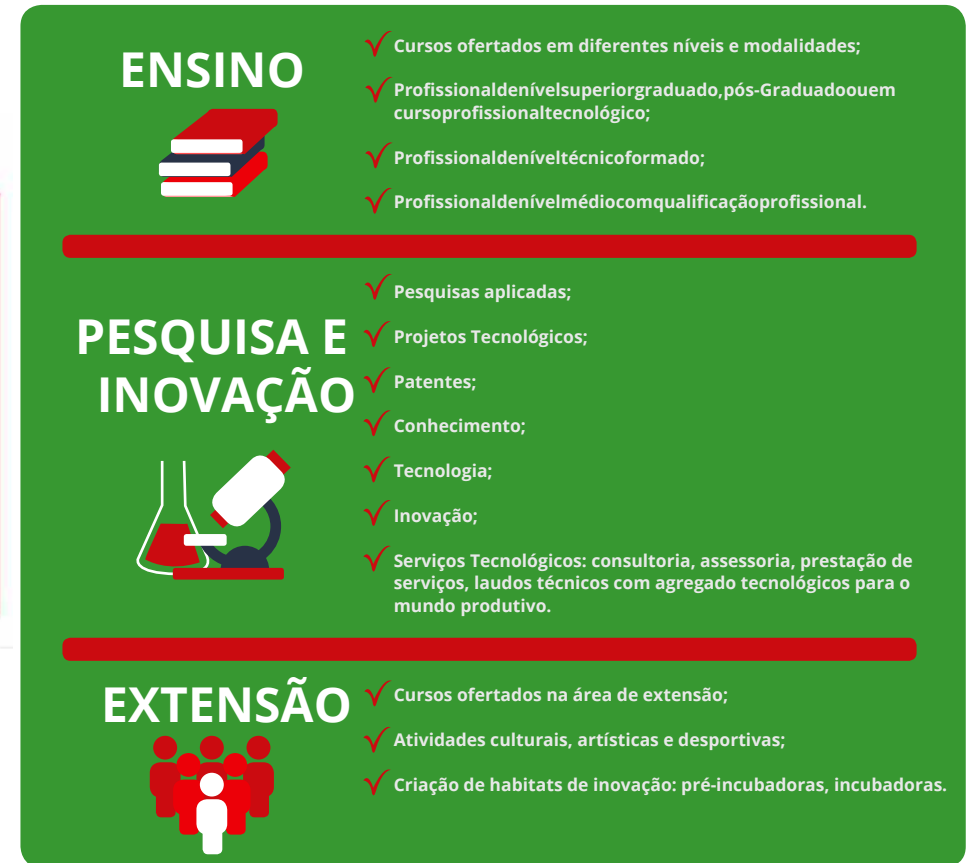


Figura 05 – Produtos e serviços ofertados

Fonte: PRODIN

5. Ambiente externo

O período recente da economia brasileira é marcado, sobretudo, por um cenário político instável, de desequilíbrio fiscal dos entes federados e de uma fraca retomada do crescimento econômico. De forma geral, a busca pela redução do déficit das contas públicas em 2019 residiu especialmente no ajuste fiscal, o que afetou despesas correntes e de capital com contingenciamento de parte dos recursos orçamentários. Nesse contexto, o IFS, que tem suas despesas fixadas no orçamento da União, foi atingido pelo contingenciamento, principalmente, nos investimentos e nas despesas com capacitação dos servidores. Dessa forma, a falta de aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, bem como a limitação da capacitação dos servidores possivelmente terá implicações em exercícios posteriores.



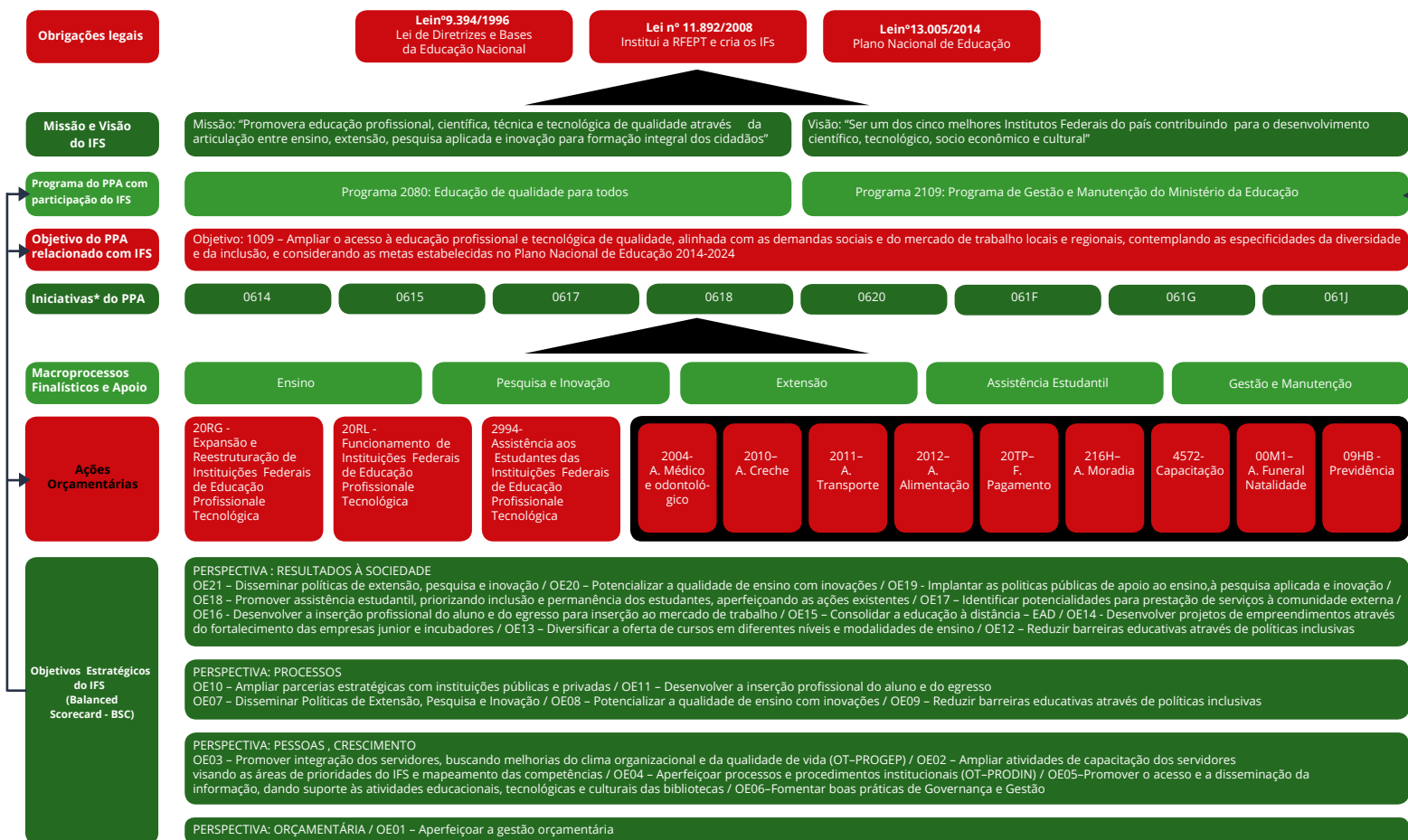


GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E
ALOCAÇÃO DE RECURSOS

1. Ciclo do Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico do IFS foi elaborado para o período de 2014 a 2019, contendo objetivos estratégicos, missão e visão conforme seu Mapa Estratégico referente ao mesmo período. A instituição possui um planejamento estratégico previsto para cinco anos, sendo executado e revisto anualmente para o alcance da sua missão e visão.

O relacionamento entre o Plano Plurianual (PPA) 2015-2019 e o Planejamento Estratégico do IFS, inicia-se com o cumprimento dos seus objetivos estratégicos traçados, integrados com as ações orçamentárias e relacionados com os macroprocessos finalísticos e de apoio no qual irá contribuir com as iniciativas e objetivos propostos nos programas do Plano Plurianual. Toda essa articulação permitirá ao IFS o cumprimento e alcance da sua Missão e Visão observando as obrigações legais.



*A descrição das iniciativas pode ser visualizadas no anexo I no PPA2019-2019 disponível no site: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>

Figura 01-Relacionamento entre o PPA 2015-2019 e o Planejamento Estratégico

Fonte: Prodin/IFS 2019

2. Mapa Estratégico e Iniciativas Estratégicas

O planejamento estratégico do IFS está sintetizado no seu Mapa Estratégico. A instituição adotou a metodologia do Balanced Scorecard – BSC para elaboração do planejamento estratégico mostrando o encadeamento dos objetivos estratégicos através das perspectivas do BSC para o alcance da sua missão e visão e com a integração das áreas fins.

A ideia é buscar, através do planejamento, a melhoria contínua da instituição, visando garantir a realização das prioridades acadêmicas e administrativas, com eficiência e eficácia, bem como viabilizar a alocação de recursos para efetivação dos projetos e atividades, observando princípios legais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

As iniciativas estratégicas são diretamente associadas aos objetivos estratégicos e fazem parte do planejamento anual (projetos e planos de ação), e estão inseridas no GEPLANES (Software de Gestão do Planejamento Estratégico) podendo ser consultadas na internet no endereço do IFS (https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index) através do login: cidadão e senha: 123456.

3. Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos indicadores, metas e iniciativas estratégicas são acompanhadas através de relatórios semestrais, disponível em: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/plano-anual-de-trabalho>, e/ou Reuniões de Análise das Estratégicas (RAE' s) onde são apresentados o status das metas e ações de cada campus, Pró-Reitorias e Diretorias sistêmicas com suas dificuldades para que o gestor e seu staff tomem as devidas correções e ações nos desvios para o alcance das metas propostas. Nesta reunião, os gestores apresentam as principais dificuldades e ações de melhoria, com o apoio do sistema GEPLANES para monitoramento e análise dos dados que pode ser acessado por meio da internet no endereço https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/crud/AcaoPreventiva) através do login: cidadão e senha: 123456, e selecionando a unidade desejada.

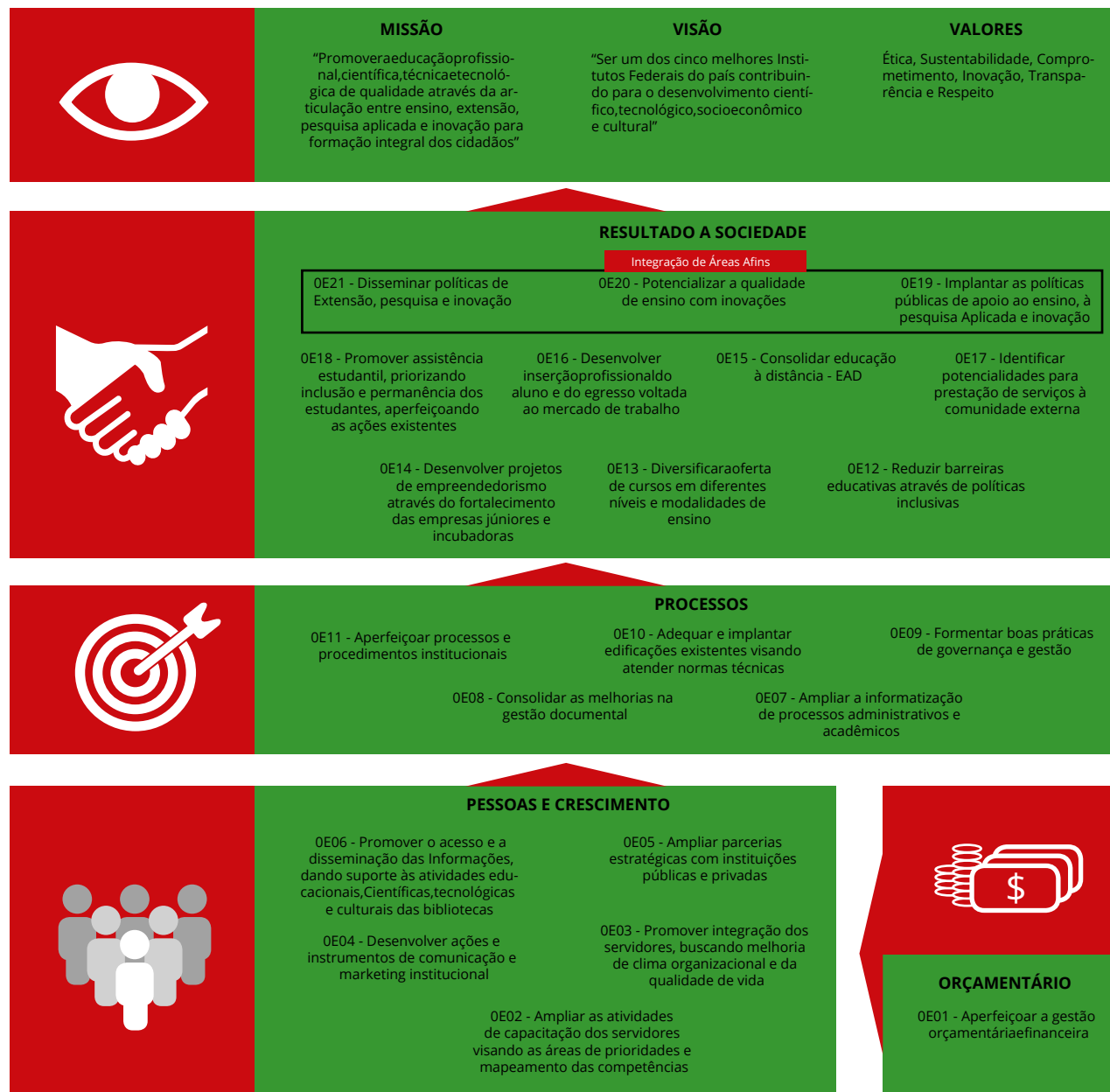


Figura 02 - Mapa Estratégico

Fonte: PRODIN/IFS/2019



4. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Demonstração da alocação de recursos orçamentários para cumprimento da missão institucional e dos principais objetivos do IFS, abrangendo a avaliação sobre áreas relevantes da gestão, que tenham contribuição decisiva para alcance dos resultados da unidade.

5. Gestão orçamentária e financeira



Gráfico 01 – Dotação por ação
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Dotações

Dentro do Plano de Expansão I e II do governo federal, nota-se um foco na ação 20RG (Reestruturação e Modernização das Instituições da RFEPT) nos anos de 2015 e 2016, após esses anos houve uma queda de investimentos nessa ação, tendo em vista o exaurimento da expansão da Rede.

As ações 20RL e 2994, Funcionamento das Instituições da RFEPT e Assistência ao Educando da Educação Profissional respectivamente, mantiveram-se constantes em valores de dotação no decorrer dos exercícios.

Ação 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem sido suprimida em prol da ação 20RL Funcionamento.

No geral um dado que pode causar certa preocupação é a forte queda do grupo de despesa 4 (investimentos) para o Instituto. Uma forma de amenizar essa perda são os pedidos de alterações orçamentárias que ocorrem no decorrer do exercício, conforme análises da APO/PRODIN, além de TEDs (termos de execução descentralizada) e emendas parlamentares.

Ações



Gráfico 02 – Ação assistência
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Gráfico 03 – Ação assistência
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

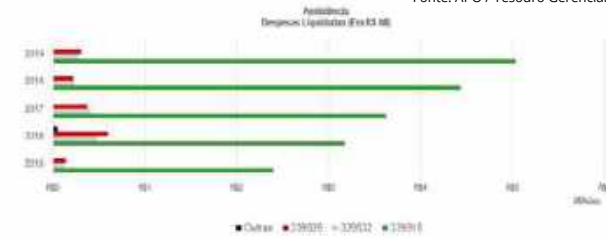


Gráfico 04 – Ação assistência
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Assistência

Na ação 2994, relativa a assistência estudantil, destacam-se as despesas com auxílio financeiro a estudantes que são compras por benefícios concedidos aos discentes. De acordo com a DIAE, foram diversos auxílios e bolsas, como: Permanência Estudantil, Estudantes da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Residência, Bolsa Trainee, Auxílio Eventual, Refeitório (para alunos do campus Aracaju e São Cristóvão), Fardamento e Material Escolar, Arte, Cultura e Desporto, Incentivo ao Êxito Acadêmico, Monitoria, Partilhando Saberes e eventos diversos.

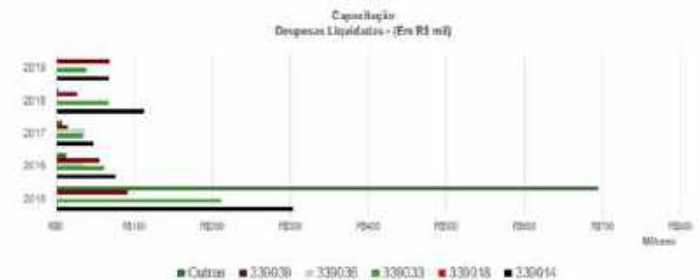


Gráfico 05 – Ação capacitação
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

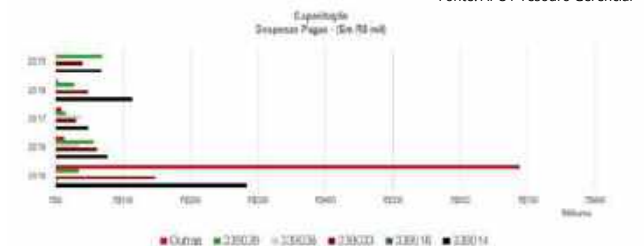


Gráfico 06 – Ação capacitação
Fonte: APO / Tesouro Gerencial





Gráfico 07 – Ação capacitação
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Capacitação

Devido ao baixo recurso na ação 4572 referente a capacitação, o Instituto investiu em cursos incompany ministrados por pessoas jurídicas, assim atendendo o maior número de servidores possível. Além desta modalidade, diárias e passagens foram concedidas para que o corpo de técnicos-administrativos e docentes fossem qualificados, servindo melhor a comunidade.

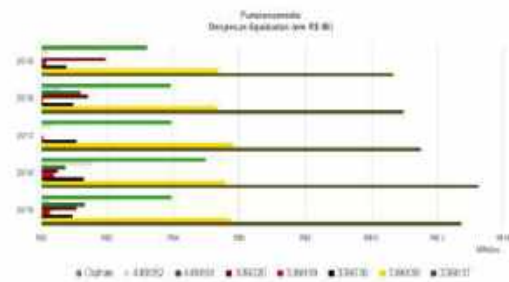


Gráfico 08 – Ação Funcionamento
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Gráfico 09 – Ação Funcionamento
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

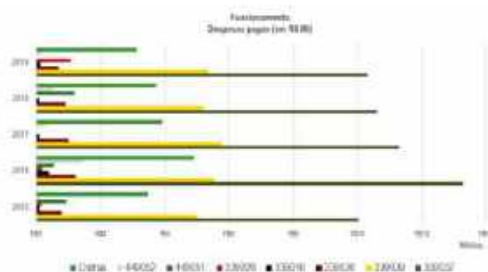
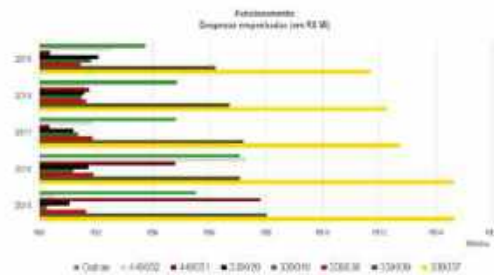


Gráfico 10 – Ação Funcionamento
Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Funcionamento

Dentro da ação 20RL, relativa ao funcionamento da Rede Federal, destacam-se as despesas com terceirização (apoio administrativo, vigilância ostensiva, limpeza), serviços de pessoa jurídica (água e esgoto, energia elétrica, locação de imóveis), material de consumo (combustível, produtos de higiene, material para laboratórios, material de expediente), as naturezas relativas a auxílios financeiros referem-se aos editais lançados pela PROPEX que ajudam a cumprir o papel de pesquisa, extensão e inovação do Instituto. Na classificação “Outros” temos despesas com....

Ainda na ação de funcionamento temos as despesas com capital, que ajudam no investimento da estrutura do IFS. Despesas com obras colaboram na acomodação da sociedade e aquisições de computadores, livros, mobiliário em geral na modernização do Instituto.



Gráfico 11 – Ação Funcionamento
(Reestruturação e Modernização)

Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Gráfico 12 – Ação Funcionamento
(Reestruturação e Modernização)

Fonte: APO / Tesouro Gerencial

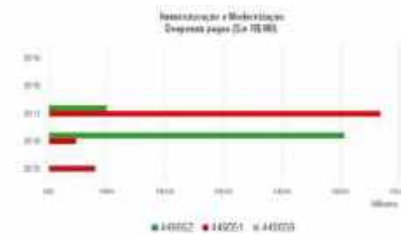


Gráfico 13 – Ação Funcionamento
(Reestruturação e Modernização)

Fonte: APO / Tesouro Gerencial

Reestruturação e Mordenização

Dentro da ação 20RG, relativa a expansão e reestruturação da Rede Federal, destaca-se as despesas com obras. Em 2014 o orçamento elevado foi consignado à obra do campus Aracaju. No mais, quase todo o investimento no nosso Instituto tem sido feito por meio da ação de funcionamento (20RL), TEDs e emendas parlamentares.[]

6. Principais Instâncias Internas de Governança



Figura 03 – Principais Instâncias de Governança do IFS

O Sistema de Governança do IFS, institucionalizado por meio da Deliberação nº 03/2018 é o conjunto de elementos que indicam como atores diversos se organizam, interagem e procedem direta ou indiretamente para obter boa governança e gestão na tomada de decisão, viabilizando a missão, visão e valores institucionais para atender ao interesse social.

| |
|---|
| Instâncias externas de governança Estruturas que atuam de forma independente e autônoma na formalização, controle e regulação da governança do IFS e de diferentes órgãos. |
| Instâncias externas de apoio à governança Estruturas que respondem por avaliação, auditoria e monitoramento independente, em cuja atuação podem ser identificadas oportunidades de melhoria que resultam em comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança. |
| Instâncias internas de governança Estruturas que respondem pela definição, avaliação e monitoramento das estratégias e políticas institucionais, direcionando a atuação do órgão ao atendimento do interesse público. |
| Instâncias internas de apoio à governança Estruturas que realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas ao IFS, bem como avaliam e monitoram, entre outras práticas, riscos e controles internos de gestão. |
| Instâncias de gestão Estruturas que contribuem para a boa governança institucional: gestão estratégica, gestão tática e gestão operacional. |

7. Colegiados Superiores

A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior que são presididos pela autoridade máxima do órgão.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores, Diretores-Gerais dos campi. No Instituto Federal de Sergipe, participam ainda do colegiado, Diretores Sistêmicos subordinados diretamente à Reitora.

O Conselho Superior (CS) O Conselho Superior é o órgão máximo do IFS, de caráter consultivo e deliberativo, composto por 26 representantes entre titulares e suplentes, assim distribuídos: docentes (14), dos discentes (2), dos servidores técnico-administrativos (2), dos egressos da instituição (2), da sociedade civil (2), do Ministério da Educação (2) e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal (2).

8. Colegiado de Assessoramento às Atividades Finalísticas

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

Instituído pela Resolução nº 86/2014/CS/IFS, é órgão normativo e consultivo de assessoramento da Reitoria no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFS para todos os níveis e modalidades de ensino.

INSTÂNCIA EM NÍVEL GESTÃO

Gestão estratégica: responsáveis por avaliar, direcionar e monitorar internamente o órgão provendo seu direcionamento estratégico

Gestão tática: responsável por coordenar a gestão operacional em áreas específicas

Gestão operacional: responsável pela execução de processos produtivos finalísticos e de apoio

Em conformidade com o Decreto 9.203/2017, 22 de novembro de 2017, as instâncias de governança e de gestão do IFS devem promover o interesse social por meio de mecanismos de liderança, estratégia e controle, observando os seguintes princípios: capacidade de resposta; integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade; e transparência. (www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm).

Figura 04 – Instância em Nível Gestão





9. Instâncias Internas de apoio à Governança



Figura 05 – Instâncias de Governança Interna de Apoio

9.1 Principais Instâncias Externas de Governança

Ministério Público Federal (MPF)
<http://www.mpf.mp.br/>

Tribunal de Contas da União (TCU)
www.tcu.gov.br

Controladoria-Geral da União (CGU)
<http://www.cgu.gov.br/>

Comitê Interministerial de Governança (CIG)
http://www.casacivil.gov.br/governanca/copy_of_comite-interministerial-de-governanca.

Ministério da Economia
<http://www.economia.gov.br>

9.2 Principais Instâncias Externas de apoio à Governança

Conselho Nacional de Educação (CNE)
<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)

Comissão Nacional de avaliação da Educação Superior (CONAES)
<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior>

INEP
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
<http://www.inep.gov.br/>

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)
<http://portal.mec.gov.br/setec-secretaria-de-educacao-profissional-e-tecnologica>

Em 2017 e 2018 o IFS participou do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública conduzido pelo TCU, iniciativa que passou a ser realizada em ciclos bienais e consolida informações sobre governança e gestão de órgãos e instituições públicas. Além de subsidiar a autoavaliação institucional, oportuniza à adoção de melhores práticas nos contextos avaliados. No quadro abaixo, os resultados apresentados pelo IFS no ciclo 2018.

| Indicador | Descrição | Classificação da Autoavaliação em 2018 | Posição do IFS (em relação às Instituições de Ensino) | Posição do IFS (em relação aos demais Institutos Federais) |
|--------------|--|--|---|--|
| iGG | Índice integrado de governança e gestão públicas | 40% | 43º | 13º |
| iGovPub | Índice de governança pública | 31% | 31º | 10º |
| IGovPessoas | Índice de governança e gestão de pessoas | 30% | 66º | 19º |
| IGestPessoas | Índice de capacidade em gestão de pessoas | 16% | 89º | 28º |
| IGovTI | Índice de governança e gestão de TI | 66% | 10º | 3º |
| IGestTI | Índice de capacidade em gestão de TI | 18% | 17º | 3º |
| IGovContrat | Índice de governança e gestão de contratações | 46% | 44º | 16º |
| IGestContrat | Índice de capacidade em gestão de contratações | 33% | 63º | 7º |

Perfil de Governança e Gestão Públicas – ciclo 2018 (Arquivo 2 699 2018-TCU-Financio)

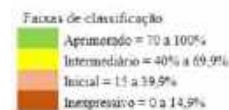


Tabela 01 – Perfil de Governança e Gestão Públicas

As informações dos resultados do Levantamento nos ciclos 2017 e 2018, inclusive acórdãos, Relatório e o Voto se encontram disponíveis no site eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/organizacional>. Para conhecer os resultados do IFS, acesse também: <http://www.ifs.edu.br/governanca/285-hotsite-prodin/8502-governanca-corporativa>.

10. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A condução do processo de autoavaliação institucional, da sistematização e prestação das informações decorrentes da Avaliação Nacional da Educação Superior permite aferir potencialidades e fragilidades, visando a oferecer uma ferramenta de apoio à gestão, bem como mostrar o grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados à sociedade. No IFS este trabalho é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme legislação vigente.

No exercício de 2019/2020 este trabalho contribuiu positivamente no conceito dos cursos superiores avaliados pelo MEC. A instituição é referência nacional: sexto melhor no ranking nacional dos Institutos Federais no quesito ensino superior, sétimo melhor curso de Engenharia civil do Brasil e o melhor de Sergipe pela avaliação do MEC.

Os gráficos a seguir mostram como os discentes avaliaram o desempenho dos professores e dos cursos, numa escala de zero (0) a cinco (5).



Gráfico 14 - Desempenho dos seus professores

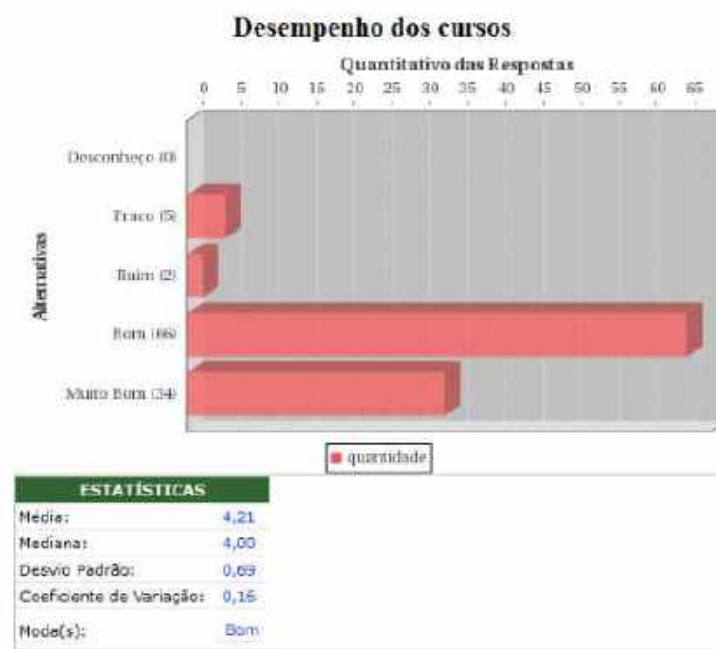


Gráfico 15 - Desempenho dos cursos

Fonte: CPA/IFS

Relatórios mais detalhados e as metodologias para obtenção dos resultados estão disponíveis em <http://www.ifs.edubr/relatorios-cpa>

Obs: A Funcefet em 2019 não movimentou recursos financeiros e projetos no IFS.

The image features a vibrant green background with a collection of white and red geometric shapes. These shapes include squares of various sizes, some with rounded corners, and larger rounded rectangles. Some shapes are solid, while others are hollow outlines. The shapes are scattered across the left and bottom portions of the frame, creating a modern, abstract composition. The text 'RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS' is positioned in the center-right area, rendered in a clean, white, sans-serif font.

RISCOS, OPORTUNIDADES E
PERSPECTIVAS

1. Gestão e Controle de Demandas Judiciais

A gestão e controle de demandas judiciais no IFS é exercida pela Diretoria Executiva subordinada à Reitoria, a qual compete supervisionar a elaboração de respostas às solicitações emanadas dos órgãos de controle, MPU, AGU, Justiça Federal e Polícia Federal, por meio do Departamento de Assuntos Administrativos (DAAD) e do Departamento de Controle e Análise Processual.

Atua também no processo de gestão e controle, o Departamento de Cadastro, Pagamento e Administração de Pessoal (DCPAP), subordinado à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, o qual responde pelo lançamento e atualização de rubricas de decisão judicial nos devidos sistemas informatizados (Regimento Interno da Reitoria. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/documentos/regimentos-internos>). No apoio à estrutura, atua a Procuradoria Federal junto ao IFS.

Ações judiciais ajuizadas em face do IFS, versam, basicamente, sobre prover direitos e vantagens de que tratam a Lei 8.112/90. Em termos quantitativos a Progep detém a gestão e o controle de volume mais expressivo de demandas, entre as quais se destacam: vantagens (indenizações, gratificações e adicionais); exercício provisório, remoção, redistribuição; contratação, concursos, acumulação de cargos; RSC, reposição ao erário.

A materialidade das matérias judicializadas que representam maior risco para o IFS são as propostas pelo Ministério Público, que, embora não tenham a instituição no polo passivo, são direcionadas à gestão, em razão das atividades desempenhadas.

2. Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão

O modelo institucional de Gestão de Riscos e de Controles Internos observa a regulação externa – como seu elemento norteador – servindo como esteio à Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão; Metodologia de Gestão de Riscos; Modelo das Três Linhas de Defesa; e a adoção de Solução Tecnológica.

A Política de Gestão de Riscos e Controles do IFS (PGRC), aprovada pela Deliberação nº 01/2017/CGRC/IFS, serve de lastro para atuação do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC) – instância normativa e consultiva para sistematização de práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos - e do Departamento de Gestão de Riscos (DGR/PRODIN) - estrutura de apoio técnico ao CGIRC e de coordenação, orientação e assessoramento técnico às áreas finalísticas da gestão.

Desta forma, as iniciativas desenvolvidas encontram respaldo no processo decisório do CGIRC e guardam alinhamento com os objetivos estratégicos que tratam do aperfeiçoamento de processos e procedimentos institucionais e do fomento a boas práticas de Governança e Gestão, bem como e com o atendimento a recomendações dos órgãos de controle. Nesse sentido, destacam-se como elementos do modelo institucional de Gestão Riscos e Controles Internos da Gestão essenciais às iniciativas: os responsáveis pelo sistema de gestão de riscos, a metodologia de gestão e a matriz de riscos adotada.

2.1 Elementos do modelo institucional de Gestão Riscos e Controles Internos da Gestão



Figura 01 – Elementos da Gestão de Riscos e Controles Internos

Metodologia/Processo de Gestão de Riscos



Matriz de Riscos

| | | | | | | | |
|----------------------|----------------|-------------|-------|-------|------------|------------|------------|
| IMPACTO | Catastrófico | 5 | Médio | Alto | Muito Alto | Muito Alto | Extremo |
| | Grande | 4 | Médio | Alto | Alto | Muito Alto | Muito Alto |
| | Moderado | 3 | Médio | Médio | Alto | Alto | Muito Alto |
| | Pequeno | 2 | Baixa | Médio | Médio | Alto | Alto |
| | Insignificante | 1 | Baixa | Baixa | Médio | Médio | Médio |
| | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| | | Muito Baixa | Baixa | Média | Alta | Muito Alta | |
| PROBABILIDADE | | | | | | | |

Fonte: Deliberação nº 01/2017/CGRC/IFS

2.2 Gestão de Riscos e Controles Internos aplicada a Programas e Processos

As iniciativas de gestão de riscos e controles internos no exercício observaram o modelo institucional, sendo aplicadas a programas institucionais e a processos de governança e processos de apoio. Enquanto estratégia organizacional a gestão é conduzida pela Pró-reitoria Institucional-PRODIN, por meio do Departamento de Gestão de Riscos - DGR, que atua no apoio à interlocução com as partes interessadas.

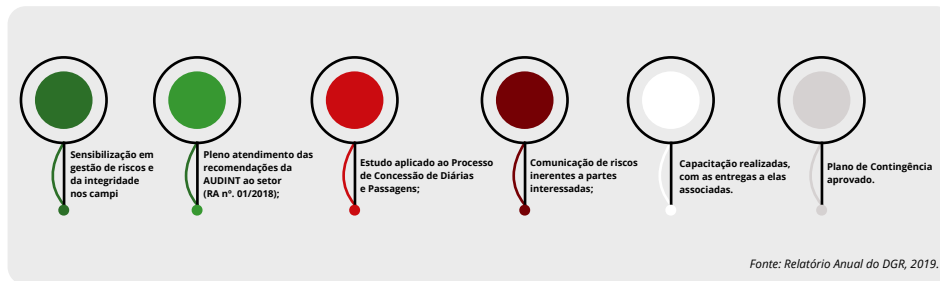


Figura 02 – Gestão de riscos Aplicadas a Programas e Processos

2.2.1 Programa de Integridade

A instituição do programa no IFS em 2018, foi formalizada com o Plano de Integridade 2018/2019 (Deliberação nº 10/2018/CGIRC/IFS) O processo de execução e monitoramento do plano teve a participação de áreas com processos e funções de fomento à integridade no órgão, com adoção de medidas de tratamento aos riscos para a integridade vinculados a sua atuação.



Principais produtos da execução/monitoramento:

- Campanhas vinculadas à gestão da ética
- Cartilha preventiva a situações de nepotismo
- Boletins informativos quadrimestrais e relatório de anual às partes interessadas

Gráfico 01 – Medidas de Tratamento da Integridade

O Plano de Integridade do IFS foi prorrogado para o exercício 2020 (Deliberação nº 11/2019/CGIRC/IFS), com o desafio de sua plena implementação. Para conhecer as iniciativas desenvolvidas no IFS em 2019, acesse o link <http://www.ifs.edu.br/governanca/programa-de-integridade>.

2.2.2 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA)

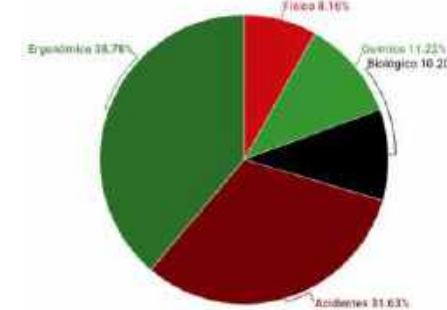


Gráfico 02 – Levantamento de Riscos Ambientais

Em 2019, o IFS realizou o levantamento dos riscos ambientais, em seus aspectos físico, químico, biológico, ergonômico e acidentales, vinculado ao processo de gestão de riscos “Fiscalização de Riscos Ambientais”. A iniciativa, alcançou 721 setores da estrutura dos campi e da reitoria, inclusive anexos, identificando 939 fatores de riscos, para os quais foram sugeridas e adotadas medidas de tratamento correlatas. Conheça o Programa de Prevenção de riscos ambientais (PPRA) 2019/IFS em: <http://www.ifs.edu.br/seguranca-do-trabalho>.

2.2.3 Processos de governança e de apoio

Realizou-se em 2019 o mapeamento dos riscos estratégicos do órgão de forma integrada ao processo de governança que elaborou o novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024), sendo aprovado o Mapa de Riscos Estratégicos (com Plano de Implementação de Controles) vinculado ao Mapa Estratégico do IFS, como insumo à geração de valor para a organização em médio prazo. Destacam-se nos extratos dos anexos I e II, a seguir, os parâmetros observados na elaboração dos documentos. Para conhecê-los na íntegra, acesse: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao>.

| ANEXO I – MAPA DE RISCOS ESTRATÉGICOS INTEGRADO AO PDI-IFS 2020-2024 | | | | | |
|--|----------------------|-------------------|--------------------|-------------|-------------------------------------|
| PROPOSTA | OBJETIVO ESTRATÉGICO | RISCO ESTRATÉGICO | AVALIAÇÃO DE RISCO | PROBILIDADE | MECANISMOS ESTRATÉGICOS DE CONTROLE |
| IP | IP | IP | IP | IP | IP |
| | | | | | |

| ANEXO II – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES | | | | | | |
|--|---------------|------------------|----------------------------|------|------|------|
| UNIDADE | TIPO DE RISCO | PROCESSO CRÍTICO | INDICADOR DE IMPLEMENTAÇÃO | 2019 | 2020 | 2021 |
| IP | IP | IP | IP | IP | IP | IP |
| | | | | | | |

Fonte: Deliberação nº 06/CGIRC/2019

Outras iniciativas em gestão de riscos no exercício resultaram nos seguintes produtos: aprovação do Mapa de Riscos e o Plano de Controles da Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo, avaliação do ambiente interno e validação dos objetivos dos principais processos internos da Diretoria de Tecnologia da Informação; e capacitação em fiscalização de contratos, alinhada ao Plano Anual de Trabalho do Campus Aracaju. Para mais informações acesse: <http://www.ifs.edu.br/governanca>.

Como desafios futuros para o fortalecimento da cultura para gestão de riscos e controles internos no IFS, destacam-se: a promoção de ações integradoras entre as áreas fim e área-meio, elaboração de manuais em apoio à implementação do modelo de gestão e o aprimoramento dos canais de articulação e comunicação com os envolvidos para aperfeiçoamento do processo decisório.



| PERPECTIVA | PROCESSOS CRÍTICOS | RISCOS ESTRATÉGICOS | AVALIAÇÃO * RE | MEDIDAS ESTRATÉGICAS DE CONTROLE (MEC) |
|------------------------|---|---|----------------|--|
| | | | P X I | |
| ORÇAMENTO | PC01.1 – Reestruturação do modelo de governança e gestão das contratações do órgão. | RE01 – Bloqueio ou contingenciamento de parcelas das verbas orçamentárias do órgão. | 20 | 1) Sensibilização à racionalização dos recursos orçamentários; 2) Otimização da aplicação dos recursos com a priorização de demandas; 3) Captação de recursos extra orçamentários por meio de parcerias público-público ou público-privado. |
| | PC01.2 - Reestruturação da gestão orçamentária do órgão. | | | |
| PESSOAS E CRESCIMENTO | PC02 – Otimização do ambiente físico e tecnológico do IFS | RE02 – Precariedade na otimização de recursos d gestão na prestação dos serviços essenciais. | 20 | 1) Estudos técnicos para avaliação e reavaliação da infraestrutura física e tecnológica. |
| | PC03/04 – Reestruturação do modelo de governança e gestão de pessoas | RE03 – Índices de absenteísmo elevados com reflexo no desempenho organizacional | 20 | 1) Implantação de programa de qualidade de vida no trabalho, visando a saúde do servidor; 2) Implantar pesquisa de satisfação do ambiente de trabalho; 3) Implantação de Política de Gestão da Ética; 4) Institucionalização do Código de Conduta do IFS. |
| PROCESSOS | PC05 – Reestruturação do modelo de governança e gestão estratégica | RE05.1 – Falta de alinhamento da estrutura de pessoal com as competências estratégicas do órgão e com os resultados pretendidos | 16 | 1) Reavaliação da estrutura de cargos e funções do órgão; 2) Reavaliação da estrutura organizacional e do sistema de governança do IFS; 3) Revisão do estatuto e regimentos internos; 4) Aplicação do modelo lógico da cadeia de valor integrada aos objetivos estratégicos e recursos orçamentários respectivos na gestão de programas, projetos e ações estratégicas; 5) Implantação e aperfeiçoamento da gestão de riscos e da gestão da integridade com base em evidências dos macroprocessos / processos críticos; 6) Reavaliação/adoção de novo sistema para gerenciamento do PDI, PAT; 7) Implantação de sistemas para o gerenciamento de riscos; 8) Normatização da estratégia de priorização e da gestão de riscos de processos finalísticos e de gestão especial críticos. |
| | | RE05.2 – Implantação inexpressiva da política, metodologia e práticas de gestão de riscos no órgão. | 16 | |
| | | RE05.3 – Inadequada capacidade de resposta do órgão nas prestações de contas anuais. | 16 | |
| | PC06 – Implementação de normativos, metodologias e outros instrumentos aplicados aos macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte do órgão. | RE06.1 – “Engavetamento” do planejamento estratégico elaborado | 16 | |
| | | RE06.2 – Mapeamento de processos sem foco nos processos finalísticos prioritários. | 16 | |
| | | RE06.3 – Desconhecimento das políticas acadêmicas necessárias à consecução dos objetivos estratégicos para o ensino, pesquisa, extensão e inovação. | 16 | |
| RESULTADOS À SOCIEDADE | PC08 – Estruturação da gestão da evasão e da gestão de egressos no órgão. | RE08 – Oferta de educação profissional e tecnológica desarticulada das demandas do setor produtivo. | 16 | 1) Concepção, implementação e monitoramento de programa e ações preventivas à evasão; 2) Parcerias para fomento à inserção de profissionais no mercado de trabalho. |
| | PC09 – Estruturação de novos cursos fundamentados na evidências de sua viabilidade | RE09 – Oferta de idênticos cursos por campus com atuação na mesma base territorial. | 16 | 1) Consultas públicas para oferta de novos cursos; 2) Estudo das tendências e potencialidades do mercado de trabalho; 3) Estudo para avaliação dos recursos humanos, materiais e de infraestrutura necessários ou reavaliação dos disponíveis; 4) Estudos específicos para a implantação horizontal de novos cursos como base para o processo de verticalização. |

Tabela 01 – Desafios futuros para o risco e controles internos





RESULTADOS E
DESEMPENHO DA GESTÃO

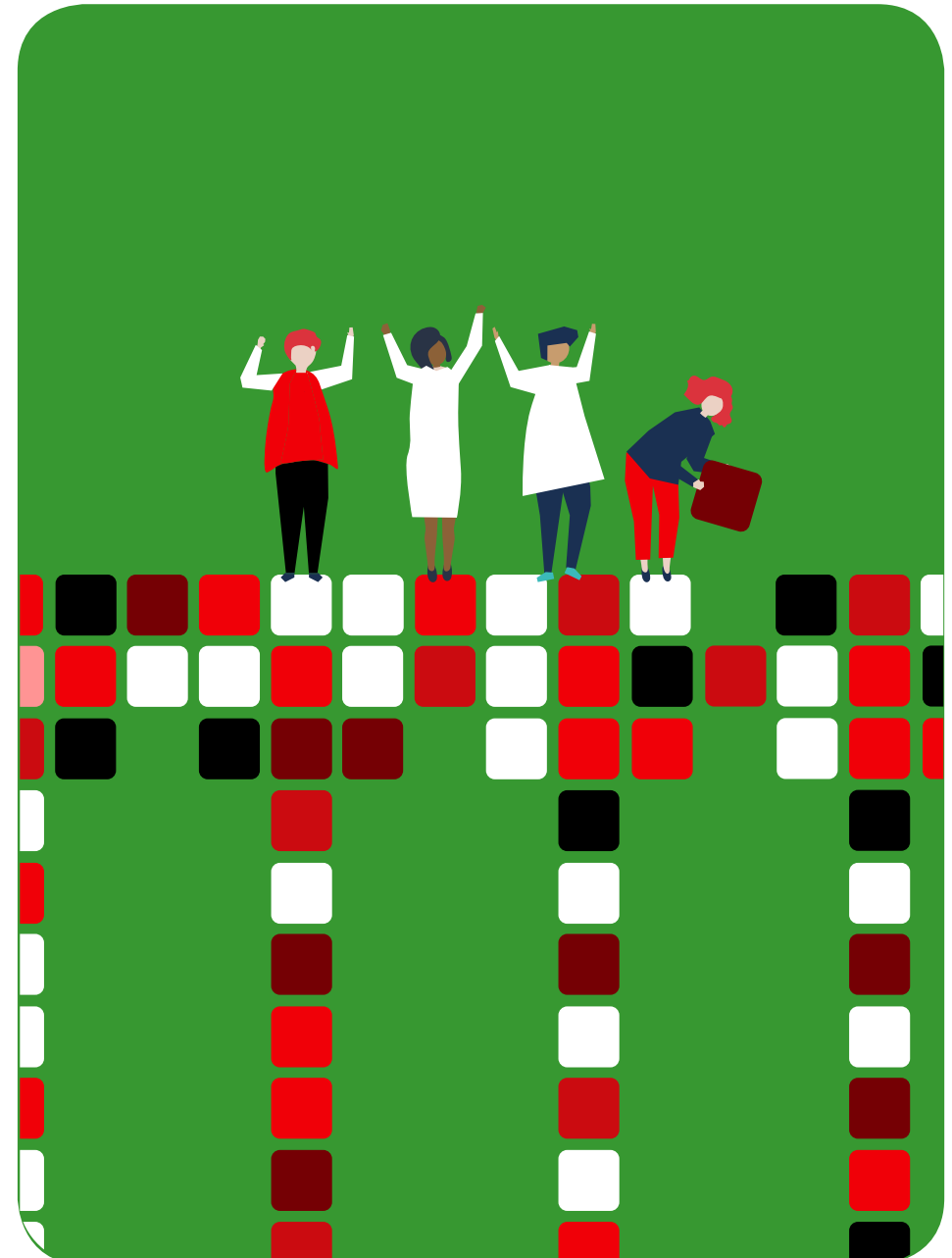
1. Resultados da Gestão

O planejamento estratégico do IFS é monitorado através do sistema Geplanes (Software de Gestão de Planejamento Estratégico), através dele é possível consultar o planejamento estratégico: indicadores, metas, iniciativas (ações/projeto/programas). Dessa forma todo cidadão pode acessar o sistema através da internet no endereço (https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/Index) através do **login**: cidadão e **senha**: 123456 e ter acesso as iniciativas e resultados por meio do menu: verificar /relatórios.

Faz-se necessário analisar os indicadores e metas por objetivos estratégicos alocados nas perspectivas analisando-os através da relação causa e efeito conforme Mapa Estratégico do IFS 2014-2019. Desse modo é possível realizar ações de melhoria no desempenho dos objetivos para o alcance da Missão e da Visão com a colaboração das partes interessadas no controle social.

2. Resultados Alcançados Frente aos Objetivos Estratégicos

Os resultados demonstram os principais programas e projetos/iniciativas, além de Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos traçados. A seguir são demonstrados os dados obtidos no exercício, descrevendo-os a partir da representação do mapa estratégico, iniciando-se através dos resultados à sociedade, que geram valor público de forma imediata.

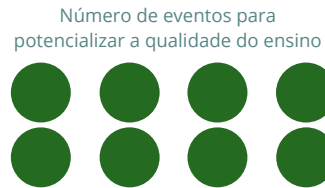


3. Perspectiva: Resultados à sociedade

OE21 Disseminar políticas de extensão, pesquisa e inovação



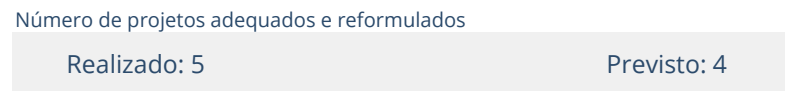
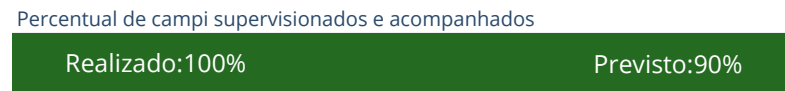
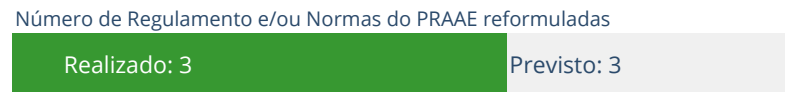
OE20 Potencializar a qualidade de ensino com inovações



OE19 Potencializar a qualidade de ensino com inovações



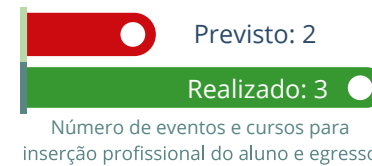
OE18 Promover assistência estudantil do IFS, priorizando inclusão e permanência dos estudantes, aperfeiçoando as ações existentes



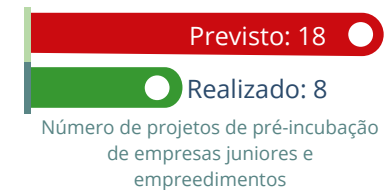
OE17 Identificar potencialidades para prestação de serviços à comunidade externa



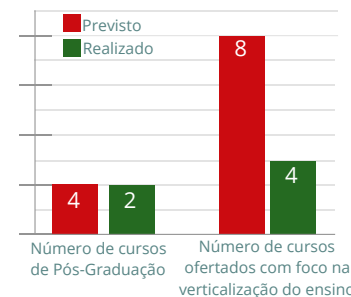
OE16 Desenvolver a inserção profissional do aluno e do egresso ao mercado de trabalho



OE14 Desenvolver projetos de empreendedorismo através do fortalecimento da empresa Júnior e incubadores



OE13 Diversificar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de ensino



OE12 Reduzir barreiras educativas através de políticas inclusivas

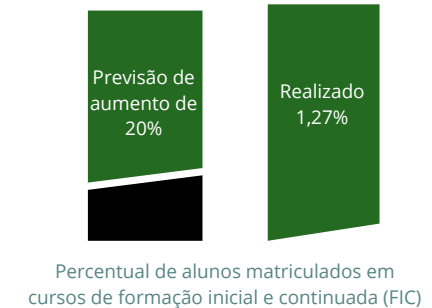


Figura 01 e 02 - Perspectiva Resultados à sociedade

Fonte: Prodin

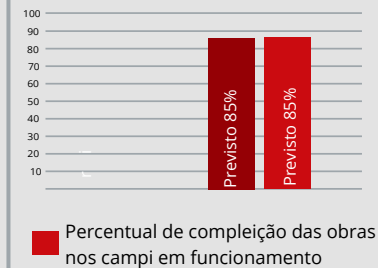
4. Perspectiva: Processos

OE11. Aperfeiçoar processos e procedimentos institucionais

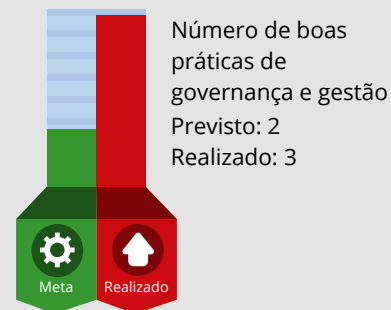


- Percentual de execução do PDI 2014-2019
- Número de projetos para modernização dos processos e procedimentos de gestão
- Percentual de ações estratégicas do PDTIC

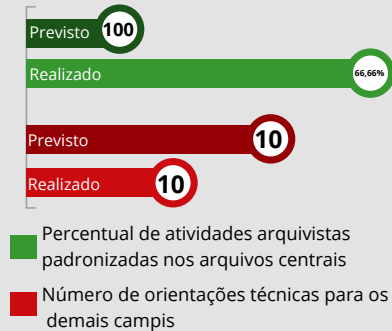
OE10. Adequar e implantar edificações existentes visando atender normas técnicas



OE09. Fomentar boas práticas de governança e gestão



OE08. Consolidar as melhorias na gestão



OE07. Ampliar a informatização de processos administrativos e acadêmicos

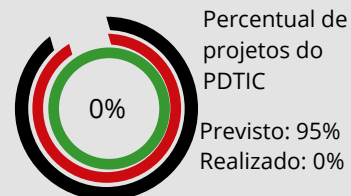
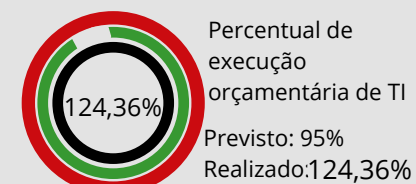
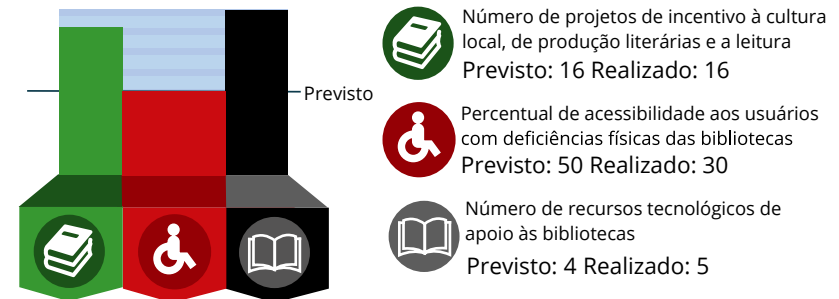


Figura 03 – Perspectiva Processos

Fonte: Prodin/IFS/2019

5. Perspectiva: Pessoas, Crescimento e Inovação

OE06. Promover o acesso e a disseminação das informações, dando suporte às atividades educacionais, científicas, tecnológicas e culturais das bibliotecas



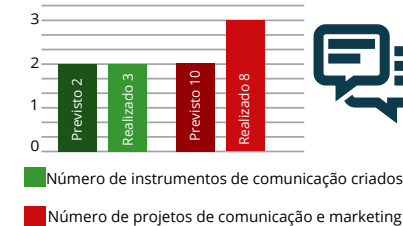
OE05. Ampliar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas



OE03. Promover integração dos servidores, buscando melhorias do clima organizacional e da qualidade da vida



OE04. Desenvolver ações e instrumentos de comunicação e marketing institucional



OE02. Ampliar atividades de capacitação dos servidores visando as áreas de prioridades do IFS e mapeamento das competências

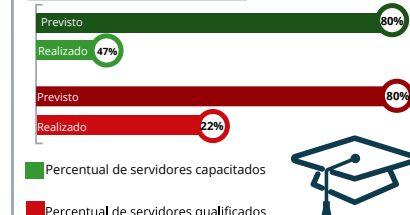


Figura 04 – Perspectiva Pessoas Crescimento e Inovação

Fonte: Prodin/IFS/2019



6. Perspectiva: Orçamentária

OE01. Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Percentual de execução orçamentária

Previsto: 80%

Iniciativa: Monitorar e acompanhar a execução orçamentária a fim de racionalizar os recursos.

Realizado:
98,3%



Fonte: Prodin

Figura 05 – Perspectiva Orçamentária

ANÁLISE GERAL DOS RESULTADOS:

O resultado dos objetivos estratégicos agrupados por perspectivas: Resultados à sociedade (66,68%), Processos (79,81%), Pessoas, Crescimento e Inovação (84,60%) e Orçamentária (98,30%) referente ao ano de 2019 apresentou um bom desempenho visto que os indicadores apontaram que as metas previstas foram realizadas na maioria dos objetivos no geral o resultado dos objetivos estratégicos atingiu 78,66% considerado um nível desejável para viabilizar o alcance da Missão e Visão do IFS.

Fonte: PRODIN/IFS/2019



7. Principais desafios e incertezas

No exercício de 2019, ano que pôs fim ao ciclo do planejamento estratégico 2014 a 2019, o resultado dos objetivos estratégicos foi fortemente influenciado pelo contingenciamento de recursos orçamentários e, em especial, pelas mudanças nas legislações aplicadas a administração pública e ao sistema federal de ensino.

Para o alcance da missão e dos objetivos estratégicos finalísticos do IFS para os próximos exercícios, têm-se como principais desafios no ambiente interno, a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) que foi aprovado pela Resolução N° 31/2019/CS/IFS e seu desdobramento em planos anuais, que impactarão diretamente os macroprocessos institucionais cujo processo ocorrerá concomitante à implementação de novo modelo de gestão.





8. Desafios e incertezas macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos ensino, pesquisa, extensão e inovação, contidos na Cadeia de Valor de Integrada do IFS, traduzem a perspectiva de resultados à sociedade cujos objetivos viabilizam a atividade finalística do IFS. Dentre os desafios e incertezas (riscos) para os próximos anos, destacam-se abaixo:

Desafio: Aperfeiçoar o processo pedagógico por meio do desenvolvimento e implementação de políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão

- Incerteza: Ausência de diretrizes para o planejamento da oferta de matrícula para os próximos 5 (cinco) anos, considerando a verticalização dos cursos;
- Incerteza: Inexistência de diretrizes à realização de parcerias com o setor produtivo/empresarial, para a produção de pesquisa e inovação;
- Incerteza: Desarticulação entre as linhas de pesquisa e as atividades de extensão, ou seja, sem correlação com as necessidades socioeconômicas locais e regionais;

Desafio: Aprimorar o modelo de educação à distância do órgão

- Incerteza: Inadequada infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de EaD;
- Incerteza: Incompatibilidade entre os projetos pedagógicos dos cursos de EaD com as metodologias e tecnologias adotadas.

Desafio: Institucionalizar o acervo acadêmico em meio digital

- Incerteza: inadequação do método utilizado de digitalização quanto à garantia de integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais.

Desafio: Promover a articulação com o mercado de trabalho

- Incerteza: inexistência de estudo das condições socioeconômicas e do mundo do trabalho local e regional e da oferta regional de vagas de cursos de graduação e de educação profissional e tecnológica, por instituições públicas e privadas.

Desafio: Adequar e manter a infraestrutura física e as instalações acadêmicas

- Incerteza: incompatibilidade das instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes em relação aos cursos e programas previstos

9. Macroprocessos de apoio

Desafio: Aperfeiçoar o modelo de gestão estratégica, com a integração do planejamento estratégico ao orçamento e à gestão de riscos e controles internos do órgão

Incertezas:

- Implementação da gestão estratégica integrada;
- Implementação deficiente da política de gestão de riscos do IFS;
- Implantação deficiente de solução tecnológica que viabilize a Política e o Processo de Gestão de Riscos;
- Necessidade de aprimoramento das estruturas organizacionais nos diferentes níveis de gestão;
- Ausência de estudo comprobatório da viabilidade orçamentária e financeira para a implementação do PDI e adequado funcionamento do IFS, incluídas as despesas com infraestrutura e pessoal.

Desafio: Aperfeiçoar o modelo de governança e a gestão de pessoas

Incertezas:

- Inadequação da demanda de colaboradores e gestores, em termos qualitativos e quantitativos;
- Ausência de diretrizes para o desenvolvimento de competências de colaboradores e gestores;
- Inexistência ou inadequação de planos específicos para gestão de pessoas;
- Ações incipientes e desarticuladas na construção e manutenção de ambiente de trabalho ético e favorável

Desafio: Fortalecer o modelo de governança e gestão em TI

- Ausências de descrição das competências necessárias para manter ou ampliar as ações vinculadas à gestão de mudanças e configuração de ativos;
- Implementação deficiente do gerenciamento de riscos em TI;
- Processo de gestão de ativos inadequado.

Desafio: Fortalecer o planejamento e o gerenciamento de contratações

Incertezas:

- Inadequação do plano anual de contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação em face das necessidades do órgão mal dimensionadas, do não alinhamento aos objetivos estratégicos, das quantidades estimadas, do cronograma intempestivo, da indisponibilidade orçamentária etc.

Desafio: Ampliar a oferta de serviços digitais

Incertezas:

- Inadequação da oferta de serviços digitais para o atendimento aos padrões de interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade dos serviços prestados;
- Falta de avaliação dos serviços prestados que evidencie a satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados em meio digital;
- Não implementação de instrumentos de simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos



10. Gestão de pessoas

10.1 Conformidade Legal

Legislação Aplicada

Para assegurar o fiel cumprimento da Lei nº 8.112/1990, regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal de Sergipe observa o conjunto de regras, diretrizes e princípios estabelecidos pelo Governo Federal e seus órgãos de controle. Inclusive, vale ressaltar, o IFS verifica e contempla diariamente, as prescrições publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas, do Ministério da Economia, órgão central do SIPEC, ao qual este Instituto mantém subordinação.

Indicadores de Conformidade

O IFS declara anualmente a observância às normas e o cumprimento dos seguintes tópicos como sendo indicadores de conformidade. São eles:

- 1 - Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões - SISAC e Fiscalização de Pessoal através do e-Pessoal;
- 2 - Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
- 3 - Atendimento às demandas via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.
 - Quanto ao item 1, o IFS registrou todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria no SISAC até 04/03/2018, conforme Instrução Normativa TCU nº 55/2007 e a partir de 05/03/2018 através do e-Pessoal, conforme Instrução Normativa TCU nº 78/2018.
 - Em atenção ao item 2, o IFS responde aos seguintes sistemas de controle: Sistema e-Pessoal Módulo de Índícios do TCU, sistema e-AUD da CGU, sistema de Trilha de Auditoria de Pessoal da CGU, além de atender demandas vindas da Auditoria Interna do Instituto.
 - Em relação ao item 3, o IFS atendeu todas as demandas concernentes ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC. Foram 52 protocolos do e-Sic e 19 protocolos do e-Ouv, com 100% de atendimento.

10.2 Avaliação da Força de Trabalho

O quadro de pessoal do Instituto Federal de Sergipe se resume em duas áreas: área meio e área fim. A área meio engloba diversos cargos da carreira de Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), conforme disposto na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Já a área fim, especificamente, com o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é respaldado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

Quadro de servidores do IFS

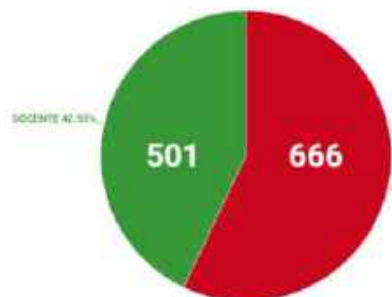


Gráfico 1 - Quadro de Servidores do IFS

Fonte: PROGEP/IFS

Servidores por sexo

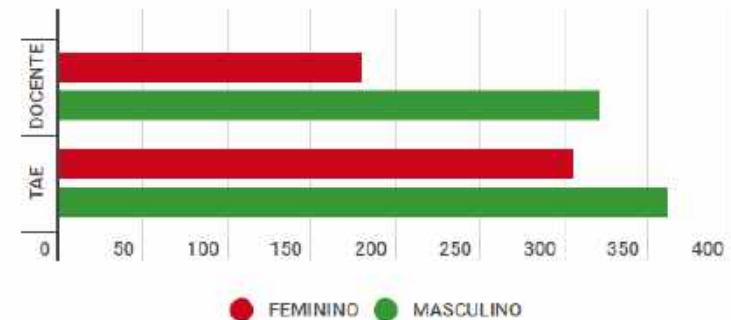


Gráfico 2 - Servidores por Sexo

Fonte: PROGEP/IFS

Servidores por situação funcional



Gráfico 3 - Servidores por situação funcional

Fonte: PROGEP/IFS



Quantitativo dos últimos cinco anos

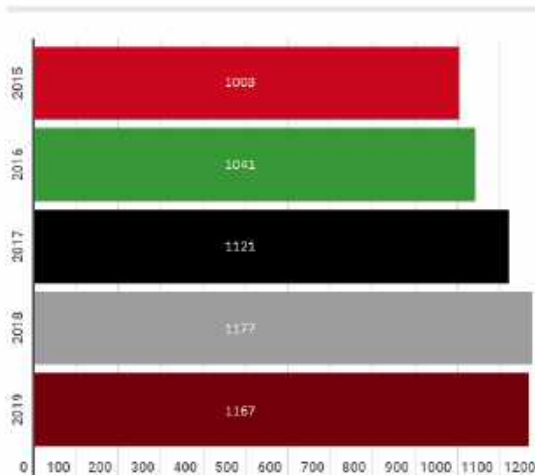


Gráfico 4 - Quantitativo dos Servidores (Últimos 5 anos)

Fonte: PROGEP/IFS

• A diminuição em 2019 se deu por conta do número de egressos ter sido maior que o número de ingressos em decorrência de vacâncias e aposentadorias.

Quantitativo de servidores por faixa etária

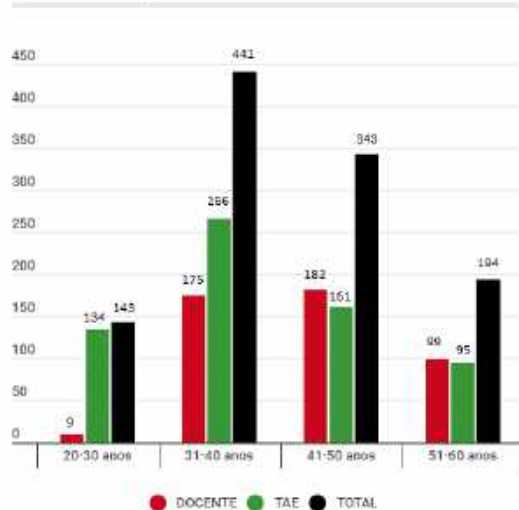


Gráfico 5 - Servidores por Faixa Etária

Fonte: PROGEP/IFS

• Há um número expressivo a ser considerado, em relação à faixa etária acima dos 50 anos de idade: são servidores com perspectiva de agregação de força de trabalho abaixo do esperado pelo fato de estarem próximos ao direito de concessão de aposentadoria, principalmente os docentes que possuem o fator redutor de 05 anos na idade e no tempo de contribuição, se comprovarem tempo de contribuição, integralmente, de magistério. Apesar de termos que ponderar as alterações advindas da E.C nº 103/2019.

Distribuição da força de trabalho por unidade do IFS

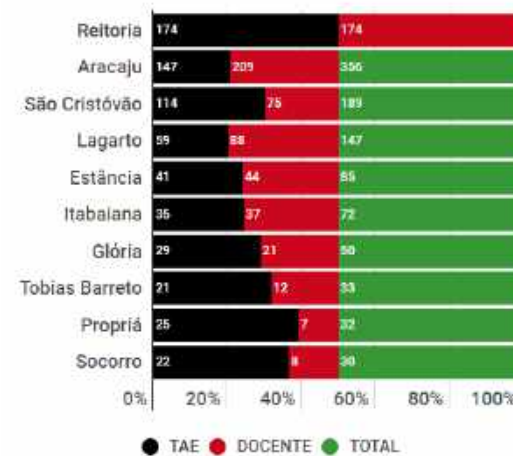


Gráfico 6 - Força de Trabalho por Unidade do IFS

Fonte: PROGEP/IFS

10.3 Estratégias de Recrutamento E Alocação de Pessoas em 2019

• 05 Editais de remoção: 04 para docente e 01 para TAEs

• Foram efetivadas remoções de editais de 2017 e 2018, bem como na modalidade " de ofício, no interesse da administração", "a pedido, a critério da administração" e por motivo de saúde. Com isso em 2019 foram removidos 21 servidores, dos quais 8 são ocupantes de diversos cargos TAEs e 13 da carreira docente.

10.4 Detalhamento da Despesa de Pessoal em 2019

Evolução dos gastos com pessoal dos últimos 5 anos

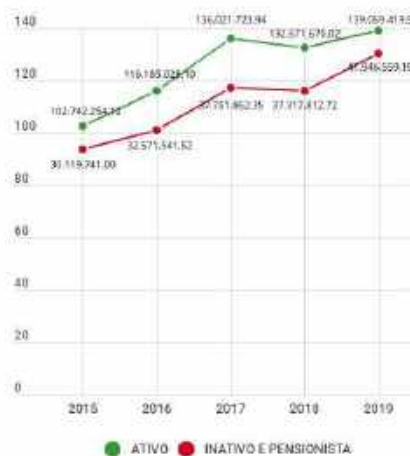


Gráfico 7 - Gastos com Pessoal
Fonte: PROGEP/IFS

- A majoração desses gastos é reflexo do aumento no quadro de servidores

10.5 Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Progressões concedidas em 2019:

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO: 415

PROGRESSÃO POR DESEMPENHO ACADÊMICO: 192 CONCESSÕES

A progressão funcional, exclusiva aos técnicos administrativos em educação, é feita a partir de um levantamento ao início de cada mês para listagem daqueles servidores que completarão o interstício de 18 meses. O mesmo procedimento se dá à progressão por desempenho acadêmico, exclusiva aos docentes, ao completarem o interstício de 24 meses.

Os servidores do IFS possuem benefícios para fins de qualificação, de acordo com a legislação, estando comprovados através dos números:

Benefícios para fins de qualificação

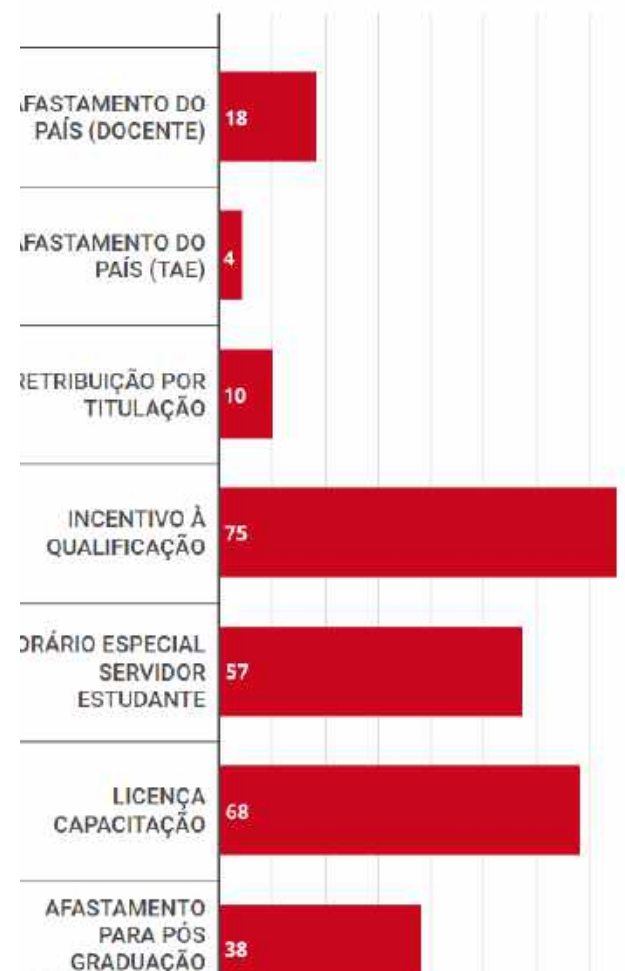


Gráfico 8 - Benefícios para fins de qualificação
Fonte: PROGEP/IFS



10.6 Cargos Gerenciais

Cargos no IFS

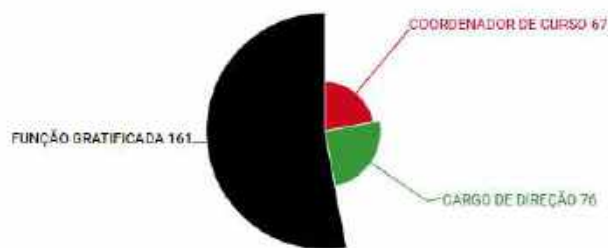


Gráfico 9 - Cargos Gerenciais
Fonte: PROGEP/IFS

O QUANTITATIVO CITADO ACIMA É DE CARGO OCUPADO. E É RELEVATE FRISAR TAMBÉM QUE HOUVE A PERDA DE 69 FUNÇÕES GRATIFICADAS (FG-04 e FG-05) EM DECORRÊNCIA DO DECRETO Nº 9.725 DE 12 DE MARÇO DE 2019N.

10.7 Estágio Probatório

Concluíram estágio probatório, no exercício de 2019, 41 servidores.

10.8 Capacitação: Estratégia

No ano de 2019 o Instituto Federal de Sergipe - IFS, em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e as demais Unidades (Diretorias Sistêmicas, Direções dos Campi, Pró-Reitorias, Reitoria), promoveu ações de aperfeiçoamento por meio de cursos presenciais, voltados para a qualificação dos seus servidores e melhorias dos serviços prestados a sociedade.

Além disso, outra estratégia de aperfeiçoamento utilizada para capacitação é a parceria do IFS com a Escola de Governo ENAP, através do Programa ENAP em Rede, em que são disponibilizados cursos de desenvolvimento técnico e gerencial para servidores públicos do Executivo Federal, sendo 50% das vagas para o IFS e 50% para servidores de outros órgãos e, complementarmente, os servidores dos Executivos Estaduais e Municipais.

Ressaltamos que esta parceria vem sendo executada desde 2016 e tem um custo-benefício favorável, visto que não há nenhum desembolso por parte dos servidores, mas apenas benefício em adquirir e aprimorar conhecimentos, de modo que os custos são divididos entre o IFS e a ENAP.

No âmbito da educação formal, o IFS também qualifica seus servidores em busca de uma gestão mais eficiente e do desenvolvimento do capital humano, através dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu:

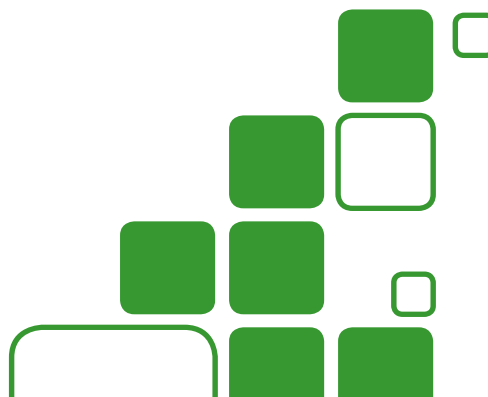
- Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT - Turma 2019, com a oferta de 24 vagas, sendo 12 para servidores do IFS e 12 para o público externo;
- Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo - PPMTUR - disponibilizou 10 vagas para o ano de 2019, para livre demanda de público interno e externo;
- Mestrado Profissional em Gestão Pública em parceria com a UFRN, tendo sido disponibilizado 07 (sete) vagas para livre demanda de candidatos que comprovem vínculo com o serviço público em qualquer esfera (municipal, estadual ou federal) e desenvolvam atividade de gestão comprovada pela sua instituição de origem.

| Capacitação: Números de 2019 | | |
|---|-----------------------|-----------------------------|
| Ações de Aperfeiçoamento | Carga horária (horas) | Qtd. servidores capacitados |
| Cursos de Capacitação Presencial realizados no IFS | | |
| Fiscalização em Contratos Continuados - Teoria e Prática | 28 | 21 |
| Encontro de Contabilidade e Finanças do IFS - 2019 | 20 | 34 |
| I Encontro de Gestão Administrativa | 08 | 22 |
| Treinamento de Desenvolvimento no SIG | 20 | 11 |
| Minicurso de Introdução à Linguagem de Programação Python | 08 | 00 |
| Oficina de Gestão de Riscos em Processos Críticos de TI | 24 | 28 |
| Contratações de Serviços conforme a IN 05/2017 | 21 | 17 |
| Total | 129 | 142 |

| Ações de Educação Formal | Turma / Ano | Qtd. servidores/ex-alunos em Qualificação |
|--|-------------|---|
| Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT | Turma 2019 | 12 servidores |
| Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo - PPMTUR | Turma 2019 | 04 ex-alunos do IFS |
| Mestrado Profissional em Gestão Pública | Turma 2019 | 03 servidores |

3.9 Principais Desafios e Ações Futuras da Gestão de Pessoas

- Expandir o planejamento de gestão de pessoas
- Gerenciar de forma eficaz riscos e controles
- Definir adequadamente, em termos qualitativos e quantitativos, a demanda por colaboradores e gestores
- Mapear as atividades da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
- Fortalecer a política de retenção dos colaboradores e dos gestores
- Monitorar o desempenho dos colaboradores e gestores
- Desenvolver as competências dos colaboradores e dos gestores
- Assegurar o adequado provimento das vagas existentes
- Assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados



11. Gestão de Licitações e Contratos

11.1 Conformidade Legal

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015. a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019.

11.2 Detalhamento dos gastos contratados por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados

| Natureza da despesa detalhada | | Despesas pagas |
|-------------------------------|---|-----------------|
| 33903615 | LOCAÇÃO DE IMOVEIS | R\$1.626.297,83 |
| 33903944 | SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO | R\$36.936,97 |
| 33903301 | PASSAGENS PARA O PAIS | R\$180.467,90 |
| 33903701 | APOIO ADMINISTRATIVO, TECNICO E OPERACIONAL | R\$1.014.917,11 |
| 33903702 | LIMPEZA E CONSERVAÇÃO | R\$171.463,68 |
| 33903703 | VIGILANCIA OSTENSIVA | R\$982.200,00 |
| 33903943 | SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA | R\$264.961,14 |
| 33903947 | SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL | R\$125.207,03 |
| 33903990 | SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL | R\$91.191,06 |

11.3 Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Em 2019, foram realizados 33 Processos de Compras através do Departamento de Licitações e Contratos, sendo:

Em 2019, foram realizados 33 Processos de Compras através do Departamento de Licitações e Contratos, sendo:

Pregões de valores mais relevantes:

- Eventos esportivos (R \$ 2. 470. 850, 00) e mobiliário de biblioteca (R\$ 1.317.346,79).
- Dispensas de valores mais relevantes: Curso in company R\$ 15.000,00
- Inexigibilidade de valor mais relevante: seminário de governança, riscos e integridade no serviço público R\$17.500,00

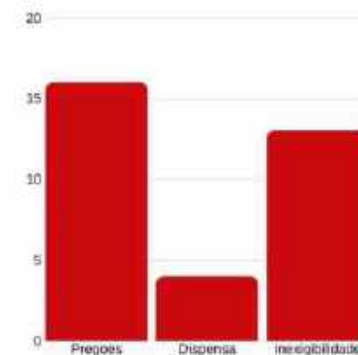


Gráfico 10 - Contratações mais relevantes

Fonte: DELC/IFS

OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO: "Fomentar as boas práticas de governança e gestão".

11.4 Principais desafios e ações futuras das licitações e dos contratos

O principal desafio a ser enfrentado é o de cumprir fielmente o planejamento cadastrado no PGC - Planejamento e Gerenciamento das Contratações, do Ministério da Economia.

A execução em 2019 foi satisfatória e o órgão seguiu plenamente o que fora planejado, com isso foram mitigados os riscos no rito de compras. Estas foram coordenadas por este departamento que obteve grande êxito no projeto piloto das unidades supridoras, o que aumentou a produtividade da força de trabalho atuante no processo de licitações de todo o Instituto.

Nesse cenário de grandes avanços, é possível afirmar que evoluímos em termos de governança com o apoio da cúpula organizacional, mas que ainda é um prelúdio do que podemos fazer para avançar.



12. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

No ano de 2019, os maiores investimentos de capital foram destinados a infraestrutura diante do projeto de interiorização do Instituto, neste contexto relacionado a construção dos Campi. Segue abaixo o quadro baseado nos dados do Tesouro Gerencial com relação aos investimentos empenhados.

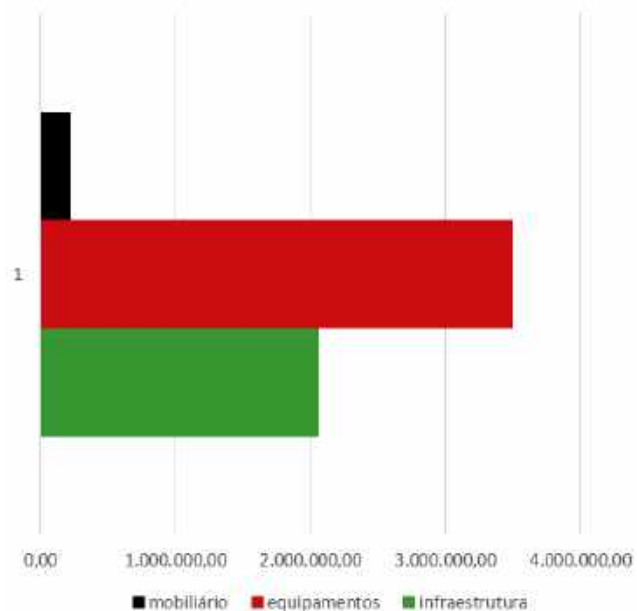
Principais investimentos de Capital

| | |
|----------------------------------|--------------|
| Infraestrutura | 2.062.636,71 |
| Equipamentos | 3.493.685,11 |
| Mobiliário | 220.521,97 |
| DESAFIZAMENTO DE ATIVOS | 0 |
| LOCAÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS | 1.643.937,93 |

fonte: siafi/2019

Quadro 01 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

12.1 Principais Investimentos de Capital



Quadro 02 - Principais investimentos de capital

12.2 Investimentos por Unidade do IFS

| UG Executora | Grupo Despesa | 23 DESPESAS EMENDADAS |
|--------------|---|-----------------------------|
| 152420 | INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS N.SA DA GLORIA | 3.649,90 |
| 152426 | INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ESTANCIA | 96.037,40 |
| 152430 | INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ITABAIANA | 95.743,49 |
| 154679 | INSTIT. FED. DE SERGIPE/CAMPUS TORTAS BARRETO | 249.103,48 |
| 154680 | INST. FED. SERGIPE/CAMPUS N. SRA. DO SOCORRO | 38.669,66 |
| 154681 | INSTITUTO FED. DE SERGIPE - CAMPUS PRÓPRIA | 34.197,60 |
| 158134 | INST.FED.DE EDUC.,CIENÇ.E TEC.DE SERGIPE | 4.606.762,80 |
| 158392 | INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS SAO CRISTOVAO | 118.904,50 |
| 158393 | INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU | 167.677,05 |
| 158394 | INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO | 706.575,30 |

OBS: VALORES
TOTAIS COM TED,
EMENDAS,
PARLAMENTARES E
LOA 2019.

Quadro 03 - Investimentos por Unidade do IFS

12.3 Principais desafios e ações futuras

DESAFIOS FUTUROS

| | |
|-----------------|--|
| Reitoria | <ol style="list-style-type: none"> 1. Continuidade do Projeto de Nova Gestão Patrimonial visando reduzir o passivo referente a bens não localizados; 2. Utilização da tecnologia nos processos de inventário e controle de bens móveis; 3. Implantação de novo procedimento relacionado a desfazimento de bens. |
| Lagarto | 1. Conciliação SIPAC/SIAFI; Gerenciamento de Patrimônio Imóvel (SPIUNET); ampliar estrutura física do patrimônio; identificação com plaquetas. |
| Glória | 1. Conclusão da obra do campus permanente. |
| Própria | 1. Conclusão da obra do campus permanente. |
| Socorro | 1. Construção de didáticas e espaço de vivência estudantil; aumento do número de estudantes; funcionamento no período noturno; aumento da oferta de curso. |

Quadro 04 - Principais investimentos de capital



13. Conformidade Legal de TIC do IFS

Buscando a conformidade legal da governança e gestão de TI, o IFS observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, padrões internacionais para o gerenciamento dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos.

De acordo com a Política de Governança de TIC do IFS (PGTIC), a Auditoria Interna (AUDINT – IFS) é responsável pela análise da conformidade do ambiente de TIC, avaliando e desenvolvendo mecanismos para manutenção da conformidade da área de TIC com os marcos regulatórios que regem a administração pública.

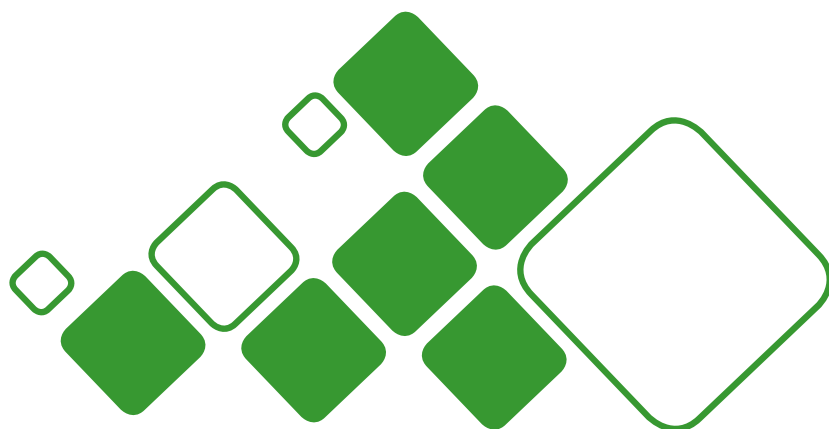
Informações desse acompanhamento podem ser encontradas no site da AUDINT (<http://www.ifs.edu.br/auditoria-interna>).

14. Modelo de governança de TI do IFS

As boas práticas de Governança de TI vem sendo implementadas no IFS desde 2014 atendendo às recomendações da Auditoria Interna do IFS, tendo como referencia os Levantamentos de Governança de TI / IFS do Tribunal de Contas da União (TCU) (<http://www.ifs.edu.br/governanca-de-ti>).

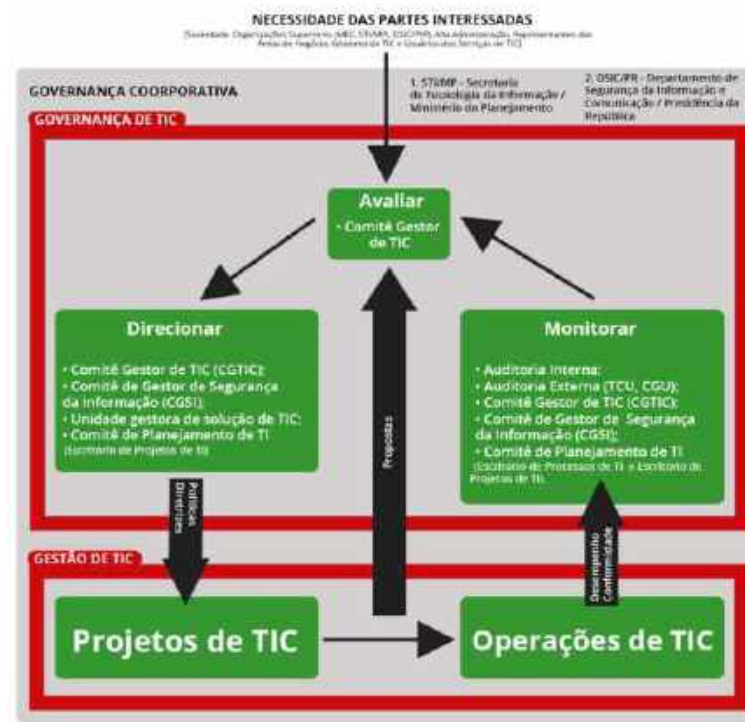
A Política de Governança de TIC/IFS (PGTIC), instituída pela Deliberação N° 63/CGTIC/IFS de 02/10/2017, define princípios, diretrizes e estrutura organizacional referentes a governança e gestão de TIC para Instituição.

O Sistema de Governança de TIC (SGTIC), está alinhado ao Sistema de Governança Corporativa do IFS e tem como instancia principal o Comitê Gestor de TIC – CGTIC (Figura 06).



¹ Conforme Decreto 7.579/2011, o IFS integra o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) / ME.

Figura 06 – Sistema de Governança de TI - SGTIC / IFS



Fonte: Deliberação N° 15/2018/CGTIC/IFS de 10/07/2018.

A Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS estão expressas na Tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição dos Direitos Decisórios de TIC entre os Comitês e Estruturas Organizacionais do IFS

| Questões de TIC | Distribuição de Direitos decisórios | |
|---|---|--|
| | Contribui | Decide |
| Princípios de TI (Políticas e Diretrizes) | CPlanTI ¹ e DTI ¹ | CGTIC ¹ e CGSI ² |
| Arquitetura de TI | CTI's ³ , Cord Sistêmicas de TIC e DTI | CPlanTI |
| Infraestrutura de TI | CTI's, Cord Sistêmicas de TIC e DTI | CPlanTI |
| Necessidade de Negócios de Soluções de TI | Todas as unidades organizacionais de IFS | Unidade Gestora de Solução de TI |
| Investimento e Priorização de TI | CPlanTI e DTI | CGTIC |

Fonte: Deliberação N° 15/2018/CGTIC/IFS de 10/07/2018.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), instância colegiada de natureza estratégica e deliberativa, de caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 3. 794/2019/IFS de 06/12/2019, em conformidade com o Decreto nº 9.759 de 11/05/2019, art. 6º e Portaria nº 788/2019/SGD/ME de 01/09/2019, art. 5º; é responsável por deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e à Governança Digital.

As reuniões do CGTIC são realizadas em conjunto com o colégio de dirigentes do IFS conforme Deliberação Nº 02/2019/CGTIC/IFS de 15/03/2019 que aprovou o Plano de Comunicação 2019. Mais informações: <http://www.ifs.edu.br/colegiados-dti>.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2014-2020 define como a área de TI, representada pela DTI contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos. Está alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014 - 2019) e as Estratégias do SISP: Geral de Tecnologia da Informação – EGTI (2014-2015) e de Governança Digital (2016-2019).

O Plano vigente (<http://www.ifs.edu.br/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>) está em conformidade com a Portaria Nº 778/SGD/ME de 04/05/2019 que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo seu desempenho em relação ao alcance de metas institucionais demonstrado no gráfico 11 e tabela 02.

Gráfico 11 - PDTIC - Alcance de Metas Institucionais (AMI)

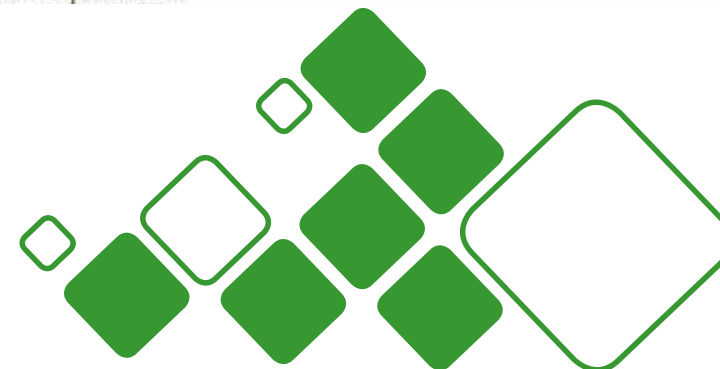


Fonte: Geplanes/IFS.

Tabela 02 – Relatório de Desempenho DTI (PAT 2019)

| Objetivo Estratégico | Indicador | Resultado (%) |
|--|--|---------------|
| OE01 – Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira | 24.% de execução orçamentária de TI | 100 |
| OE02 – Ampliar as atividades de capacitação dos Servidores (...) | Número de servidores capacitados em temas alinhados ao PDTIC | 57 |
| OE07 – Ampliar a Informatização de Processos Administrativos e Acadêmicos | 25.% de projetos constantes do PDTIC | 65,82 |
| OE11 – Aperfeiçoar Processo e Procedimentos Institucionais | 18.% de ações estratégicas do PDTIC | 62,15 |

Fonte: Geplanes/IFS.



² CPlanTI – Comitê de Planejamento de TI

³ DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

⁴ CGTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

⁵ CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação

⁶ CTI's – Coordenadorias de Tecnologia da Informação/Campi

⁷ A Deliberação Nº 04/2019/CGTIC/IFS de 14/10/2019 prorrogou o período de vigência do PDTIC até julho de 2020.

⁸ "A Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) é um instrumento de gestão do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos Planos de Tecnologia da Informação..."

"Art. 3º Em conformidade com o art. 4º do Decreto nº 7.379, de 2011, o Órgão Central do SISP elaborará, em conjunto com os Órgãos Setoriais e Seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP."

"A Estratégia de Governança Digital (EGD) define conceitos, direções, oportunidades, objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas para implementar a Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, e norteará programas, projetos, serviços, sistemas e atividades a ela relacionados..."

15. Montante de Recursos Aplicados em TI

No que se refere ao montante de recursos aplicados em TI, o gráfico 12 permite uma melhor visualização das despesas empenhadas no exercício de 2019, tanto de investimento quanto de custeio, podendo-se observar os valores pagos.

Gráfico 12 – Montante de Recursos (R\$) Aplicados em TI – 2019



No gráfico 13 é demonstrado o percentual dos gastos de TI, por cadeia de valor, resultantes das contratações e aquisições em 2019.

Gráfico 13 – Gastos de TI por Cadeia de Valor



No gráfico 14 é demonstrado o percentual dos gastos de TI, por Natureza de Despesa, resultantes das contratações e aquisições em 2019.

Gráfico 14 – Gastos de TI por Natureza de Despesa



16. Contratações mais relevantes de recursos de TI

As aquisições de bens e serviços de TIC no IFS são desdobramentos do Plano de Contratações de Tecnologia e Comunicação (PCTIC), exercício 2019. Portanto, apresentamos os resultados mais relevantes, as contratações de TIC mais relevantes, em virtude dos montantes de recursos públicos aplicados, sendo estas:

• **Contrato 08/2016 (Renovação) – R\$ 882.562,57**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas.

• **Resumo:**

Sustentação, Suporte, Apoio à Implantação e Customizações (SIGAA) para otimizar os módulos do sistema SIG, apoiando no cumprimento das atribuições das áreas finalísticas e administrativas do IFS.

• **Empenho 800493 (Aquisição) – R\$ 515.914,00**

Aquisição de Processadores de Dados, computadores, para renovação do parque computacional.



- **Contrato 6/2019 (Aquisição) – R\$ 180.000,00**
Discos para Ampliação do armazenamento do Datacenter.
- **Contrato 07/2017 (Renovação) – R\$ 137.915,98**
Serviços especializados em Outsourcing de impressão
- **Contrato 2/2019 (Aquisição) – R\$ 28.423,28**
Serviço de link dedicado de Internet.
- **Empenho 800448 (Aquisição) – R\$ 11.815,04**
Aquisição de placas HBA para interconexão de Servidores de Rede ao Legado.
- **Empenho 800447 (Aquisição) – R\$ 25.800,00**
Aquisição de Nobreaks de 10 KVA para aumento de disponibilidade do Datacenter.
- **Contrato 13/2016 (Aditivo nº01/2019) – R\$ 77.158,34**
Renovação de Contrato do Antivírus

17. Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor

Macro Processos Gerenciais

Principais Iniciativas

- Acordo com o TRF4 para implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações;
- Oficina de Gestão de Riscos de Processos Críticos de TI;
- Adequação dos processos digitais ao disposto na Lei Nº 13.853, de 8 de Julho de 2019;
- Implantação do Processo de Planejamento de Gerenciamento de Contratações do Ministério da Economia;
- Adequação dos processos de aquisição de bens e serviços de TIC baseados na Instrução Normativa 01 de 04 de Abril de 2019 do Ministério da Economia.

Principais Resultados

- Inicialização do processo de implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do IFS
- Disseminação das práticas de gestão de riscos em processos críticos de TI junto aos gestores de TI do IFS
- Inicialização das atividades de adequação das políticas de proteção de dados pessoais no âmbito do IFS
- Melhora no planejamento de aquisições anuais através de sistema integrado do Ministério da Economia
- Melhora no processo de Aquisições de bens e serviços de TIC

Macro Processos Finalísticos

Principais Iniciativas

- Implantação SIGAA Módulo Processo Seletivo;
- Implantação do Sistema de Calendário Digital;
- Implantação do SIGAA Modulo de Plano Individual de Trabalho;

Principais Resultados

- Melhora significativa no processo seletivo, com redução de custo operacionais, melhora no desempenho do processo, otimização de correções e publicação dos resultados, utilizando a base de inscrições como entrada para a pré-matrícula;
- Calendário Acadêmico dinâmico, preenchido de forma eletrônica com facilidade de acesso. Ajustes no calendário são publicitados mais rapidamente;
- Plano Individual de trabalho do docente disponível de forma eletrônica e com preenchimento automático de parte dos dados, advindos do sistema acadêmico, otimizando o processo de preenchimento e disponibilidade publica dos planos.

Macro Processos de Suporte

Principais Iniciativas

- Aquisição de Microcomputadores (SRP);
- Aquisição de Nobreaks Gerenciáveis 10KVA para Datacenter;
- Contratação de Serviços de Impressão e Digitalização;
- Expansão do Armazenamento do Data Center;
- Interconexão de servidores de redes com o legado no Datacenter;
- Contratação de Serviços de Certificação Digital;
- Contratação de Serviço de Backup de Link para Internet;
- Implantação do Portal de Sistemas do IFS.

Principais Resultados

- Atualização do parque computacional;
- Estabilização elétrica que abastece o datacenter, aumentando a disponibilidade dos serviços hospedados;
- Contratação de serviços de impressão baseados no real consumo do IFS, incluindo o processo seletivo, mantendo uma economicidade de 22 % a ano;
- Aquisição de um conjunto de discos para Storage do Datacenter, aumentando a capacidade de armazenamento e subsequente disponibilidade de serviços futuros, tais com GED, Diploma Digital, PEI, dentre outros;
- Com a interconexão dos servidores de redes dentro do datacenter ao legado, foi potencializado o processamento de dados e posterior aumento do desempenho no Datacenter;
- A aquisição de certificados digitais mantendo a economicidade de 66 % ano;
- Com a contratação de links de backups de internet, foi aumentada a disponibilidade de conectividade nos campi e reitoria, garantindo à continuidade dos serviços prestados;
- O portal de sistemas do IFS concentrou de forma simples o acesso a todas as ferramentas digitais disponíveis pelos IFS, facilitando o acesso e conhecimento dos serviços.





18. Segurança da Informação

Preliminarmente, no que se refere à Segurança da Informação, cabe explicar que, em nível estratégico, o Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação (CGSIC) é órgão colegiado natureza deliberativa e caráter permanente, instituído através da Portaria Nº 3.795/2019/IFS de 06/12/2019, em conformidade com o Decreto nº 9.759 de 11/05/2019, art. 6º; é responsável por implementar a Política de Segurança da Informação e normas relacionadas no âmbito do IFS.

As reuniões do CGSIC são realizadas bimestralmente em conjunto com o colégio de dirigentes do IFS. Mais informações: <http://www.ifs.edu.br/colegiados-dti>.

Além do exposto, destaca-se em nível operacional, a Coordenadoria de Segurança de Informação (COSEG) cujo é implantar, planejar, executar, elaborar, avaliar, acompanhar e desenvolver as atividades de manutenção e suporte de tecnologia da informação. Diante de sua relevância é oportuno destacar suas principais ações na área de Segurança da Informação em 2019, conforme a seguir:

- Implantação de sistema de LOG integrado a todos os firewalls do IFS.
- Implantação de modelo padronizado de firmware de ativos.
- Implantação de modelo padrão de gerenciamento de firewall
- Implantação do modelo centralizado e políticas de antivírus, que visa padroniza políticas e padrões em todos os campi.

19. Principais Desafios

Um dos principais desafios apontados na área de TI do IFS, refere-se à capacitação e aos treinamentos insuficientes do seu quadro técnico, fator esse que impacta diretamente no atendimento satisfatório às demandas de TIC. Além disso, observa-se que há sobrecarga de trabalho às chefias na área de TI, trazendo-lhes, ainda, óbices em exercer mais eficazmente às funções que lhe são atribuídas, seja de gestão ou operacional. Diante do exposto, estimam-se os seguintes riscos, sendo estes:

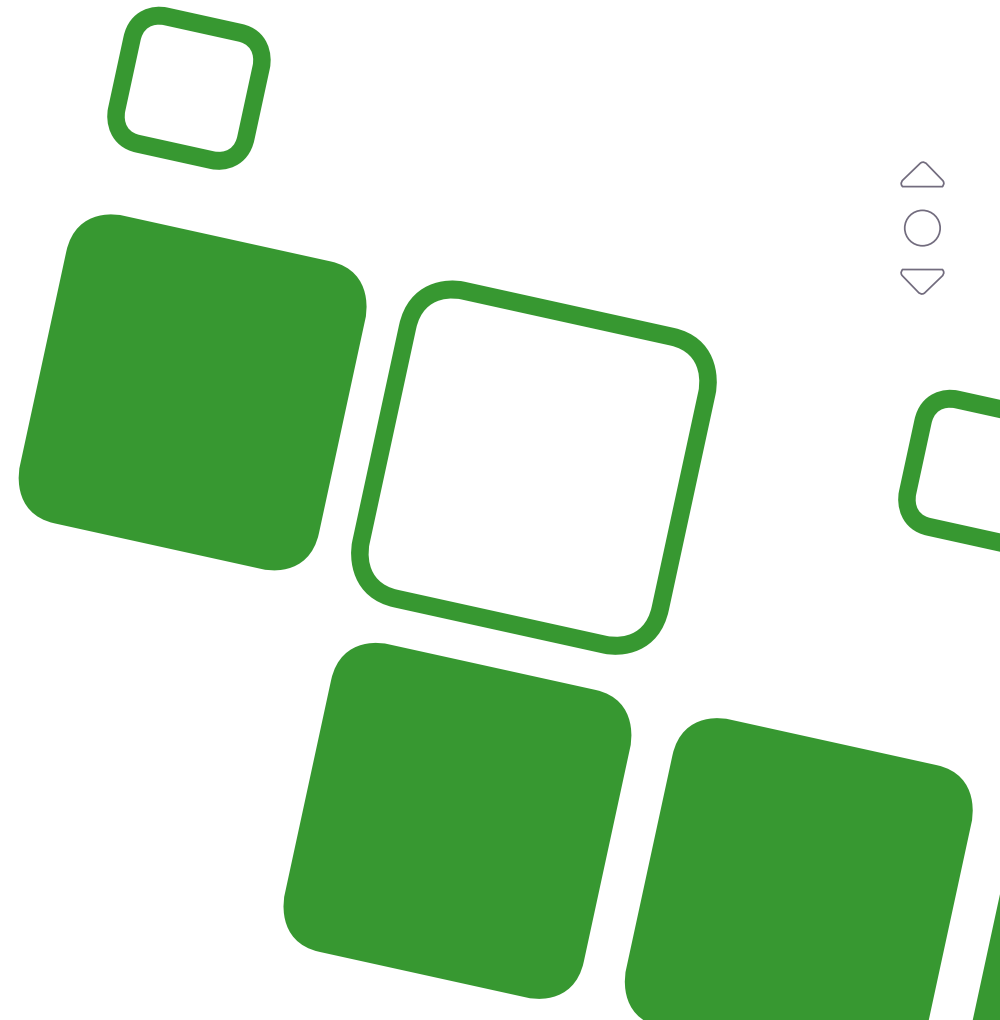
- Alongamento do prazo na execução de projetos;
- Má prestação dos serviços públicos aos usuários;
- Clima Organizacional instável;
- Rotatividade de quadro funcional;
- Entre outros

Também é observada a mudança na política econômica do país, que promove assim o uso racional do recurso financeiro e a necessidade de criação de novas estratégias de gerenciamento de custos em projetos dos diversos certames do IFS

20. Ações Futuras

- Implantar o desenvolvimento de soluções de TIC, cuja iniciativa depende da maturidade dos processos organizacionais (consolidados, documentados e geridos);
- Readequação a estrutura organizacional de TIC para nova realidade instituída no país
- Potencialização de recursos humanos e materiais com vistas a minimizar custos e retrabalho
- Melhora no clima organizacional através de processos de integração entre área, demonstrando claramente o papel de cada uma dentro do contexto e provimentos de serviços de TIC
- Melhoria nos processos de retenção funcional através de ações motivacionais

Fonte: PGTIC 2014-2019





21. Gestão de Custos

O IFS não possui sistemática de apuração de custos pois não dispõe de ferramentas adequadas para extração de dados dos sistemas SIAFI, SIAPE e SIGPLAN, que permitiriam a estruturação de sistemas de apuração de custos.

A disponibilização destas ferramentas será realizada conforme o Ministério da Educação conclua seus trabalhos de desenvolvimento, considerando o que dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, competindo à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) tratar de assuntos relacionados à área de custos na Administração Pública Federal.

Em 9 de março de 2011, a STN publicou a Portaria nº 157 (logo em 24 de outubro do mesmo ano complementada pela Portaria nº 716), que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal, estruturado na forma de um subsistema organizacional da administração federal e vinculado ao Sistema de Contabilidade Federal, uma vez que se encontra sob gestão da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União.

Criou-se, então, o SIC (Sistema de Informações de Custos do Governo Federal), um “data warehouse” que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, para a geração de informações de custos.

O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 135, de 23 de janeiro de 2014, expedida por sua Secretaria Executiva, constituiu um grupo de trabalho liderado pelo Órgão Setorial do Sistema de Custos do Ministério da Educação com o encargo de “discutir as diretrizes de implementação do sistema de custos no âmbito do Ministério da Educação” (artigo 1º). Os integrantes deste grupo de trabalho foram designados pela Portaria nº 2 de 26 de maio de 2014, do Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, mas o referido sistema ainda não está em uso.

22. Sustentabilidade ambiental

As ações de gestão ambiental e sustentabilidade no IFS estão norteadas para o desenvolvimento da instituição, observando a atuação desta de forma sistêmica, compreendendo que suas ações impactam a sociedade nos aspectos econômico, social e ambiental.

Visando implantar ações que contribuam para a redução do uso de recursos naturais, financeiros e minimizar os impactos ao meio ambiente provocados pelas suas atividades e afirmar o compromisso institucional para o desenvolvimento de valores e atitudes coerentes da comunidade acadêmica foi criado o programa IFS SUSTENTÁVEL.

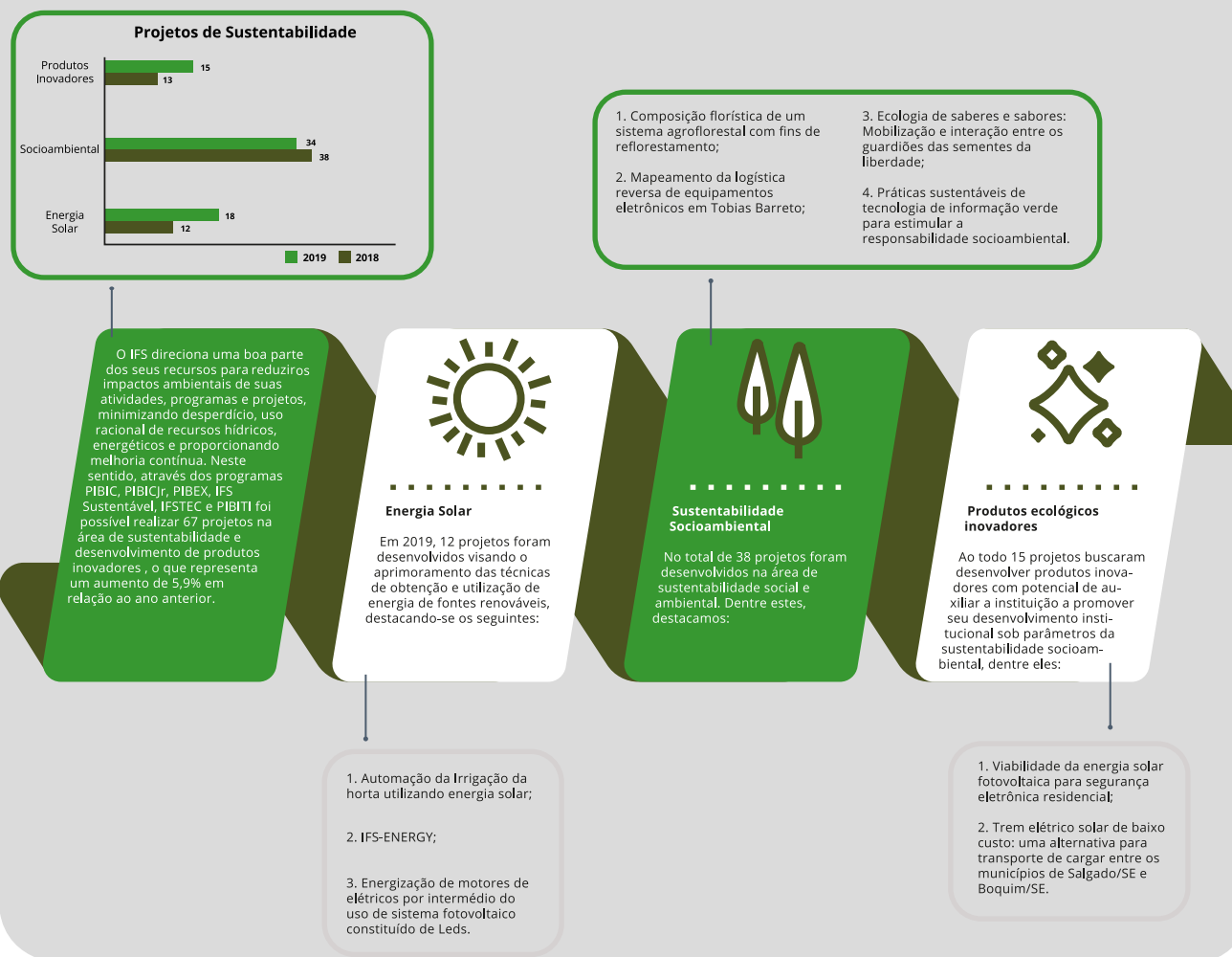


Figura 07 – Sustentabilidade Ambiental

The image features a vibrant green background with an abstract composition of white and red geometric shapes. On the left side, there is a large white rounded rectangle with a thin white border. Below it, a smaller white rounded rectangle is positioned. To the right of these, a vertical column of shapes includes a small white square at the top, a larger red square, and two more white squares. Further down, a large white rounded square is prominent. To its right, the text 'INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS' is written in white, uppercase letters. Below the text, there is a small white square. The bottom half of the image is filled with a variety of white and red squares and rounded rectangles of different sizes, some with white outlines and others solid. A large white rounded rectangle is also visible at the bottom right corner.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

1. Setorial de Contabilidade do IFS

O Departamento de Contabilidade e Finanças (DFC) compõe a estrutura da Pró-reitoria de Administração, e é responsável por superintender, como setorial contábil de órgão, a contabilidade do Instituto, na forma do Decreto 6.976, de 7 de outubro de 2009, artigo 6º, inciso II, como prescreve o Regimento Interno da Reitoria no inciso I de seu artigo 52.

As demonstrações contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), consolidando os dados de todas as suas unidades gestoras (Reitoria e Campi), quais sejam:



Cada campus é dotado de estrutura administrativa própria, que conta com seu setor específico de contabilidade, responsável pelo registro da conformidade contábil da respectiva unidade gestora no SIAFI.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis (consolidadas) do Instituto (conformidade contábil de órgão) é realizada pelo DCF, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI e levando em consideração os registros de conformidades contábeis feitos pelos contabilistas responsáveis pelos campi. Tal processo visa assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são registrados contabilmente os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

2. Declaração do Contador

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. A qual reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas –, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos aspectos mencionados a seguir:

a) Saldos contábeis do almoxarifado não conferem com o respectivo RMA nas seguintes UG:

- 152420 – Campus Nossa Senhora da Glória
- 152426 – Campus Estância
- 152430 – Campus Itabaiana
- 154679 – Campus Tobias Barreto
- 158393 – Campus Aracaju

b) Saldos contábeis de bens móveis não conferem com o RMB nas seguintes UG:

- 152420 – Campus Nossa Senhora da Glória
- 152426 – Campus Estância
- 152430 – Campus Itabaiana
- 158392 – Campus São Cristóvão
- 158393 – Campus Aracaju
- 158394 – Campus Lagarto

c) Falta de reavaliação de bens móveis em todas UG.

d) Não houve conclusão dos inventários de bens móveis nas UG que confirmasse a compatibilidade dos registros do Sistema de Patrimônio com as existências.

e) Existência registros, no Sistema de Patrimônio, de bens não localizados que, por deficiência do mesmo, não são apresentados à parte nos saldos do RMB, inviabilizando os registros na conta contábil de controle de bens a localizar.

f) Evolução incompatível dos registros de depreciação de ativos (bens móveis) em todas as UG, em decorrência das informações das alíneas c, d e e, acima.

Estou ciente das responsabilidades civis, funcionais e profissionais desta declaração.

Aracaju, 20/01/2020

Celso Tavares dos Santos
Contador – Reitoria/IFS
CRC/SE 3.648





3. Demonstrações Contábeis

A seguir são apresentadas, sinteticamente, as demonstrações contábeis do corrente exercício, cujas análises são feitas nas correspondentes Notas Explicativas, logo em seguida.

3.1 Balanço Patrimonial

| ATIVO | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| ATIVO CIRCULANTE | 24.266.342,68 | 22.934.532,75 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 |
| Demais Créditos e Valores a Curto Prazo | 1.090.336,67 | 1.842.412,11 |
| Estoques | 1.476.736,68 | 1.714.856,01 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 76.512,40 | 30.440,92 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 145.698.433,78 | 142.440.596,05 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 17.130,64 | 17.130,64 |
| Imobilizado | 141.899.099,88 | 238.877.992,99 |
| Intangível | 3.782.203,26 | 3.545.472,42 |
| TOTAL DO ATIVO | 269.964.776,46 | 265.375.128,80 |

| PASSIVO | | |
|--|----------------------|----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 76.850.723,09 | 22.142.701,35 |
| Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo | 21.833.941,74 | 16.589.003,86 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 1.937.580,38 | 2.074.625,86 |
| Obrigações Fiscais a Curto Prazo | 540,89 | 290,56 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 53.078.660,08 | 3.478.781,07 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 1.270.305,13 | - |
| Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo | 1.270.305,13 | - |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 78.121.028,22 | 22.142.701,35 |

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| Resultados Acumulados | 191.843.748,24 | 243.232.427,45 |
| Resultado do Exercício | -51.078.601,32 | 6.544.203,74 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | 243.232.427,45 | 237.436.973,52 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | -310.077,89 | -748.749,81 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 191.843.748,24 | 243.232.427,45 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 269.964.776,46 | 265.375.128,80 |

3.2 Demonstração de Variações Patrimoniais

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 322.504.953,06 | 306.515.093,50 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 222.363,85 | 154.466,97 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 1.529,92 | 216,84 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 313.722.715,84 | 303.433.432,69 |
| Valorização e Cancelo g/ Ativos e Desincorporação de Passivos | 8.135.655,32 | 1.259.696,65 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 422.388,13 | 527.091,14 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 373.583.554,28 | 299.970.889,76 |
| Passivo e Encargos | 199.030.607,30 | 154.158.303,01 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 46.416.123,21 | 41.352.260,30 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 28.512.853,91 | 29.819.637,17 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 25.238,60 | 23.418,30 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 32.144.875,46 | 33.351.216,59 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | 55.156.238,58 | 2.556.452,40 |
| Tributárias | 42.404,67 | 161.764,80 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 8.045.122,38 | 8.547.937,83 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | -51.078.601,32 | 6.544.203,74 |

3.3 Demonstração de Fluxo de Caixa

| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
|---|------------------------|------------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 11.709.763,52 | 29.491.039,81 |
| INGRESSOS | 306.662.639,24 | 298.454.092,40 |
| Receitas Devidas e Originárias | 412.947,96 | 273.835,54 |
| Outros Ingressos Operacionais | 306.239.691,28 | 298.180.206,76 |
| DESEMBOLSOS | -294.942.875,42 | -269.003.053,49 |
| Passivo e Demais Despesas | -241.660.230,68 | -212.793.054,45 |
| Transferências Concedidas | -28.559.735,44 | -28.902.714,45 |
| Outros Desembolsos Operacionais | -24.722.912,33 | -28.106.234,59 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | -9.433.877,60 | -14.387.210,50 |
| INGRESSOS | - | 90.450,00 |
| Alienação de Bens | - | 90.450,00 |
| DESEMBOLSOS | -9.433.877,60 | -14.378.299,30 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | -8.900.063,68 | -13.532.344,01 |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -533.743,92 | -846.434,36 |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 2.275.885,92 | 14.803.619,31 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 19.346.823,71 | 4.930.124,70 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 |



3.4 Balanço Orçamentário

| RECEITA | | | | |
|------------------------------------|-------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | 219.833,00 | 219.833,00 | 412.947,96 | 193.114,96 |
| Receita Patrimonial | 110.895,00 | 110.895,00 | 94.066,66 | -16.828,40 |
| Receita Agropecuária | 8.263,00 | 8.263,00 | 2.821,00 | -5.442,00 |
| Receitas de Serviços | 98.026,00 | 98.026,00 | 128.505,70 | 27.179,70 |
| Outras Receitas Correntes | 2.659,00 | 2.659,00 | 190.554,60 | 187.895,60 |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS BREGGI | 219.833,00 | 219.833,00 | 412.947,96 | 193.114,96 |
| TOTAL | 219.833,00 | 219.833,00 | 278.999.528,80 | 277.999.528,80 |

| DÉSPESA | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | 278.333.446,00 | 277.733.045,00 | 272.295.185,38 | 266.112.265,59 | 243.682.053,09 | 2.437.589,62 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 4.940.171,00 | 3.361.495,00 | 6.117.321,38 | 529.828,22 | 519.343,41 | 2.758.826,38 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | 278.273.617,00 | 281.094.540,00 | 278.412.476,76 | 266.642.093,72 | 246.201.396,49 | 2.682.465,24 |
| TOTAL | 278.273.617,00 | 281.094.540,00 | 278.412.476,76 | 266.642.093,72 | 246.201.396,49 | 2.682.465,24 |

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31/12/2018 | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
|----------------------------|------------------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 1.447.878,81 | 5.836.339,00 | 4.772.993,52 | 4.789.229,01 | 1.634.029,32 | 890.969,47 |
| Outras Despesas Correntes | 1.447.878,81 | 5.836.339,00 | 4.772.993,52 | 4.789.229,01 | 1.634.029,32 | 890.969,47 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 16.052.586,00 | 8.093.781,40 | 8.846.888,26 | 8.792.940,97 | 11.641.875,80 | 3.712.140,83 |
| Investimentos | 16.052.586,00 | 8.093.781,40 | 8.846.888,26 | 8.792.940,97 | 11.641.875,80 | 3.712.140,83 |
| TOTAL | 17.500.464,81 | 13.930.120,40 | 13.619.881,78 | 13.582.170,98 | 13.275.905,12 | 4.603.110,30 |

| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS | | | | | |
|---|------------------------------------|-------------------------|----------------------|---------------|-------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31/12/2019 | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
| DESPESAS CORRENTES | 122.667,75 | 19.278.870,54 | 19.274.674,10 | 466,89 | 118.397,50 |
| Pessoal e Encargos Sociais | - | 16.600.251,29 | 16.600.251,29 | - | - |
| Outras Despesas Correntes | 122.667,75 | 3.178.619,25 | 3.174.422,81 | 466,89 | 118.397,50 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 318.445,72 | 121.533,22 | 121.533,22 | - | 318.445,72 |
| Investimentos | 318.445,72 | 121.533,22 | 121.533,22 | - | 318.445,72 |
| TOTAL | 441.113,47 | 19.400.403,76 | 19.396.207,32 | 466,89 | 436.843,22 |

3.5 Balanço Financeiro

| INGRESSOS | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| Receitas Orçamentárias | 412.947,96 | 364.335,54 |
| Ordinárias | - | - |
| Vinculadas | 421.622,89 | 398.181,27 |
| (-) Deduções da Receita Orçamentária | -8.674,93 | -33.845,73 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 305.637.792,85 | 297.362.857,26 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 286.076.390,57 | 271.294.207,49 |
| Repasso Recebido | 266.761.042,14 | 252.085.190,83 |
| Sub-repasso Recebido | 19.315.348,43 | 19.209.016,64 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 19.561.402,28 | 26.068.649,77 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 19.052.613,64 | 25.130.517,93 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 508.788,64 | 938.131,84 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 32.812.978,70 | 34.506.683,54 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 20.440.697,23 | 19.759.213,64 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 11.770.383,04 | 13.930.120,40 |
| Depósitos Resstituíveis e Valores Vinculados | 125.532,04 | 173.176,96 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários Arrecadação de Outra Unidade | 478.366,39 | 644.172,54 |
| Saldo do Exercício Anterior | 19.346.823,72 | 4.983.134,26 |
| TOTAL | 358.210.543,22 | 337.217.010,60 |

| DISPÊNDIOS | | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2019 | 2018 |
| Despesas Orçamentárias | 278.412.476,76 | 269.898.213,39 |
| Ordinárias | 233.358.344,24 | 223.767.684,66 |
| Vinculadas | 45.054.132,52 | 46.130.528,72 |
| Educação | 2.865.224,93 | 918.553,16 |
| Seguridade Social (Exceto Previdência) | - | 2.207.606,00 |
| Previdência Social (RPPS) | 41.741.960,77 | 34.320.260,66 |
| Receitas Financeiras | 300.000,00 | 499.104,98 |
| Outros Recursos Vinculados para Fundos, Órgãos e Programas | 146.946,82 | 1.839.613,92 |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos | - | 6.345.390,00 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 24.589.643,98 | 27.935.639,63 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 19.599.200,80 | 19.209.016,64 |
| Repasso Concedido | 42.360,00 | - |
| Sub-repasso Concedido | 19.315.348,43 | 19.209.016,64 |
| Repasso Devolvido | 241.492,37 | - |
| Independentes da Execução Orçamentária | 4.990.443,18 | 8.726.622,99 |
| Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 4.287.909,55 | 7.971.904,80 |
| Demais Transferências Concedidas | 38.188,09 | - |
| Movimento de Saldos Patrimoniais | 664.345,54 | 754.718,19 |
| Pagamentos Extraorçamentários | 33.585.665,55 | 20.036.333,98 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 19.896.207,32 | 3.396.577,64 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 13.552.179,98 | 16.469.111,28 |
| Depósitos Resstituíveis e Valores Vinculados | 137.278,25 | 170.644,96 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 |
| TOTAL | 358.210.543,22 | 337.217.010,60 |



4. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4.1 Estrutura Institucional do IFS

O IFS está vinculado ao Ministério da Educação e possui natureza jurídica de autarquia, possuindo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Foi criado pela Lei 11.892/2008, e tem como órgão executivo central a Reitoria, instalada em Aracaju, capital sergipana. Além de ser regido pela citada lei, conta ainda com um Estatuto e um Regimento Geral que regulamentam seu funcionamento e gestão.

A Portaria 331/2013/MEC que dispõe sobre a estrutura organizacional (multicampi) dos Institutos Federais, cujo anexo foi alterado pela Portaria 505/2014/MEC, estabeleceu 08 (oito) campi para a Instituição. E em 2016, através da Portaria do MEC nº 378, de 09/05/2016, foi autorizado o funcionamento do campus Nossa Senhora do Socorro, totalizando assim 09 (nove) campi em funcionamento na estrutura organizacional do Instituto.

Além dos Campi em funcionamento e da Reitoria, foram criadas as unidades gestoras executoras do Pronatec e do Campus Poço Redondo (em fase de implantação), objetivando melhor gestão administrativa e contábil. Quanto a esta primeira, por se encontrar em fase de encerramento, no exercício relativo às Demonstrações analisadas não houve movimento patrimonial, orçamentária nem financeira.

| UNIDADES GESTORAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE | | |
|---|---------------------|--------------------------------|
| Reitoria - órgão executivo | Campus Aracaju | Campus São Cristóvão |
| Campus Lagarto | Campus Itabaitana | Campus Nossa Senhora da Glória |
| Campus Estância | Campus Propriá | Campus Tobias Barreto |
| Campus Nossa Senhora do Socorro | Campus Poço Redondo | Administração do Pronatec |

4.2 Base de preparação das Demonstrações e das práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFS são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011, NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (PortariaSTNnº700/2014); bem como o Manual SIAFI.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards - IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações da Reitoria e de todos os Campi vinculados ao IFS, e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, no exercício financeiro a que se referem.

Compreendem estas notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

4.3 Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida no Manual Técnico de Orçamento (MTO), elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, que integra a Secretaria Especial de Fazenda, subordinada ao Ministério da Economia.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual - LOA -, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes.

Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, dentre outros, os recursos da União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

4.3.1 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFS faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a 2 - Intra-OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque quanto aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, quando comparados com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 - Intra. Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza "Intra", visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.





4.3.2 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFS quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, que é mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

4.3.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

4.3.4 Recursos orçamentários x Recursos financeiros

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais” (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>). Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributárias e não tributárias) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou, ou seja, na LOA. Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos. A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

4.3.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou a conclusão da prestação dos serviços contratados.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que possa ou venha a ocorrer o pagamento.

4.4 Detalhamento dos critérios contábeis adotados na Administração Pública Federal

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFS, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. No âmbito do IFS, não há utilização de moeda estrangeira.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados pelo órgão.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. No âmbito do IFS, administração indireta, o método está sendo utilizado conforme as normas. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de Mercado (ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação no IFS).□





Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Exceção se faz aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas (ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação no IFS).

Ajuste para perdas da dívida ativa

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido por Grupo Técnico, instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de recebimento passados, descrita no MCASP. Os critérios de reconhecimento dos créditos de dívida ativa e respectivo ajuste para perdas estão em processo de revisão, com previsão de mudança nessas políticas contábeis até o encerramento deste exercício, pela Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional –CCONT/STN. No IFS não existe registros nessa categoria.

Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial – MEP – na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.□

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.□

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFS, não há registros classificados no subgrupo investimentos.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, caso aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangíveis

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No âmbito do IFS, a totalidade dos bens intangíveis está relacionada a softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que se referem aos sistemas adquiridos de fornecedores e a alguns poucos recebidos em doação.

Diferido

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo seria amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007. No âmbito do IFS, não há valor registrado neste grupo.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.□

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No âmbito do IFS não há bem imóvel não registrado no SPIUnet.□

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de imóveis reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis do IFS, que abrange a quase totalidade das unidades gestoras (Campi), é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, com a depreciação iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.





Empréstimos e Financiamentos

São as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). O IFS não possui empréstimos e financiamentos registrados.

Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. No IFS não houve a necessidade de registros de provisões em razão da não ocorrência do primeiro pressuposto (a provável possibilidade de saída de recursos). Entretanto, não há como declararmos que as provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF nº 8, de 30 de dezembro de 2015, uma vez que a Administração não recebeu ou não forneceu à área contábil as informações conforme disciplinam tais normativos.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I. Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As receitas tributárias e as transferências recebidas são exceções a esta regra, pois seguem a lógica do regime de caixa, de acordo com o modelo PCASP e em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. Excetuam-se a esta regra as despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, de acordo com o modelo PCASP, que coaduna com a Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

II. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

III. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art.35 da Lei nº4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit ou o déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. A fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, o déficit é apresentado junto às receitas, enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.



aquisições do período, e ainda de desfazimentos de bens semoventes pelo Campus São Cristóvão – que possui características de campus agrícola. Os bens móveis representam 22,13% do total do Ativo Imobilizado (valores líquidos da depreciação).

Conforme demonstrado na tabela 02, há predominância dos Bens de Informática, representando 31,59% do total bruto (desconsiderando-se a depreciação acumulada). Cabe informar que estes bens apresentaram uma pequena variação no período de 3,60%. Porém, o item “Móveis e Utensílios” foi o grupo que apresentou maior variação monetária: R\$ 735.361,65.

Ressaltamos que não houve conclusão dos inventários de bens móveis nas UG que confirmasse a compatibilidade dos registros do Sistema de Patrimônio com as existências. E, ainda, que existem registros de bens não localizados no citado Sistema que, por deficiência do mesmo, não são apresentados à parte nos saldos do RMB. Esta situação inviabiliza os registros na conta contábil de controle de bens a localizar e torna a informação contábil, neste ponto, não confiável. Convém esclarecer que a Administração está adotando providências no sentido de corrigir, paulatinamente, estes desníveis.

4.5 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial - BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do Balanço Patrimonial.

Demais créditos e valores a curto prazo

Neste subgrupo do ativo circulante estão registrados os valores a receber decorrentes das demais transações realizáveis no curto prazo.

Ao compararmos o exercício de 2019 com o de 2018, vemos que o subgrupo apresentou um decréscimo de 40,82%, sendo registrado o saldo de R\$ 1.090.336,67, no período atual, e de R\$ 1.842.412,11, no anterior.

O saldo apresentado atualmente é composto pelos direitos a receber referentes a adiantamentos concedidos a pessoal (parcela 13º salário, férias e antecipação de salários), geralmente solicitados pelos servidores no início de cada exercício, totalizando R\$ 996.777,46, e também os relativos a créditos a receber por cessão de pessoal (servidores cedidos a municípios de Sergipe), no valor de R\$ 27.349,21 (dos quais R\$ 21.128,53 estão pendentes de recebimento desde fevereiro/2019), além de adiantamento relativo a Termos de Execução Descentralizada (TED) no valor de R\$ 66.210,00.

As contrapartidas destes lançamentos ocorreram no passivo circulante, subgrupo “obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo”, do Balanço Patrimonial.

Apesar do grande acréscimo citado acima (AH), o subgrupo não representa grande participação no total do ativo, somente de 0,40% (AV).

VPDs pagas antecipadamente – BP

Compreendem pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD), cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Este item apresentou uma variação aumentativa de 151,35%, comparando-se o exercício de 2018 (R\$ 30.440,92) com o de 2019 (R\$ 76.512,40). Entretanto, a sua participação no ativo é de apenas 0,03% do total registrado em 2019. A variação é decorrente dos registros das VPD por período de competência (mensal) em contrapartida ao valor registrado no ativo (baixas) e pela ocorrência de assinaturas de novos contratos (entradas), como por exemplo: assinaturas e anuidades a apropriar, prêmios de seguros a apropriar e outros.

A contrapartida é apresentada no Passivo Circulante, Contas a Pagar Credores Nacionais, do Balanço Patrimonial, no momento da contabilização da aquisição (entrada/ativo). Já no momento do fato gerador por competência (mensal), o registro da baixa deste ativo é feito em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva – VPD, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2019, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 241.899.099,88 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Imobilizado, no final dos exercícios de 2019 e de 2018.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | ΔM% |
|---|-----------------------|-----------------------|-------|
| Bens Móveis | | | |
| (+) Valor Bruto Contábil | 39.734.538,48 | 57.760.832,08 | 1,42 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | (28.383.873,54) | (24.724.481,59) | 18,84 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis | | | |
| Bens Imóveis | | | |
| (+) Valor Bruto Contábil | 207.214.810,60 | 188.894.094,21 | 3,05 |
| (-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | (3.688.412,66) | (2.994.444,73) | 22,83 |
| (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis | | | |
| Total | 241.899.099,88 | 241.871.892,51 | 1,24 |

Fonte: SCAFI 2018 e 2019.

Bens Móveis

Os Bens Móveis, em 31/12/2019, totalizavam R\$ 30.352.684,94 (a valores líquidos de depreciações) e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.



No geral, os bens móveis apresentaram uma diminuição percentual de 8,12%, comparando-se com o exercício de 2018, que apresentava um saldo líquido de R\$ 33.036.353,49 e registra, até o fechamento destas notas explicativas, o valor de R\$ 30.352.684,94, ocorrendo uma redução monetária de R\$ 2.683.668,55. A redução decorreu de registros da depreciação mensal, que somados ultrapassam os valores referentes às aquisições do período, e ainda de desfazimentos de bens semoventes pelo Campus São Cristóvão – que possui características de campus agrícola. Os bens móveis representam 22,13% do total do Ativo Imobilizado (valores líquidos da depreciação).

Conforme demonstrado na tabela 02, há predominância dos Bens de Informática, representando 31,59% do total bruto (desconsiderando-se a depreciação acumulada). Cabe informar que estes bens apresentaram uma pequena variação no período de 3,60%. Porém, o item “Móveis e Utensílios” foi o grupo que apresentou maior variação monetária: R\$ 735.361,65.

Ressaltamos que não houve conclusão dos inventários de bens móveis nas UG que confirmasse a compatibilidade dos registros do Sistema de Patrimônio com as existências. E, ainda, que existem registros de bens não localizados no citado Sistema que, por deficiência do mesmo, não são apresentados à parte nos saldos do RMB. Esta situação inviabiliza os registros na conta contábil de controle de bens a localizar e torna a informação contábil, neste ponto, não confiável. Convém esclarecer que a Administração está adotando providências no sentido de corrigir, paulatinamente, estes desníveis.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

| | RS | | Alt(%) |
|---|----------------------|----------------------|-------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | |
| Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas | 15.478.808,65 | 15.110.978,90 | 2,16 |
| Bens de Informática | 18.869.141,75 | 18.212.733,55 | 3,60 |
| Móveis e Utensílios | 12.713.880,42 | 12.978.483,77 | 5,87 |
| Material Cultural, Educacional e de Comunicação | 2.210.785,34 | 4.758.288,44 | 9,97 |
| Veículos | 4.897.997,12 | 4.883.388,00 | 0,26 |
| Bens Móveis em Andamento | 1.091.036,73 | 1.102.817,48 | -1,14 |
| Semoventes e Equipamentos de Mostraria | 12.709,00 | 108.482,00 | -23,76 |
| Diversos Bens Móveis | 590.745,37 | 554.855,94 | 6,51 |
| Depreciação / Amortização Acumulada | (29.381.871,54) | (24.724.481,59) | 18,84 |
| Redução ao Valor Recuperável | | | |
| Total | 24.378.881,94 | 31.554.373,40 | 8,12 |

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2019.

Bens Móveis

Os Bens Imóveis do órgão, em 31/12/2019, totalizavam R\$ 211.546.414,94 e estão distribuídos em subgrupos de contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Os bens imóveis representam a maior parcela do total do ativo imobilizado (valores líquidos da depreciação), participando com cerca de 87,45%.

Os bens imóveis apresentaram um aumento percentual de 2,77%, comparando-se com o ano de 2018, que apresentava um saldo de R\$ 205.841.639,50, e registra, até o fechamento destas notas explicativas, o valor de R\$ 211.546.414,94, apresentando um acréscimo monetário de R\$ 5.704.775,44.

O aumento citado se deve, em maior parte, a registros contábeis efetuados em virtude de apropriação de novas medições de obras em andamento, relativas ao programa de expansão (interiorização) e modernização dos Institutos Federais. Tais lançamentos tiveram como contrapartida o item “Contas a Pagar Credores Nacionais” do Passivo Circulante do Balanço Patrimonial.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição (RS)

| Bens Imóveis | RS | | Alt(%) |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | |
| Bens de Uso Especial | 130.544.771,81 | 124.200.087,04 | 5,34 |
| Bens Imóveis em Andamento | 78.824.402,88 | 79.045.881,78 | -0,28 |
| Imobiliações | 4.040.941,48 | 4.078.603,38 | -0,80 |
| Desfzimentos em Propriedade de Terceiros | 924.714,04 | 924.714,04 | 0,00 |
| Depreciação / Amortização Acumulada | (3.868.415,60) | (2.984.444,73) | 22,51 |
| Total | 211.546.414,94 | 205.841.639,50 | 2,77 |

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2019.

De acordo com a Tabela 03, acima, os Bens de Uso Especial e Bens Imóveis em Andamento correspondem (a valores brutos) a 97,42% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão, perfazendo o montante de R\$ 209.669.174,18, em 31/12/2019 (desconsiderando-se a depreciação acumulada). Destaca-se que do saldo de Bens Imóveis em Andamento, R\$ 2.2453.833,55 corresponde a obra de construção de prédios administrativos e da biblioteca do Campus Aracaju que está paralisada desde meados de 2017.

Em síntese, a conta Bens Imóveis de Uso Especial é composta em sua totalidade pelos Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme demonstrado em tabela abaixo. Na qual se uma pequena variação percentual dos saldos apresentados entre os períodos analisados, de 5,34% no total do subgrupo. Sendo que o item Imóveis de Uso Educacional cresceu 6,04%, correspondente a R\$ 6.635.687,42, em termos financeiros, decorrentes de registros efetuados no SPIUnet pelos Campus Estância (R\$ 4.050.673,29) e Aracaju (R\$ 2.585.014,13). O primeiro registrou baixa de saldo de Bens Imóveis em Andamento. O registro no segundo decorreu de reavaliação dos imóveis efetuados pelo SPIUnet.

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição (RS)

| | RS | | Alt(%) |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | |
| Terrenos e Glebas | 14.537.281,37 | 14.537.281,37 | 0,00 |
| Imóveis de Uso Educacional | 116.517.480,98 | 109.881.603,56 | 6,04 |
| Total | 131.054.762,35 | 124.418.884,93 | 6,24 |

Fonte: SIAFI 2018 e SIAFI 2019.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, quando: a) for aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; b) houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; c) for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.



(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

O órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens até o fechamento da presente nota explicativa, 31/12/2019. Devendo adotar os procedimentos de acordo com as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais), também descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br/siafi), especialmente, em decorrência das obras paralisadas do Campus de Aracaju, mencionadas acima ao analisarmos os dados da Tabela 03.

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. E utilizando-se o como método de cálculo o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O órgão possui registrado um total de R\$ 29.381.873,54, referente a depreciação acumulada de bens móveis até o fechamento da presente nota explicativa. Deste total, R\$ 4.657.391,95 foram registrados no exercício de 2019, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas demonstrações das variações patrimoniais – DVP. Os registros contábeis são realizados com base em relatórios mensais de depreciação extraídos do sistema de controle patrimonial do órgão (SIPAC), considerando as normas e os procedimentos vigentes. Entretanto, em decorrência do explicitado no último parágrafo do item Bens Móveis (quanto à existência de bens registrados no sistema de controle como “não localizados”, cujos valores estão somando, nos Relatórios Mensais de Bens Móveis – RMB, com os dos bens efetivamente existentes), também os valores acima e os seus reflexos na DVP não refletem adequadamente o patrimônio da entidade.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, de autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos mesmos. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que é registrada no SIAFI pela STN, de acordo com informações fornecidas pela SPU.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação tem como marco inicial o mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil é definida no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o órgão apresenta o valor total de R\$ 3.668.415,66. Deste total, R\$ 673.970,93 foram registrados no exercício de 2019, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada nas Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP. Como informado acima, os registros contábeis foram realizados pela STN, com base nas informações encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). ▽

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Destaque-se que o IFS ainda aplicou tais teste.

Em 31/12/2019, o IFS apresentou um saldo de R \$ 3.782.203,26 (descontados da amortização) relacionados à bens do ativo intangível.

A tabela a seguir apresenta a composição do subgrupo Intangível e a demonstração da evolução entre os exercícios de 2018 e de 2019 (análise horizontal).

Destaca-se o item softwares com vida útil indefinida, que representa quase a totalidade do subgrupo, 94,73% (valores brutos). Sendo que este grupo não está sujeito à amortização, conforme definido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas aplicadas ao tema.



Tabela 05 – Intangível – Composição (R\$)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Var(%) |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| Software com Vida Útil Definida | 204.476,47 | 290.981,24 | -29,73 |
| Software com Vida Útil Indefinida | 3.674.691,33 | 3.473.189,01 | 5,80 |
| Amortização Acumulada | (96.964,32) | (211.897,83) | -19,66 |
| Total | 3.782.203,48 | 3.552.272,42 | 6,48 |

Fonte: SIAFI, 2018 e 2019.

A grande maioria dos registros de intangíveis no órgão está concentrada na Reitoria, cerca de 97%, onde está localizada a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI, que cuida, geralmente, dos contratos, aquisições e gerenciamento de softwares para utilização em todas as unidades gestoras do órgão.

Houve aquisição e baixa de bens intangíveis (softwares) no período analisado, conforme tabela acima. Destaca-se a baixa de bem intangível com vida útil definida pela expiração contratual, com amortização total, no valor de R\$ 86.504,77, o que representou uma diminuição na conta de 29,73%, ocasionando ainda a diminuição da amortização acumulada em 55,66%.

Redução ao valor recuperável de ativos (Intangível) – Impairment

O órgão ainda não realizou teste de recuperabilidade nos seus bens intangíveis.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebeu registros tanto positivos quanto diminutivos, afetando diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da ratificação de erro imputável à exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

O IFS não realizou ajustes de exercícios anteriores relativos a bens intangíveis no exercício de 2019.

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2019, este Órgão apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.937.580,38 relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 6 – Circulante

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Var(%) |
|-------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| Circulante | 1.937.580,38 | 2.074.625,86 | -6,61 |
| Nacionais | 1.937.580,38 | 2.074.625,86 | -6,61 |
| Total | 1.937.580,38 | 2.074.625,86 | -6,61 |

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2018 e 2019.

Conforme se vê, todas as obrigações a pagar do órgão são referentes aos fornecedores nacionais, classificadas no curto prazo (passivo circulante). Ou seja, não há registro de obrigações com fornecedores estrangeiros, nem tampouco no passivo não circulante.

Na tabela a seguir apresentamos a composição das obrigações com fornecedores e contas a pagar, em 31/12/2019, por Unidade Gestora contratante.

Tabela 07 – Fornecedores e Contas a Pagar Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

| | 31/12/2019 | AV (%) |
|---|---------------------|-------------|
| UG 1: 158134/26423 INST.FED.DE SERGIPE REITORIA | 728.546,48 | 37,60 |
| UG 2: 158393/26423 INST.FED.DE SERGIPE/CAMPUS ARACAJU | 547.539,43 | 28,26 |
| UG 3: 158392/26423 INST.FED.DE SERGIPE/CAMPUS S. CRISTÓVÃO | 211.426,18 | 10,91 |
| UG 4: 152426/26423 INST.FED. DE SERGIPE/CAMPUS ESTÂNCIA | 98.749,60 | 5,10 |
| UG 5: 158394/26423 INST.FED. DE SERGIPE/CAMPUS LAGARTO | 91.485,94 | 4,72 |
| Demais Unidades Gestoras Vinculadas ao INST.FED. DE SERGIPE | 259.832,75 | 13,41 |
| Total | 1.937.580,38 | 100% |

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2019.

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os cinco fornecedores com valores mais significativos em aberto, em 31/12/2019. Dentre esses fornecedores, o montante mais expressivo cabe à PLATAFORMA ENGENHARIA (CNPJ 06.034.228.0001-89), decorrentes da prestação de serviços de construção da obra do Campus Nossa Senhora da Glória.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor (R\$)

| | 31/12/2019 | AV (%) |
|--|---------------------|-------------|
| Fornecedor A: 06034228000189 – PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA | 948.113,91 | 48,93 |
| Fornecedor B: 16207888000178 – SACEL – SERV. DE VIGILÂNCIA E TRANSP DE VALORES | 518.368,70 | 26,78 |
| Fornecedor C: 07044888000103 – REAL SERVICE PREST.SERV.E LOC. DE EQUIPE | 204.228,13 | 10,54 |
| Fornecedor D: 06282163000189 – EDSEK/LOCACOES E SERVICOS AMS, EIRELI | 114.776,89 | 5,92 |
| Fornecedor E: 01781373000162 – R.F.L. ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA | 86.134,42 | 4,45 |
| Demais fornecedores do Instituto Federal de Sergipe | 872.938,91 | 45,05 |
| Total | 1.937.580,38 | 100% |

Fonte: Tesouro Gerencial/SIAFI, 2019.

Os fornecedores A, B, C, D e E representam 54,95% do total a ser pago. Sendo este percentual referente a obrigações com contratos de obras de engenharia para a expansão (interiorização) e modernização da rede de educação dos Institutos Federais; como também, gastos com contratos de vigilância, serviços de apoio administrativo e serviços de limpeza e conservação. A seguir é apresentado o resumo das principais transações com estes fornecedores:

(a) Fornecedor A: 06034228000189 – PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA, se refere a obrigação a pagar relativa a execução de obras e serviços de engenharia do programa de expansão, Campus Glória, registrada na Unidade Gestora da Reitoria no ano de 2012. Tais valores são oriundos de processos registrados em restos a pagar processados que estão aguardando análise e decisão judicial para seu pagamento ou desincorporação da obrigação.[]



(b) Fornecedor B: 16207888000178 – SACEL – SERV. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES, referente a contratos de prestação de serviços de vigilância realizados nas unidades gestoras que compõem o órgão contratante.

(c) Fornecedor C: 07044888000103 – REAL SERVICE PREST. SERV. E LOC. EQUIP., referente a contratos de prestação de serviços de apoio administrativo no âmbito da Reitoria. Ressaltando que esse contrato expirou o prazo de vigência e os valores devidos são provenientes das últimas notas fiscais contabilizadas.

(d) Fornecedor D: 09282163000189 – EDSERV LOCACOES E SERVICOS AMB. EIRELI., referente a contratos de prestação de serviços de limpeza e conservação no âmbito da Reitoria.

(e) Fornecedor E: 01781573000162 – R.P.L. ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA., referente ao novo contrato de serviços de apoio administrativo com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da Reitoria.

Obrigações contratuais

Em 31/12/2019, o órgão apresentou o saldo de R\$ 54.339.690,68 relacionado a obrigações contratuais, referentes a parcelas de contratos em execução no exercício de 2019 e a serem executadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir estão segregados estes compromissos, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam 87,70% do total das obrigações assumidas pelo órgão até 31/12/2019. A maior parcela dos valores registrados se refere aos serviços com execução de obras e serviços de engenharia, oriundas dos programas de expansão (interiorização) e de modernização dos Institutos Federais de Educação.

Tabela 09 – Obrigações Contratuais – Composição. (R\$)

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AV (%) |
|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Alugueis | 4.611.473,00 | 4.819.516,18 | -4,32 |
| Fornecimento de Bens | 1.781.401,39 | 1.643.548,38 | 8,39 |
| Seguros | 292.091,90 | 339.159,91 | -13,88 |
| Serviços | 47.654.724,49 | 72.773.522,41 | -34,52 |
| Total | 54.339.690,68 | 79.575.746,88 | -31,71 |

Fonte: Tesouro Gerencial SIAFI, 2018 e 2019.

A seguir, apresenta-se a tabela contendo a relação de Unidades Gestoras com valores contratuais mais expressivos na data base de 31/12/2019

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante (R\$)

| | 31/12/2019 | AV (%) |
|---|----------------------|---------------|
| UG 1: 15814 - INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DE SERGIPE (REITORIA) | 34.044.810,57 | 64,34 |
| UG 2: 15805 - INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ARACATU | 3.942.970,94 | 10,73 |
| UG 3: 15802 - INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO | 4.885.805,26 | 8,94 |
| UG 4: 15240 - INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS ITABAIANA | 3.094.336,27 | 5,63 |
| UG 5: 15460 - INST. FED. DE SERGIPE/CAMPUS: S. SOCOERO | 1.821.394,00 | 3,33 |
| Demais Unidades Gestoras vinculadas ao IFS | 3.590.264,02 | 7,19 |
| Total | 54.339.690,68 | 100,00 |

Fonte: Tesouro Gerencial SIAFI 2019.

As Unidades Gestoras 1, 2 e 3 são responsáveis por 83,93% do total contratado. Este montante elevado nas unidades gestoras 1 e 3 decorre, principalmente, da existência de contratos de execução de obras e serviços de engenharia do programa de modernização. Já a Unidade Gestora 1 – Reitoria detém 64,34% do total registrado. Isto porque esta é a responsável, além de outros, pela execução dos contratos de serviços de obras das unidades recém-criadas, localizadas no interior do Estado, como também, pela maioria das aquisições da área de TIC para utilização em todas as unidades do órgão.

As demais Unidades Gestoras, vinculadas ao IFS, possuem 7,19% do montante total registrado relativo a contratos em execução (serviços de limpeza, segurança, água, energia, seguros, alugueis e outros).

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 05 (cinco) contratados com os valores mais significativos e o saldo em 31/12/2019, a executar.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado (R\$)

| | 31/12/2019 | AV (%) |
|---|----------------------|---------------|
| Contratado A: 13017462000163 – ENERGISA SERGIPE – DIST. ENERGIA S/A | 7.464.911,04 | 13,63 |
| Contratado B: 00403962000191 – MKR CONSTRUCOES LTDA | 4.469.137,43 | 8,11 |
| Contratado C: 13351218000132 – TAVARES MENDONCA CONSTRUCOES EIRELI | 4.036.872,98 | 7,43 |
| Contratado D: 0471837000161 – MGM CONSTRUCAO E INC. LTDA. | 3.475.010,26 | 6,39 |
| Contratado E: 01781573000162 – R.P.L. ENGENHARIA E SERVICOS LTDA | 3.100.108,68 | 5,71 |
| Demais contratados do IFS | 31.899.650,29 | 58,71 |
| Total | 54.339.690,68 | 100,00 |

Fonte: Tesouro Gerencial SIAFI, 2019 (complementação - Fonte SIAFI Sipac)

Os contratados A, B, C, D e E representam 41,29% do total a ser executado, conforme demonstrado na tabela acima. Segue descrição dos mesmos:

(a) Contratado A: 13017462000163 – ENERGISA SERGIPE – DIST. ENERGIA S/A
Referente aos contratos de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica a todas as unidades do IFS. Cada unidade possui seu respectivo contrato.

(b) Contratado B: 00403962000191 – MKR CONSTRUCOES LTDA
Contrato nº 15/2018, cujo objeto é a execução de obra do programa de expansão, relativa à primeira etapa da construção do Campus Propriá, cujas despesas são executadas na Unidade Gestora Reitoria.

(c) Contratado C: 13351218000132 – TAVARES MENDONCA CONSTRUCOES EIRELI
Refere-se aos Contratos 23/2016 da Reitoria e 19/2016 do Campus São Cristóvão. São serviços de obras de engenharia para a conclusão/complementação do Campus Nossa Senhora da Glória e a 2ª etapa de pavimentação e urbanização do Campus São Cristóvão, respectivamente.

(d) Contratado D: 0471837000161 – MGM CONSTRUCAO E INC. LTDA.
Refere-se a serviço de obra de engenharia, do programa de expansão, para construção do Campus Itabaiana. Trata-se de valores registrados em restos a pagar processados que estão aguardando análise e decisão administrativa e/ou judicial para seu pagamento efetivo ou desincorporação da obrigação.

(e) Contratado E: 01781573000162 – R.P.L. ENGENHARIA E SERVICOS LTDA.
Refere-se ao novo contrato de serviços de apoio administrativo com disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva no âmbito da Reitoria.





Patrimônio Líquido - ajustes de exercícios anteriores

A conta "Ajustes de Exercícios Anteriores", que "registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes", apresentou, no final de 2019, o saldo devedor de R\$ 310.077,89, reduzindo o patrimônio líquido do órgão.

A maior parcela desses registros é relativa a reconhecimento de despesas de exercícios anteriores. Sendo a contrapartida registrada no subgrupo "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo", no Passivo Circulante, do Balanço Patrimonial.

Esses ajustes compõe uma linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos, os quais afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados.

4.6 Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens mais relevantes da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial.

Exploração e venda de bens, serviços e direitos – VPA

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções, como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Conforme demonstrado no quadro abaixo, este item apresentou um acréscimo de 20,54%, comparando-se o exercício de 2018 (R\$ 184.466,07) com o de 2019 (R\$ 222.363,85). No entanto, o impacto do grupo não é representativo nas Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA, pois computa somente 0,07% do total destas.

A contrapartida dos recebimentos destas receitas (VPA) no balanço patrimonial é realizada na conta "limite de saque" do subgrupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" (Ativo Circulante).

"Caixa e Equivalentes de Caixa" compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Ressalte-se que no órgão somente são realizadas movimentações bancárias, mediante a Conta Única do Tesouro Nacional.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AH(%) | AV(%) |
|--|-------------------|-------------------|-------------|------------|
| Variações Patrimoniais aumentativas | 322.363,85 | 184.466,07 | 7,22 | 110 |
| Exploração e venda de bens, serviços e direitos | 222.363,85 | 184.466,07 | 20,54 | 0,07 |
| Venda de mercadorias | 2.821,00 | 19.400,00 | -85,46 | 0,00 |
| Venda de produtos | - | - | - | - |
| Exploração de bens, direitos e prestação de serviços | 119.542,85 | 165.066,07 | 33,00 | 0,07 |

Fonte: SIAFI

Transferências e Delegações Recebidas – VPA

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

O grupo "Transferências e Delegações Recebidas" representa quase a totalidade, 97,28% (AV), das VPA, apresentando uma pequena variação entre os saldos de 31/12/2019 (R\$ 313.722.715,84) e de 31/12/2018 (R\$ 303.483.432,69), de apenas 3,37% de decréscimo, verificada na análise da variação horizontal, conforme quadro abaixo.

Este item representa 94,77% do saldo total de VPA, que estão associados a recebimentos de transferências recebidas para execução orçamentária (repasses e sub-repasses recebidos) e de transferências recebidas independentes da execução orçamentária (para pagamentos de restos a pagar). O restante do saldo do grupo se refere ao item "Outras Transferências e Delegações Recebidas", com 2,51% do total das VPA.

A contrapartida destes lançamentos é efetuada em contas do Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de Caixa/Recursos Liberados pelo Tesouro), na unidade recebedora.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AH | AV |
|--|-----------------------|-----------------------|-------------|---------------|
| Variações Patrimoniais aumentativas | 313.722.715,84 | 306.815.003,60 | 5,21 | 100,00 |
| Transferências e delegações recebidas | 313.722.715,84 | 303.483.432,69 | 3,37 | 97,28 |
| Transferências intragovernamentais | 305.637.792,85 | 197.362.837,26 | 2,78 | 94,77 |
| Outras transferências e delegações recebidas | 8.084.922,99 | 6.120.595,43 | 32,09 | 2,51 |

Fonte: SIAFI

Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos – VPA

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

Este grupo apresentou um acréscimo de 255,32% (AH), em relação aos períodos comparados, exercícios de 2018 e de 2019, apresentando saldos de R\$ 2.289.696,65 e de R\$ 8.135.655,32, respectivamente. No entanto, o grupo representa somente 2,52% do total de Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) registradas em 2019.

O saldo constante no subgrupo "Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporações de passivos", em 31/12/2019, se refere, em parte, a registros de baixa de obrigações contabilizadas indevidamente (valor indevido), verificadas após análises realizadas pela Administração. Enquanto que outra parcela é referente a incorporações de ativos registradas nas diversas unidades gestoras do órgão, principalmente através de registros de compras centralizadas (aquisição realizada pela Reitoria – emitente do empenho, tendo como beneficiadas com a entrada patrimonial as outras unidades gestoras do IFS – os campi). Mas, a maior participação do grupo é referente ao item "Ganhos com incorporação de ativos", representando 1,39% do total das VPA, no valor R\$ 4.486.043,58, registrados pelas diversas unidades do IFS.



| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AH | AV |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------|---------------|
| Varições Patrimoniais aumentativas | 322.804.883,04 | 306.618.983,89 | 8,32 | 100,00 |
| Utilização e extinção de ativos e desincorporação de ativos | 8.136.855,55 | 2.298.946,68 | 358,32 | 2,21 |
| Reavaliação de ativos | 2.585.014,13 | 1.652,21 | 97256,90 | 0,80 |
| Ganhos com incorporação de ativos | 4.456.043,58 | 2.238.387,82 | 100,41 | 1,39 |
| Ganhos com desincorporação de passivos | 1.064.997,61 | 48.653,82 | 2088,12 | 0,33 |

Pessoal e encargos – VPD

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar. Correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. E, ainda, as obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Este grupo, conforme visto no quadro abaixo, apresentou um pequeno aumento percentual de 8,08%, sendo registrado o montante de R\$ 184.158.303,01 em 2018 e de R\$ 199.030.607,30, em 2019. Destaque-se que este grupo possui o maior percentual de participação no total das variações patrimoniais diminutivas em 2019, correspondente a 53,28%.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AH | AV |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Varições Patrimoniais Diminutivas | 373.823.814,28 | 299.878.949,78 | 24,74 | 100,00 |
| Pessoal e Encargos | 199.030.607,30 | 184.158.303,01 | 8,08 | 53,28 |
| Remuneração e pessoal | 158.200.270,87 | 142.666.258,28 | 10,33 | 42,43 |
| Encargos patronais | 28.801.334,49 | 28.827.429,66 | -0,09 | -7,71 |
| Benefícios a pessoal | 11.672.435,31 | 11.664.614,97 | 0,07 | 3,32 |
| Outras Var. Patrim. Dimin. – Pessoal e Encargos | 36.566,63 | - | - | 0,02 |

Fonte: SICAFI

Dentro deste grupo, o item que menos apresentou variação percentual foi “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos”, com acréscimo de 0,02 %. De qualquer modo, em termos gerais, não houve grande variação entre os itens do grupo no período analisado.

Tais registros de VPD tiveram como contrapartida de seus lançamentos o subgrupo do passivo circulante “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, do Balanço Patrimonial

Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – VPD

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com a manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que são registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Inclui-se neste agrupamento despesas com diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, dentre outras.

Este grupo apresentou um decréscimo de 3,34% (AH), em relação aos períodos analisados (exercícios de 2019 e 2018), com saldos de R\$ 28.822.853,91 e de R\$ 29.819.537,27, respectivamente, conforme demonstrado no quadro seguinte. Representa 7,72% do total de variações patrimoniais diminutivas (VPD).

O item que influenciou significativamente neste decréscimo foi o de “Serviços”, com 5,10%, diminuindo em termos monetários o valor de R\$ 1.152.100,67, pois é o item do grupo que possui maior participação no total das VPD, cerca de 5,74%. No entanto, no grupo, também teve item com variação aumentativa, sendo a maior verificada no item “Depreciação, amortização e exaustão”, com um acréscimo de 5,78%. Contudo, é um item que possui pouca participação no grupo, com apenas 1,50%, do total das VPD.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AH | AV |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Varições Patrimoniais Diminutivas | 273.855,624,28 | 289.276.110,78 | -5,64 | 100,00 |
| Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo | 28.822.853,91 | 29.819.537,27 | -3,34 | 7,72 |
| Uso de material de consumo | 1.152.100,67 | 1.339.780,75 | -7,76 | 0,48 |
| Serviços | 21.493.473,98 | 22.581.874,65 | -5,10 | 5,74 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 5.600.509,31 | 5.294.181,87 | 5,78 | 1,50 |

As contrapartidas registradas no Balanço Patrimonial deste grupo de variações patrimoniais diminutivas foram as seguintes:

- Referente ao Uso de material de consumo, contrapartida no subgrupo “Estoques”, do ativo circulante;
- Referente a Serviços, contrapartida no subgrupo “Fornecedores e contas a pagar a curto prazo”, do passivo circulante.
- Referente a Depreciação, amortização e exaustão, contrapartida no subgrupo “Imobilizado”, para a depreciação, e no subgrupo “Intangível”, para a amortização, ambos do ativo não circulante.

Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos – VPD

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, com provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias. E, também, a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo.

Este grupo, conforme visto no quadro abaixo, apresentou um grande acréscimo percentual de 2.174,88%, sendo registrado o valor de R\$ 58.156.328,85 no exercício de 2019 e de apenas R\$ 2.556.452,40 em 2018. Este grupo possui a segunda maior participação percentual no total das variações patrimoniais diminutivas – VPD do IFS, representando 15,57%, ficando atrás apenas do grupo “Pessoal e encargos”, com 53,28%.

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 | AH | AV |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Varições Patrimoniais Diminutivas | 273.855,624,28 | 289.276.110,78 | -5,64 | 100,00 |
| Desvalorização e perdas de ativos e incorporação de passivos | 58.156.328,85 | 2.556.452,40 | 2174,88 | 16,67 |
| Reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes p/ perdas | - | 5.115,16 | -100,00 | 0,00 |
| Perdas com alienação | - | 390.648,23 | -100,00 | 0,00 |
| Perdas involuntárias | - | 414,30 | -100,00 | 0,00 |
| Incorporação de passivos | 50.531.345,07 | 2.087.179,07 | 2323,04 | 13,53 |
| Desincorporação de ativos | 7.624.983,78 | 73.097,64 | 10331,23 | 2,14 |

Esta grande variação apresentada no grupo foi em decorrência do aumento ocorrido no item “Incorporação de passivos”, que variou de somente R\$ 2.087.179,07, em 2018, para R\$ 50.531.345,07, em 2019. Esse aumento, em grande parte, é oriundo de registros de apropriação de ativo na unidade descentralizadora e de passivo na unidade recebedora de TED (Termo de Execução Descentralizada), decorrente de recursos orçamentários e financeiros não utilizados. Neste caso, a unidade recebedora foi a Reitoria/IFS, registrando-se a variação patrimonial diminutiva – VPD e a contrapartida dos lançamentos na conta “TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR – TED”, passivo circulante, do Balanço Patrimonial. Destaca-se que esses lançamentos não foram efetuados nos períodos anteriores, provocando essa grande variação percentual. Além disso, houve também grande variação no item “Desincorporação de Ativos”, o qual variou de R\$ 73.097,64, no exercício de 2018, para R\$ 7.624.983,78, em 2019. Essa variação foi decorrente em sua maior parte pelo registro do valor contábil dos imóveis dos Campi de Estância e de Socorro, sendo dada a baixa do valor na conta de “Obras em Andamento” pertencente ao Ativo, após laudo de avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.7 Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO

A seguir, são apresentadas as notas relativas ao Balanço Orçamentário e aos Restos a Pagar.

Receitas

No exercício de 2019, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 412.947,96, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 278.412.476,76, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 277.999.528,80.

Tabela 12 – Receitas e Despesas por Categoria econômica (R\$)

| Categoria Econômica | Previsão/Fixação | Realização / Execução | Realiz/Exec % | Análise Vertical |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|------------------|
| Receitas Correntes | 219.833,00 | 412.947,96 | 87,25 | 100,00 |
| Total das Receitas | 219.833,00 | 412.947,96 | 87,25 | 100,00 |
| Despesas Correntes | 277.733.045,00 | 272.295.155,38 | 98,04 | 97,80 |
| Despesas de Capital | 3.361.495,00 | 6.117.321,38 | 81,98 | 2,20 |
| Total das Despesas | 281.094.540,00 | 278.412.476,76 | 99,05 | 100,00 |

Fonte: SIAFI

Pela análise da tabela acima, as despesas empenhadas (R\$ 278.412.476,76) alcançaram 99,05% do total da Dotação Atualizada (R\$ 281.094.540,00).

Essa disparidade é justificada pelas informações já mencionadas anteriormente de que: i) a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e, ii) os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por ente federativo e não por órgão.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar nos itens dos Ingressos as (Receitas Orçamentárias) + (Transferências Financeiras Recebidas – Resultantes da Execução Orçamentária), que correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos no decorrer do exercício.

Tabela 13 – Receitas e Despesas – Previsão Atualizada x Dotação Atualizada (R\$)

| Categoria Econômica | Previsão/Fixação Até 31/12/2019 | Previsão/Fixação Até 31/12/2018 | Análise Horizontal (%) |
|---------------------------|---------------------------------|---------------------------------|------------------------|
| Receitas Correntes | 219.833,00 | 275.478,00 | -20,20 |
| Receitas de Capital | - | - | - |
| Total das Receitas | 219.833,00 | 275.478,00 | -20,20 |
| Despesas Correntes | 277.733.045,00 | 264.607.442,00 | 4,96 |
| Despesas de Capital | 3.361.495,00 | 4.200.000,00 | -19,96 |
| Total das Despesas | 281.094.540,00 | 268.807.442,00 | 4,57 |

Fonte: SIAFI

Na tabela 13, verifica-se que a previsão atualizada da receita do IFS consignada na LOA, deduzida das respectivas anulações e cancelamentos, foi de R\$ 219.833,00, apresentando um decréscimo de 20,20% em relação ao exercício de 2018 (R\$ 275.478,00). Quanto à Despesa Fixada (Dotação Atualizada), o total foi de R\$ 281.094.540,00, apresentando um acréscimo de 4,57% em relação a 2018 (R\$ 268.807.442,00).

O item que apresentou maior variação percentual foi “Despesas de Capital”, com um decréscimo de 19,96%. No entanto, apesar de apresentar pequena variação percentual positiva, 4,96%, o item “Despesas Correntes”, apresentou maior variação monetária, R\$ 13.125.603,00, contra apenas R\$ 838.505,00 do item “Despesas de Capital”.

Na tabela 14, comparando-se as receitas realizadas em 2019 e em 2018, verifica-se que houve um acréscimo na arrecadação na ordem de 13,34%. O aumento das receitas apontadas na tabela representa em termos monetários o valor de R\$ 48.612,42. Porém, verifica-se que no exercício de 2019 somente foram arrecadadas receitas correntes (R\$ 412.497,96), que representou um aumento de 50,77% em relação a 2018 (R\$ 273.885,54), no qual também houve a arrecadação de receitas de capital decorrente de alienação de bens inservíveis (R\$ 90.450,00).

Tabela 14 - Receitas Correntes e de Capital realizadas - Categorias Econômicas (R\$)

| Categoria Econômica | Dez/2019 | Dez/2018 | AH (%) | AV-19 (%) |
|---------------------|-------------------|-------------------|--------------|---------------|
| Receitas Correntes | 412.947,96 | 273.885,54 | 50,77 | 100,00 |
| Receitas de Capital | - | 90.450,00 | -100,00 | - |
| Total | 412.947,96 | 364.335,54 | 13,34 | 100,00 |

Fonte: SIAFI

Na tabela seguinte, verifica-se que todas as arrecadações ocorreram na categoria econômica das Receitas Correntes, apresentando acréscimo de 13,34%, comparando-se os períodos analisados.

Analisando-se por tipo de arrecadação, em termos percentuais, o item “Outras Receitas Correntes” apresentou uma variação percentual de 113,40%, com aumento R\$ 101.260,40 em a 2018. Este item também representou o maior desempenho do grupo no período (46,15%). Já o item “Receita Agropecuária” foi o único que apresentou redução na arrecadação, 85,46%, mas a sua participação é irrisória no total do grupo, 0,68%.

Tabela 15 – Receitas Correntes e de Capital realizadas – Composição (R\$)

| Categoria Econômica | Dez/2019 | Dez/2018 | AH (%) | AV-19 (%) |
|---------------------------|-------------------|-------------------|--------------|---------------|
| Receita Patrimonial | 94.066,60 | 53.961,17 | 74,32 | 22,78 |
| Receita Agropecuária | 2.821,00 | 19.400,00 | -85,46 | 0,68 |
| Receitas de Serviços | 125.505,70 | 111.230,11 | 12,83 | 30,39 |
| Outras Receitas Correntes | 190.554,66 | 89.294,26 | 113,40 | 46,15 |
| Alienação de Bens | - | 90.450,00 | -100,00 | - |
| Total | 412.947,96 | 364.335,54 | 13,34 | 100,00 |

Fonte: SIAFI

Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender as necessidades da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na tabela abaixo, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de “Pessoal e Encargos Sociais”, “Juros e Encargos da Dívida” e “Outras Despesas Correntes” referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria econômica Despesas de Capital.

O grupo de despesa que teve maior evolução da dotação atualizada no exercício financeiro de 2019, comparado com o de 2018, foi o de "Investimentos". Este apresentou decréscimo de 19,96%, com o saldo de R\$ 3.361.495,00 e R\$ 4.200.000,00, respectivamente. Entretanto, esse grupo representa o menor aporte orçamentário (somente 2,20% do total da dotação orçamentária autorizada). Grande parte dos recursos foi destinada a despesa com pessoal e encargos sociais (81,46%) e outras despesas correntes (16,34%).

Tabela 16 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição (R\$)

| GRUPO DE DESPESA | Dez/2019 | | Dez/2018 | | AII Dotação (%) | AV 2019 Empenhada (%) |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| | Dotação Atualizada | Despesas Empenhadas | Dotação Atualizada | Despesas Empenhadas | | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 230.914.068,00 | 226.795.430,69 | 219.546.753,00 | 214.805.099,33 | 3,18 | 81,46 |
| Outras Despesas Correntes | 46.818.977,00 | 45.499.724,69 | 45.060.689,00 | 44.623.550,61 | 3,90 | 16,34 |
| Subtotal de Despesas Correntes | 277.733.045,00 | 272.295.155,38 | 264.607.442,00 | 259.428.649,94 | 4,99 | 97,80 |
| Investimentos | 3.361.495,00 | 6.117.521,38 | 4.200.000,00 | 10.649.563,44 | -19,96 | 2,20 |
| Subtotal de Despesa de Capital | 3.361.495,00 | 6.117.521,38 | 4.200.000,00 | 10.649.563,44 | -19,96 | 2,20 |
| Total das Despesas | 281.094.540,00 | 278.412.676,76 | 268.807.442,00 | 269.998.213,38 | 4,57 | 100,00 |

Fonte: SIAFI.

Analisando o total das despesas empenhadas tem-se que, de todas as despesas executadas em 2019, correspondente a 99,04% da dotação autorizada, quase que a totalidade estão na categoria "Despesas Correntes", com 97,80%. Sendo que 81,46% se refere a Pessoal e Encargos Sociais e 16,34% foram empenhadas em Outras Despesas Correntes.

Apesar de ser o segundo grupo em gastos fixados e executados, é importante a análise do grupo "Outras Despesas Correntes", uma vez que representa a aplicação eminentemente discricionária de recursos diretamente nas atividades operacionais do IFS. Assim, mediante a tabela 17 será analisada a destinação (aplicação) dos recursos orçamentários destinados a este grupo de despesa, com a comparação evolutiva entre os exercícios financeiros de 2019 e 2018.

Verifica-se que os dois maiores volumes de gastos (despesas empenhadas) em 2019 nesse grupo, se concentram nos elementos de despesa "LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA" e "AUXÍLIO-FINANCEIRO A ESTUDANTES", com participação percentual no total empenhado de 25,69% e de 15,14%, respectivamente. Para o primeiro, foram empenhadas despesas no montante de R\$ 11.689.388,37 e para o segundo R\$ 6.888.406,66.

O maior elemento de gasto, "Locação de Mão de Obra", é composto pelas despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e conservação do imobilizado, vigilância ostensiva, terceirização de serviços administrativos, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado. Comparando-se os períodos analisados, este item de despesa, apresentou uma pequena redução percentual de 0,58%.

Auxílio Financeiro a Estudantes, segundo maior elemento de gasto, compreende as aplicações de recursos na concessão de auxílios (bolsas) para os estudantes do IFS. Percebe-se que houve um aumento percentual na despesa empenhada em torno de 11,45%, comparando-se os períodos analisados.

Tabela 17 – Outras Despesas Correntes Empenhadas - Composição (R\$)

| Outras Despesas Correntes | Dez/2019 | Dez/2018 | AII (%) | AV (19) % |
|---|----------------------|----------------------|-------------|---------------|
| CONTRIBUIÇÕES | 42.510,13 | 0,00 | 100 | 0,09 |
| CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO | 314.443,98 | 282.352,89 | 11,37 | 0,69 |
| OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR | 937.493,27 | 903.933,31 | 5,93 | 2,10 |
| DIARIAS - PESSOAL CIVIL | 338.442,54 | 437.754,19 | -22,69 | 0,74 |
| AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES | 6.888.406,66 | 6.180.657,83 | 11,45 | 15,14 |
| AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES | 2.086.800,00 | 1.516.900,00 | 37,57 | 4,59 |
| MATERIAL DE CONSUMO | 1.442.367,51 | 1.566.106,09 | -7,90 | 3,17 |
| MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P. DISTRIB. GRATUITA | 1.507.555,14 | 495.688,06 | 204,09 | 3,31 |
| PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 224.785,87 | 221.396,96 | 1,53 | 0,49 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 1.270.017,22 | 1.723.456,12 | -26,31 | 2,79 |
| LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 11.689.388,37 | 11.757.587,69 | -0,58 | 25,69 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 6.586.191,99 | 6.858.393,04 | -3,94 | 14,48 |
| SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ | 1.199.694,04 | 1.417.419,13 | -15,36 | 2,64 |
| AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO | 6.278.305,28 | 6.335.032,37 | -0,90 | 13,88 |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS | 47.185,83 | 184.199,74 | -74,22 | 0,10 |
| OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA | 0,00 | 213.415,08 | -100 | 0,00 |
| AUXÍLIO-TRANSPORTE | 1.518.698,89 | 1.470.521,67 | 3,28 | 3,34 |
| SENTENÇAS JUDICIAIS | 12.663,48 | 12.663,48 | 0 | 0,03 |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 184.305,25 | 214.015,70 | -13,88 | 0,41 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 2.735.849,28 | 2.795.305,26 | -2,13 | 6,01 |
| OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INTRA) | 160.752,74 | 0,00 | 100 | 0,35 |
| OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS | 10.965,15 | 0,00 | 100 | 0,02 |
| DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 2.805,96 | 0,00 | 100 | 0,01 |
| TOTAL | 45.499.724,69 | 44.584.993,61 | 2,05 | 100,00 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Restos a pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar não Processados (RPNP) correspondem às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas até 31 de dezembro do mesmo, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição ou entrega de obras no exercício.

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se os RPNP apresentados no Balanço Orçamentário, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais. A inscrição dos empenhos em restos a pagar não processados foi contabilizada em 31 de dezembro de 2019, conforme as Macrofunções 020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO - e 020317 - RESTOS A PAGAR -, do Manual SIAFI.

O saldo dos RPNP (soma dos empenhos inscritos no exercício com os de exercícios anteriores reinscritos) vai se reduzindo à medida em que as respectivas despesas são liquidadas, transformando-se em Restos a Pagar Processados a Pagar, enquanto estiver pendente o último estágio da despesa pública (o pagamento). Em janeiro de 2018, o total inscrito mais a reinscrição de RPNP no IFS somaram R\$ 39.736.815,27. Já em janeiro de 2019, a inscrição de despesas nessa rubrica, considerando-se também os reinscritos, totalizou cerca de R\$ 31.430.585,21. Desta forma, houve uma redução de 20,90% nas despesas inscritas/reinscritas na rubrica de RPNP, entre os períodos comparados, representando uma diminuição, em termos monetários, no montante de R\$ 8.306.230,06.



Tabela 18 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos (R\$)

| RPNP Inscritos e Reinscritos | 2019 | 2018 | ΔH |
|---|----------------------|----------------------|---------------|
| RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior | 13.930.120,40 | 25.238.058,00 | -44,85 |
| RPNP inscritos em Exercícios Anteriores | 17.500.464,81 | 14.478.757,27 | 20,87 |
| TOTAL | 31.430.585,21 | 39.736.815,27 | -20,80 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme as três próximas tabelas, do total líquido dos restos a pagar não processados (inscritos + reinscritos - cancelados) foram executados 75,02% no exercício a que se referem estas notas. Ressalte-se que, do montante de RPNP (R\$ 31.430.585,21), foram cancelados R\$ 13.275.105,13; o que corresponde a um cancelamento de quase 43%. Estes cancelamentos decorreram de implementação de melhorias no controle dos restos a pagar não processados, bem como de cancelamentos automáticos dos que foram inscritos e reinscritos até o exercício financeiro de 2016, por força do Decreto nº 9.428, em 29 de junho de 2018.

Na tabela abaixo, vemos que dos RPNP (líquidos dos cancelamentos) originados de recursos consignados na LOA para o próprio IFS, 78,72% foram executados, isto é, tiveram suas despesas liquidadas. E dos provenientes de orçamentos de outros órgãos (descentralizados para execução no IFS), foram executados 72,05%.

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados Inscritos e Reinscritos: origem do orçamento executado

| Órgão de Origem do Recurso | (1) | (2) | (3) = (1) - (2) | (4) | (5) = (4) / (3) |
|----------------------------|------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|-----------------|
| | RPNP Inscritos + Reinscritos | RPNP Cancelados | RPNP Inscritos (-) Cancelados | RPNP Liquidados | % Executado |
| IFS | 20.200.673,99 | 12.114.587,07 | 8.086.086,92 | 6.364.982,40 | 78,72 |
| OUTROS | 11.229.911,22 | 1.160.518,06 | 10.069.393,16 | 7.254.869,38 | 72,05 |
| TOTAL | 31.430.585,21 | 13.275.105,13 | 18.155.480,08 | 13.619.851,78 | 75,02 |

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme a tabela 20, que detalha a execução das despesas por Categoria Econômica, as Despesas Correntes apresentaram maior execução, 84,47%, e as despesas de capital, 70,74%, no período analisado.

Tabela 20 – Execução de RPNP – Por Categoria Econômica

| Categoria Econômica | (1) | (2) | (3) = (1) - (2) | (4) | (5) = (4) / (3) |
|---------------------|------------------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------|-----------------|
| | RPNP Inscritos + Reinscritos | RPNP Cancelados | RPNP Inscritos (-) Cancelados | RPNP Liquidados | % Executado |
| CORRENTES | 7.284.217,81 | 1.634.029,33 | 5.650.188,48 | 4.772.993,52 | 84,47 |
| CAPITAL | 24.146.367,40 | 11.641.073,80 | 12.505.293,60 | 8.846.858,26 | 70,74 |
| TOTAL | 31.430.585,21 | 13.275.105,13 | 18.155.480,08 | 13.619.851,78 | 75,02 |

Fonte: Tesouro Gerencial

O volume de recursos relativos às despesas inscritas em RPNP, no âmbito do IFS, pode ser justificado, entre outros fatores, pelo contingente de demanda de recursos orçamentários em função das políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal, conjugado com as excepcionalidades legais relativas à vigência destas despesas

De acordo com o artigo 68, § 3º, II, do Decreto 93.872/86, permanecem válidas, após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, os RPNP que se referam às despesas do PAC e do Ministério da Saúde. Até a edição do Decreto nº 9.428/2018, essas regras de cancelamento por decurso do prazo também se aplicavam aos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei Calmon).

Conforme demonstrado no quadro abaixo, quase a totalidade (97,87%) de RPNP inscritos e reinscritos no encerramento do exercício de 2018, relativos a exercícios anteriores, no IFS, refere-se a valores excetuados pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº 93.872/1986, antes de sua alteração pelo Decreto nº 9.428/2018. Isto é, a maior parcela do saldo de RPNP é representada por recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (agrupadas pelo identificador “Lei Calmon = SIM”), independentemente da fonte de recursos.

Tabela 21 – Exceções à vigência de restos a pagar não processados - Dec.93.872/86

| Indicador | RPNP (Inscritos + Reinscritos) | AV(%) | RPNP Cancelados | RPNP (-) Cancelados | RPNP Liquidados | % Exec |
|--------------|--------------------------------|---------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------|
| SIM | 30.760.447,24 | 97,87 | 13.223.976,99 | 17.536.470,25 | 13.231.276,18 | 75,45 |
| NÃO | 670.137,97 | 2,13 | 51.128,14 | 619.009,83 | 388.575,60 | 62,77 |
| TOTAL | 31.430.585,21 | 100,00 | 13.275.105,13 | 18.155.480,08 | 13.619.851,78 | 75,02 |

Fonte: Elaboração própria, com base no Tesouro Gerencial.

Verifica-se na tabela a seguir que nos quatro últimos exercícios houve um volume significativo de cancelamento de empenhos inscritos em RPNP, reduzindo-se o estoque de dívidas escrituradas, especialmente na categoria econômica “despesas de capital”, que atingiu o montante de R\$ 33.632.077,50. Já na categoria econômica “Despesas Correntes”, o cancelamento foi de R\$ 11.294.339,11. Desta forma, o cancelamento total no período analisado foi de quase de quase 45 milhões de reais.

Tabela 22 - Cancelamentos de RPNP a partir de 2016 (R\$)

| Categoria econômica | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | Total |
|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| Despesa Corrente | 1.634.029,33 | 1.135.423,88 | 3.991.955,83 | 4.532.930,08 | 11.294.339,11 |
| Despesa de Capital | 11.641.073,80 | 4.498.625,18 | 4.227.489,76 | 13.264.886,76 | 33.632.077,50 |
| TOTAL | 13.275.105,13 | 5.634.049,06 | 8.219.445,59 | 17.797.816,84 | 44.926.416,61 |

Fonte: Elaboração própria, com base no SIAFI 2019, 2018, 2017 e 2016.

Os cancelamentos ocorridos em 2019, em sua maioria, decorreram da implementação das medidas restritivas do Decreto nº 9.428, em 29 de junho de 2018, tanto a que obrigou a Administração a melhor analisar a exigibilidade ou a possibilidade de liquidação dos saldos inscritos, quanto a que determinou o cancelamento dos saldos decorrentes de empenhos emitidos até 2016. Neste último caso, estão os cancelamentos de empenhos relativos a Obras da ação “Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica”, no montante de R\$ 11.297.261,35, cuja distribuição por ano de emissão está refletida na tabela abaixo:

| Cancelamento de RPNP em 2019 – Obras da Expansão e Reestruturação | | |
|---|----------------------|-------------|
| Ano de Emissão do Empenho | Cancelamento (R\$) | % |
| Antes de 2016 | 9.637.488,14 | 85,31 |
| Em 2016 | 1.195.647,31 | 10,58 |
| Em 2017 | 464.125,90 | 4,11 |
| TOTAL | 11.297.261,35 | 100% |

Fonte: SIAFI (elaboração própria)

Como se vê, mais de 95% dos cancelamentos dos empenhos de remanescentes de obras, mormente decorrentes de rompimentos de contratos decorreram de imposição do citado decreto, que determinou a STN que cancelasse em 31/12/2019 os saldos de restos a pagar não processados relativos a empenhos emitidos até 2016.

4.8 Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Ingressos e dispêndios

As tabelas 23 e 24 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no exercício de 2019 em comparação com o exercício de 2018. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um pequeno aumento de 3,15%, enquanto que as receitas orçamentárias apresentaram um acréscimo de 13,34%.

Os recebimentos extraorçamentários apresentaram um decréscimo de 4,91% no período comparado, enquanto que os desembolsos extraorçamentários apresentaram um acréscimo de 67,62%.

Tabela 23 – Total dos Ingressos (R\$)

| INGRESSOS | DEZ/2019 | DEZ/2018 | EVOLUÇÃO (%) |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Receitas Orçamentárias | 412.947,96 | 364.335,54 | 13,34 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 305.637.792,85 | 297.362.857,26 | 2,78 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 32.812.978,70 | 34.506.683,54 | -4,91 |
| Saldo do Exercício Anterior - Caixa e Equivalentes de Caixa | 19.346.823,71 | 4.983.134,26 | 288,25 |
| TOTAL | 368.210.543,22 | 337.217.010,60 | 6,23 |

Fonte: SIAFI

Tabela 24 – Total dos Dispêndios (R\$)

| DISPÊNDIOS | DEZ/2019 | DEZ/2018 | EVOLUÇÃO (%) |
|---|-----------------------|-----------------------|--------------|
| Despesas Orçamentárias | 278.412.476,76 | 269.898.213,38 | 3,15 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 24.589.643,93 | 27.935.639,63 | -11,98 |
| Pagamentos Extraorçamentários | 33.583.665,55 | 20.036.333,88 | 67,62 |
| Saldo para o Exercício Seguinte - Caixa e Equival. de Caixa | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 | 11,76 |
| TOTAL | 358.210.543,22 | 337.217.010,60 | 6,23 |

Fonte: SIAFI

Resultado financeiro apurado no exercício

O resultado financeiro de 2019 foi superavitário em R\$ 2.275.933,22, com uma variação percentual diminutiva equivalente a 84,15%, comparando-o com o de 2018, no qual também foi superavitário.

Há duas metodologias de cálculo para esta constatação, as quais estão demonstradas nas tabelas 25 e 26, abaixo:

Tabela 25 – Resultado Financeiro – Metodologia 1 (R\$)

| ITENS | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO % |
|-------------------------------|---------------------|----------------------|---------------|
| TOTAL DOS INGRESSOS | 338.863.719,51 | 332.233.876,34 | 2,00 |
| (-) TOTAL DOS DISPÊNDIOS | 336.587.786,29 | 317.870.186,89 | 5,89 |
| - RESULTADO FINANCEIRO | 2.275.933,22 | 14.363.689,45 | -84,15 |

Fonte: SIAFI

Tabela 26 – Resultado Financeiro – Metodologia 2 (R\$)

| ITENS | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO % |
|--|---------------------|----------------------|---------------|
| SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (Dispêndios) | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 | 11,76 |
| (-) SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (Ingressos) | 19.346.823,71 | 4.983.134,26 | 288,25 |
| - RESULTADO FINANCEIRO | 2.275.933,22 | 14.363.689,45 | -84,15 |

Fonte: SIAFI

Transferências financeiras recebidas e concedidas no exercício

Conforme quadro abaixo, verifica-se que o item referente às Transferências Financeiras Recebidas (ingressos), no exercício de 2019, representam um total de R\$ 305.637.792,85, enquanto que as Transferências Financeiras Concedidas (saídas) totalizaram somente R\$ 24.589.643,98.

Esta disparidade se justifica, principalmente, pela necessidade de recebimento de recursos para realizar os pagamentos de despesas de pessoal do órgão (conforme nota explicativa da DVP, a despesa com pessoal e encargos somada à benefícios previdenciários e assistenciais foi de R\$ 199.030.607,30), os quais são realizados somente pela unidade da Reitoria. Assim, a maior parcela dos recursos oriundos de “Transferências Financeiras Recebidas”, no órgão, é utilizada para pagamento de pessoal, centralizado na unidade pagadora (Reitoria), sendo uma menor parcela descentralizada através de “Transferências Financeiras Concedidas” para execução de despesas (exceto com pessoal) nas demais unidades do IFS.

As Transferências Financeiras Resultantes da Execução Orçamentária são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Estas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma (mesma sistemática para as concessões):

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- Recursos financeiros recebidos pelo IFS provenientes do MEC: repasse;
- Recursos financeiros repassados pela Reitoria aos campi: sub-repasse.

Tabela 27 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas até Setembro 2019 Composição (R\$)

| TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS | VALOR | COMPOSIÇÃO (%) | TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS | VALOR | COMPOSIÇÃO (%) |
|--------------------------------------|-----------------------|----------------|---------------------------------------|----------------------|----------------|
| Resultantes da Execução Orçamentária | 296.076.390,57 | 97,89 | Resultantes da Exec. Orçamentária | 19.299.200,80 | 79,71 |
| Repasse Recebido | 266.761.042,14 | 90,28 | Repasse Concedido | 42.360,00 | 0,22 |
| Sub-repasse Recebido | 19.315.348,43 | 6,52 | Sub-repasse Concedido | 19.315.348,43 | 78,55 |
| Independentes da Exec. Orçamentária | 19.661.402,25 | 6,59 | Independentes da Exec. Orçamentária | 4.990.445,18 | 20,29 |
| Taxas Recebidas para Pago de RP | 19.032.613,64 | 6,39 | Transf. Conced. p. Pagamento de RP | 4.287.909,53 | 17,44 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 509.788,54 | 0,17 | Doutas Transferências Concedidas | 38.188,09 | 0,16 |
| | | | Movimento de Saldos Patrimoniais | 684.545,54 | 2,70 |
| TOTAL | 305.637.792,85 | 100,00 | TOTAL | 24.589.643,98 | 100,00 |

Fonte: SIAFI

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao Balanço Orçamentário (BO).

Conforme mencionado nas Notas Explicativas do BO que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da "Previsão Atualizada" da Receita, mas na coluna das "Despesas Empenhadas", à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária são compostas, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referirem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento de exercícios anteriores.

No quadro acima, verifica-se que o órgão recebeu no exercício recursos oriundos de transferências financeiras para pagamento de restos a pagar no montante de R\$ 19.052.613,64, sendo que desse total, R\$ 4.287.909,55 foram transferidos às suas unidades vinculadas (Campi) para pagamento de seus compromissos de restos a pagar e o restante foram aplicados no pagamento de RP da Reitoria. Cabe salientar que boa parte destes recursos aplicados pela Reitoria se refere a investimentos em benefício dos campi, mormente, no que se refere a obras vinculadas à ação de expansão da educação tecnológica gerida pelo MEC.

4.9 Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (por meio da Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, em 2019, a geração líquida de caixa foi superavitária em R\$ 2.275.933,22, apresentando uma grande variação percentual negativa entre os períodos analisados de -84,15%, conforme tabela abaixo:

Tabela 28 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final (R\$)

| Resultado Financeiro BF e DFC | DEZ/2019 | DEZ/2018 | EVOLUÇÃO (%) |
|--|---------------------|----------------------|---------------|
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Ex. Seguinte) | 21.622.756,93 | 19.346.823,71 | 11,76 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL (Ex. Anterior) | 19.346.823,71 | 4.983.134,26 | 288,25 |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 2.275.933,22 | 14.363.689,45 | -84,15 |

Fonte: SIAFI 2019.

Adiante, são apresentadas as contribuições das atividades operacionais e de investimento para a diminuição da formação de caixa entre os períodos analisados.

Tabela 29 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades (R\$)

| Atividades | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO (%) |
|--|---------------------|----------------------|---------------|
| Fluxos de Caixa das Atividades das Operações | 11.709.760,82 | 28.652.038,81 | -59,13 |
| Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento | -9.433.827,60 | -14.288.349,36 | -33,98 |
| Total | 2.275.933,22 | 14.363.689,45 | -84,15 |

Fonte: SIAFI 2019.

Atividades operacionais

Ingressos das operações

Compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências correntes recebidas.

Os ingressos das atividades operacionais apresentaram o valor de R\$ 306.652.939,24, que foram a totalidade das entradas de recursos no Instituto durante o exercício. No grupo, o item "Outros Ingressos das Operações" representa quase a totalidade das entradas de recursos, 99,87% (R\$ 306.239.691,28), enquanto que o item "Receitas Derivadas e Originárias" detém o restante do saldo do grupo, contribuindo com apenas 0,13% (R\$ 412.947,96).

Outros ingressos das operações

Este subgrupo, conforme tabela seguinte, apresentou um pequeno acréscimo de 2,7%, comparando-se os períodos analisados, com saldo de R\$ 306.239.691,28, em 2019 e R\$ 298.180.206,76, em 2018. Mesmo assim, como já mencionado, é o item de receitas mais importante do órgão, com quase 100% de participação do total dos ingressos, cerca de 99,87%.

A quase totalidade deste subgrupo se refere ao item "transferências financeiras recebidas" da União (MEC) para gestão das finalidades do órgão (pagamento de pessoal, despesas correntes, aquisição de material permanente, etc.), resultantes da execução orçamentária (repasse e sub-repasses recebidos), e também independentes (transferências recebidas para pagamento de restos a pagar). Cabe destacar que esse item, participando com R\$ 305.637.792,85, representa 99,67% do total dos ingressos no IFS.

A contrapartida deste item é demonstrada no grupo "Transferências financeiras recebidas", do Balanço Financeiro (Ingressos).

Tabela 30 – Ingressos das atividades Operacionais - Composição

| FLUXOS DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO (%) | PARTICIPAÇÃO (2019) % |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|
| Receitas Derivadas e Originárias | 412.947,96 | 273.685,54 | 50,77 | 0,13 |
| Outros Ingressos Operacionais | 306.239.691,28 | 298.180.206,76 | 2,70 | 99,87 |
| TOTAL DOS INGRESSOS | 306.652.639,24 | 298.453.892,30 | 2,76 | 100,00 |

Fonte: SIAFI 2019.

Desembolsos das operações

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

Os desembolsos das operações totalizaram R\$ 294.942.878,42, no final deste exercício (tabela 31), enquanto que os ingressos (das operações) totalizaram R\$ 306.652.639,24 (tabela 30), gerando um resultado positivo de R\$ 11.709.760,82, comparando-se entradas e saídas de recursos somente das atividades das operações.

Tabela 31 – Desembolsos das atividades Operacionais - Composição

| DESEMBOLSOS DAS OPERAÇÕES | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO (%) | PARTICIPAÇÃO (2019) % |
|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|
| Pessoal e Demais Despesas | 241.660.220,63 | 112.793.054,43 | 13,57 | 81,93 |
| Transferências Concedidas | 28.555.735,54 | 28.900.714,45 | -1,20 | 9,68 |
| Outros Desembolsos Operacionais | 24.726.922,25 | 28.106.284,39 | -12,02 | 8,38 |
| TOTAL | 294.942.878,42 | 149.800.053,27 | 9,32 | 100,00 |

Fonte: SIAFI 2019.



Pessoal e demais despesas

Este subgrupo, conforme demonstrado na tabela 31, apresentou um acréscimo de 9,32%, comparando-se os períodos analisados. O mesmo tem uma alta participação no total dos desembolsos das atividades das operações, 81,93%.

A tabela 32 nos permite analisar a composição dos desembolsos do subgrupo ora comentado. Os desembolsos por função de governo neste subgrupo, em 2019, totalizaram R\$ 241.660.220,65 e em 2018 totalizaram R\$ 212.793.054,45, representando aumento de 13,57%. Verifica-se que a função Educação apresentou o valor mais significativo do subgrupo, com R\$ 196.274.527,45, ou seja, 81,22% do total. A maior evolução de desembolso também ocorreu nesta função com um aumento de quase 12% em relação ao exercício financeiro anterior. Este é o comportamento esperado, já que a atividade fim deste órgão está voltada para a educação.

Em segundo lugar está o item "Previdência Social", registrando o valor de R\$ 45.218.501,26, cuja participação é de 18,71% do total do subgrupo.

Tabela 32 – Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas - R\$

| Desembolsos por Função de Governo | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO % | PARTICIPAÇÃO (2019) % |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------------------|
| Previdência Social | 45.218.501,26 | 37.372.474,02 | 20,99 | 18,71 |
| Educação | 196.274.527,45 | 175.264.460,43 | 11,95 | 81,22 |
| Organização Agrária | 167.191,94 | 156.120,00 | 7,04 | 0,07 |
| TOTAL | 241.660.220,65 | 212.793.054,45 | 13,57 | 100,00 |

Fonte: SIAFI 2019

Atividades de investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), as reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. ([http://www. tesouro.gov.br/-/glossario](http://www.tesouro.gov.br/-/glossario)).

Na tabela abaixo, verifica-se que no exercício não houve ingresso no fluxo de caixa das atividades de investimento. Enquanto que os desembolsos totalizaram R\$ 9.433.827,60, tendo como resultado um fluxo deficitário no mesmo montante.

Nos dispêndios das atividades de investimentos, os maiores valores foram relativos à aquisição de "ativo não circulante", apresentando o valor de R\$ 8.900.083,68, participando 94,34% do total dos desembolsos neste tipo de atividade. O restante do saldo deste subgrupo é referente ao item "Outros Desembolsos de Investimentos", participando com apenas 5,66%.

Comparando-se a variação total dos fluxos de caixa das atividades de investimento, entre os períodos aqui analisados, nota-se que ocorreu uma redução percentual de aproximadamente 33,98%. A principal causa desta redução foi a limitação orçamentária definida pelo executivo federal nos seis primeiros meses do exercício, que forçou a instituição a reduzir ao extremo novas aquisições de bens de capital.

Tabela 33 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento (R\$)

| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | DEZEMBRO/2019 | DEZEMBRO/2018 | EVOLUÇÃO (%) |
|---|----------------------|-----------------------|---------------|
| INGRESSOS | 0,00 | 90.450,00 | - |
| Alienação de Bens | | 90.450,00 | - |
| DESEMBOLSOS | 9.433.827,60 | 14.288.349,36 | -33,98 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | -8.900.083,68 | -13.532.365,01 | -34,23 |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -533.743,92 | -846.434,35 | -36,94 |
| RESULTADO DO FLUXO DE CAIXA – ATIV. INVESTIMENTO | -9.433.827,60 | -14.288.349,36 | -33,98 |

Fonte: SIAFI 2019

Atividades de financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. O IFS não é autorizado executar tais atividades.

Aracaju, 28 de março de 2020

Celso Tavares dos Santos
Contador – CRC/SE 3648



The image features a vibrant green background with a collection of white and red rounded squares and rectangles of various sizes scattered across the left and center. The text 'OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES' is positioned in the center-right area, rendered in a clean, white, sans-serif font. The overall aesthetic is modern and minimalist.

OUTRAS INFORMAÇÕES
RELEVANTES

1. Principais ações e políticas na área de Assistência Estudantil desenvolvidas pela Diretoria e pelos campi do IFS durante o exercício 2019

Os estudantes do IFS são assistidos pelo Programa de Acompanhamento e Assistência ao Educando do IFS/Praae/IFS que é composto por ações universais e ações específicas, que visam contribuir para a permanência e o êxito dos estudantes na instituição. Os recursos financeiros da assistência estudantil são empregados na efetivação destas ações, indispensáveis para o desempenho didático-pedagógico dos discentes do IFS. No ano de 2019 foram beneficiados 3.818 estudantes (Tabela 1).

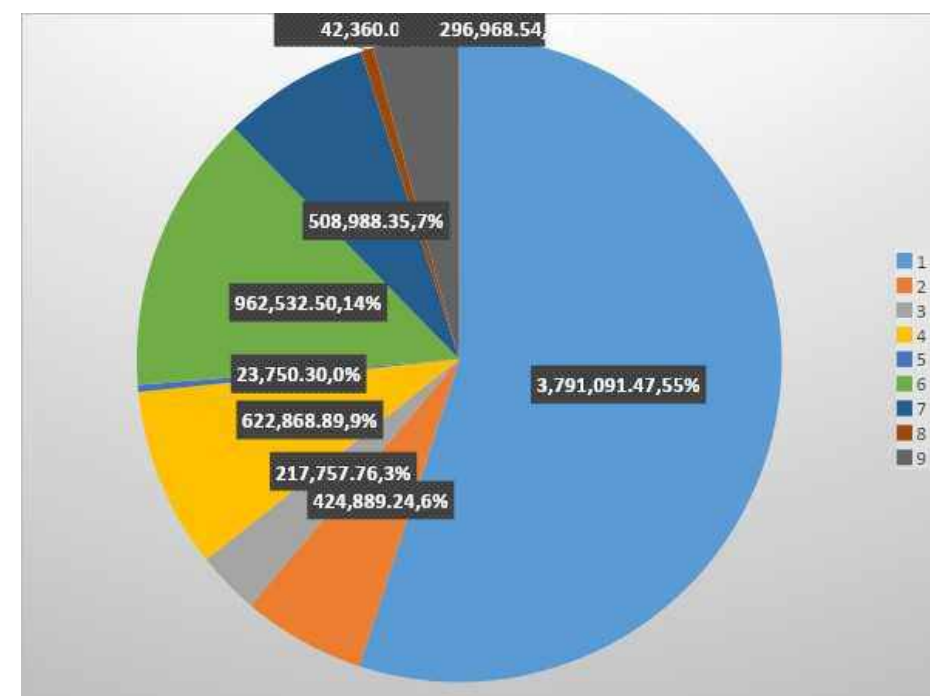
Tabela 1. Número de alunos beneficiados por categoria de auxílio/campus.

| Auxílio | Aracaju | Estância | Glória | Itabaiana | Lagarto | Propriá | São Cristóvão | Sorocaba | Tobias Barreto | Total |
|---------------------------|---------|------------|------------|------------|--------------|------------|---------------|------------|----------------|-------|
| Permanência A | 1219 | 159 | 67 | 263 | 304 | 71 | 556 | 58 | 95 | 2.792 |
| Permanência B | 151 | 20 | 33 | 57 | 204 | 02 | 59 | 0 | 29 | 555 |
| Permanência C | 32 | 0 | 0 | 06 | 11 | 0 | 11 | 0 | 01 | 61 |
| Residência | 82 | 25 | 17 | 0 | 23 | 0 | 15 | 0 | 0 | 162 |
| Partilhando Saberes | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 56 | 0 | 29 | 0 | 85 |
| Trainee | 20 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 05 | 0 | 0 | 25 |
| Material | 0 | 25 | 0 | 0 | 201 | 63 | 0 | 35 | 0 | 324 |
| Fardamento | 0 | 341 | 22 | 0 | 201 | 63 | 0 | 35 | 0 | 662 |
| Monitoria ensino médio | 4 | 0 | 0 | 0 | 18 | 0 | 15 | 10 | 0 | 47 |
| Monitoria ensino Superior | 68 | 10 | 0 | 0 | 9 | 03 | 1 | 0 | 0 | 91 |
| Eventos | 0 | 2 | 0 | 34 | 312 | 50 | 0 | 67 | 96 | 561 |
| Eventual | 10 | 2 | 0 | 04 | 8 | 01 | 12 | 1 | 01 | 39 |
| Cultura, Arte e Lazer | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 0 | 26 |
| Êxito | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Auxílio Alimentação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 733 | 0 | 0 | 733 |
| Visita Técnica | 0 | 136 | 129 | 476 | 63 | 0 | 12 | 33 | 0 | 949 |
| Total | | 820 | 268 | 840 | 1.354 | 309 | 1.419 | 294 | 222 | |

2. Ações da Assistência Estudantil

No Gráfico 1 se pode visualizar os valores disponibilizados para as ações de Assistência Estudantil no IFS. Foram executados o valor total orçamentário de R\$ 7.050.376,00.

Gráfico 1. Execução orçamentária - Gastos realizados pelos campi e Diae



Além dessas atividades a DIAE é responsável pela Coordenação de Estágios dos estudantes do IFS. Em 2019 o IFS encaminhou 414 estudantes em estágios em 204 empresas públicas e privadas contemplando as diferentes áreas do conhecimento.

A Diae contou com parcerias de setores internos ao IFS (Pró Reitoria de Pesquisa e Extensão-PROPEX e Diretoria de Inovação e Empreendedorismo- DINOVE), beneficiando 28 alunos que desenvolveram projetos de inovação tecnológica. Ainda, a Diae disponibilizou recursos (auxílio alimentação e transporte) aos estudantes que participaram da Semana de Ciência e Tecnologia do IFS - 2019 e auxílio para os participantes dos Jogos dos Institutos Federais - JIFs.

3. Aspectos Relevantes da DGB

O presente relatório propõe apresentar o desenvolvimento e a evolução dos trabalhos realizados pela Diretoria Geral de Bibliotecas – DGB em 2019.

As Bibliotecas se propõem a atender à comunidade acadêmica e ao público em geral, prestando serviços informacionais que contribuam para o desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação, com políticas de disseminação, processamento técnico, recuperação da informação e desenvolvimento de coleções, treinamento e capacitação, promoção de ações culturais e implementação de recursos tecnológicos, as quais sejam compatíveis com as propostas departamentais de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A DGB é composta por 6 (seis) coordenações hierarquicamente subordinadas, e com vinculação de nove bibliotecas, as quais apresentaram os seguintes dados:

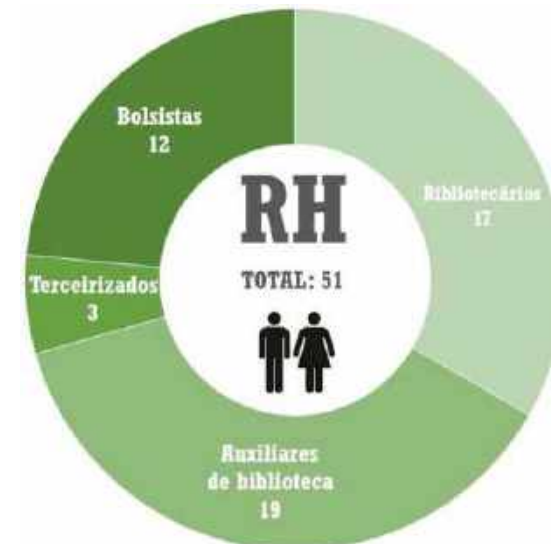
Biblioteca em Números 01



Biblioteca em Números 02



Recursos Humanos das Bibliotecas



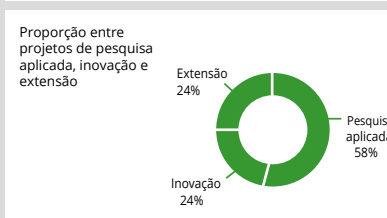
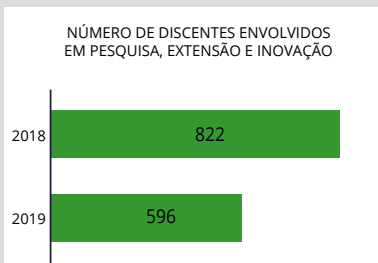
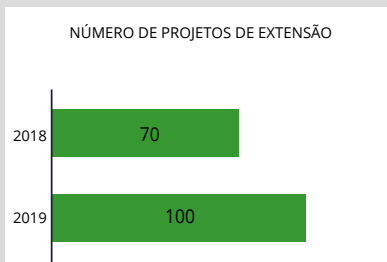
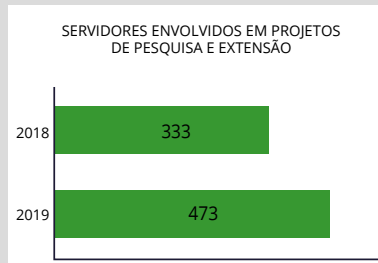
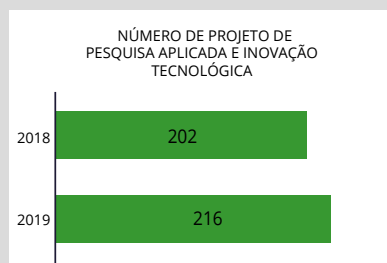
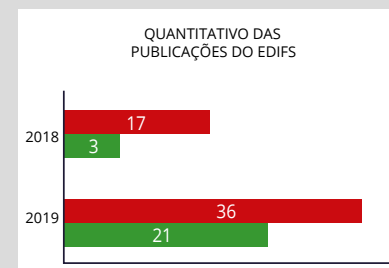


4. Resultados alcançados na área de pesquisa, extensão e inovação

Visando incentivar e divulgar o desenvolvimento da pesquisa aplicada e da inovação tecnológica junto à comunidade, além de promover e fomentar atividades de iniciação à pesquisa e inovação na instituição, diversos projetos de pesquisa aplicada e inovação tecnológica foram desenvolvidos durante o ano. Abaixo, podemos observar a evolução positiva dos seguintes indicadores:

Pessoas

Outro aspecto que podemos destacar é o desenvolvimento das pessoas em projetos de pesquisa, extensão e inovação. Abaixo, podemos verificar através dos indicadores “Número de servidores envolvidos em projetos de pesquisa e extensão” e “Número de discentes envolvidos em pesquisa, extensão e inovação” o aumento do quantitativo de servidores e discentes que participam de projetos na instituição:



Publicações

No gráfico a seguir, pode-se comparar o quantitativo das publicações do EDIFIS entre os anos de 2018 e 2019:



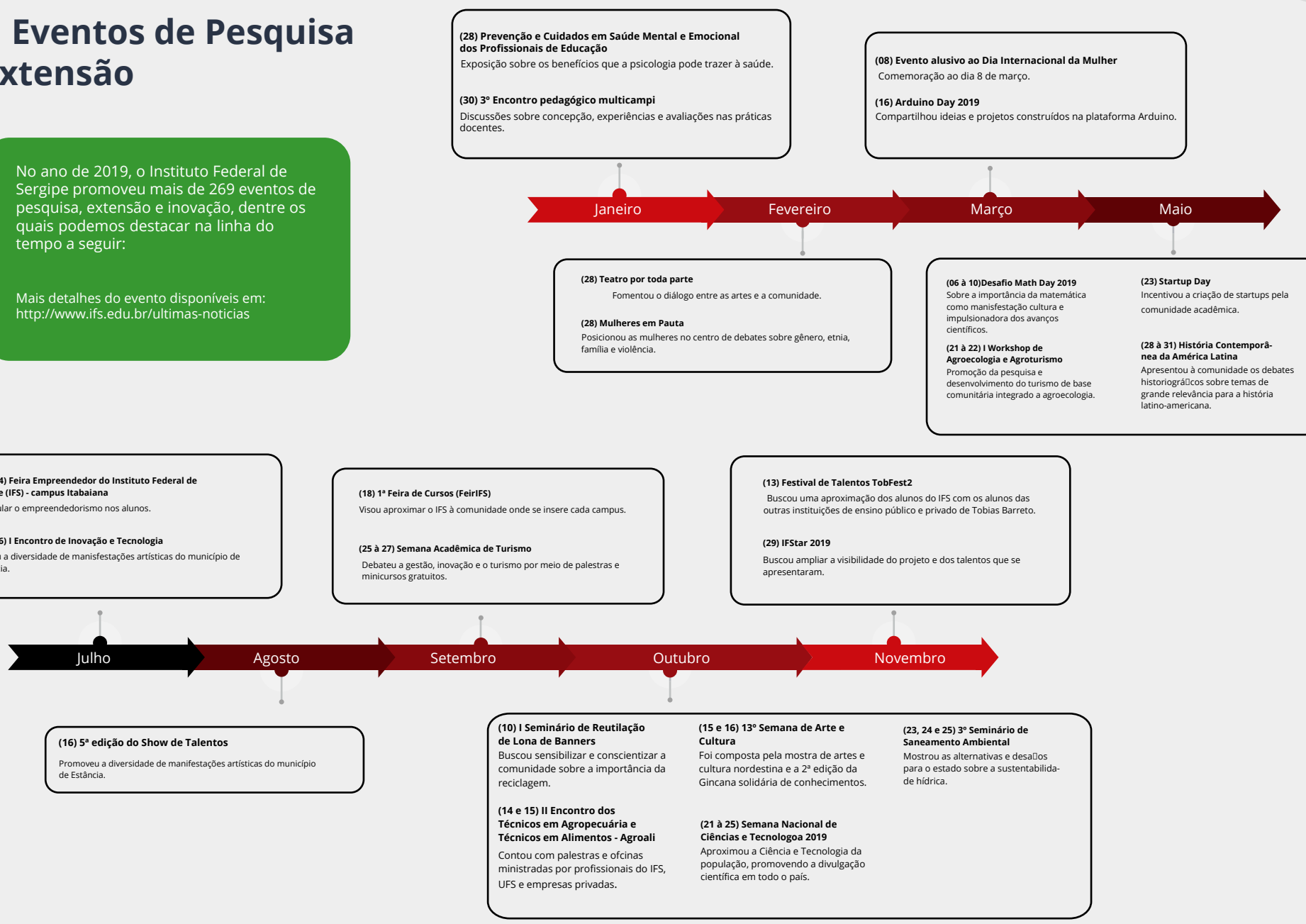
Fonte: Propex



4.1 Eventos de Pesquisa e Extensão

No ano de 2019, o Instituto Federal de Sergipe promoveu mais de 269 eventos de pesquisa, extensão e inovação, dentre os quais podemos destacar na linha do tempo a seguir:

Mais detalhes do evento disponíveis em:
<http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias>



Outras informações relevantes





Eventos:



O IFS é uma das instituições Associadas (IAS) ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que oferta o curso mestrado profissional em Rede Nacional, cujo objetivo está alinhado a necessidade de aperfeiçoar as práticas educativas e a gestão escolar vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica.



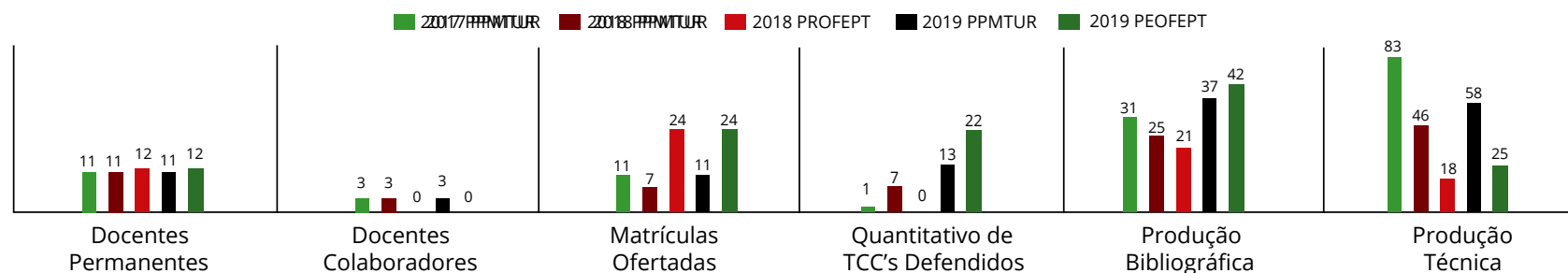
Objetiva capacitar gestores públicos municipais, estaduais, de empreendimentos turísticos, representantes de entidades de classe no turismo, líderes e agentes comunitários.

“Gestão de Turismo” direcionada ao conhecimento multidisciplinar do turismo para a aplicabilidade de novas ferramentas de planejamento e gestão nas localidades e organizações turísticas, com foco na inovação e no empreendedorismo.



Mestrado Profissional em Gestão Pública é fruto de um termo de cooperação entre o IFS e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o objetivo de promover a qualificação, em nível de Pós-graduação stricto de tornar mais eficiente a máquina pública.

EVOLUÇÃO - PPMTUR E PROEPT



Fonte: Propex





5. Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

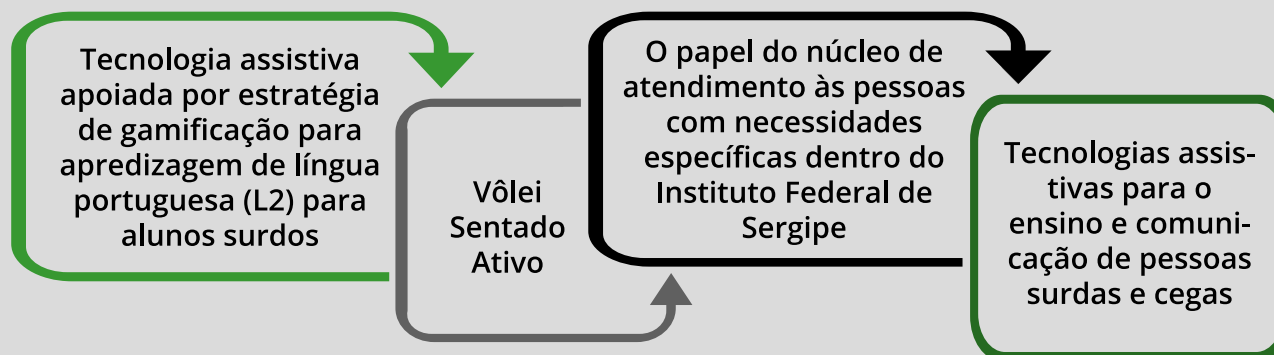
O IFS implemetou diversas ações de melhoria das condições de acessibilidade, objetivando a redução das barreiras arquitetônicas, atitudinais, nas condições e informação. Dentre quais podemos citar:


- 1 A observância aos critérios de acessibilidade nas obras executadas durante o ano;
- 2 O atendimento, na medida do possível, ao Manual de Acessibilidade do Governo Eletrônico nos projetos da comunicação através do sítio intitucional;
- 3 Oferta de cursos de Libras para o público interno e externo;
- 4 Ações de conscientização quanto a importância da inclusão da pessoa com deficiência;
- 5 Ações esportivas que promoveram inclusão de pessoas com deficiência.



Projetos de destaque desenvolvidos pelo IFS

A fim de dar continuidade ao apoio à projetos de pesquisa e extensão que visam o desenvolvimento e entrega de produtos e serviços tecnológicos voltados ao atendimento das necessidades de pessoas com deficiência, incapacitados ou com mobilidade reduzida, o IFS disponibilizou por intermédio do Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), recursos financeiros para a execução de projetos que propõem o desenvolvimento de tecnologias assistivas que possam ser aplicadas nas dependências do IFS, em qualquer um dos seus campi ou Reitoria. Segue abaixo alguns dos projetos desenvolvidos:





Foram realizados 13 eventos de capacitação, treinamento ou aperfeiçoamento e 5 projetos de extensão relacionados à inclusão em diversos Campi da instituição, com a participação de pelo menos 152 pessoas, dentre servidores, alunos e a comunidade externa.



6. Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno

Neste tópico serão apresentados os principais números e resultados relacionados às recomendações emanadas do MTCGU, consolidando uma visão gerencial de todos os Relatórios recebidos pela UPC no exercício, bem como a forma de acompanhamento destas recomendações, destacando as recomendações que tem provocado o maior impacto na gestão da unidade.

6.1 Visão geral das recomendações do MTCGU

No exercício de 2019 foram recebidos pela UPC um Relatório de Auditoria do MTCGU, culminando em doze recomendações à UPC que já foram respondidas. No entanto, nenhuma delas foi monitorada pelo MTCGU, conforme tabela a seguir:

| Relatório/Notas de Auditoria | Quantidade | Tipo | Atendimento |
|--|------------|--------------|----------------|
| 201702578 – Avaliar a execução da política de educação a distância (EaD) | 12 | Recomendação | Não Monitorada |

Quadro 01: Visão gerencial das recomendações do MTCGU
Fonte: REITORIA

6.2 Forma de acompanhamento das deliberações do MTCGU

Ao longo do exercício de 2019, as recomendações feitas pelo MTCGU são acompanhadas na UPC pela AUDINT, Reitoria, Pró-Reitoria, Diretorias de Campi e Diretorias Sistêmicas, como auxílio do Sistema Monitor, o qual passou a ser utilizado desde 2016, possibilitando aos gestores o acesso aos relatórios com as recomendações e encaminhamento de manifestações, além de permitir o acompanhamento das análises destas manifestações pelo OCI.



7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

• Tratamento das Determinações e Recomendações do TCU

Neste tópico serão apresentados os principais números e resultados relacionados às recomendações e determinações emanadas do TCU, consolidando uma visão gerencial de todos os Acórdãos recebidos pela UPC no exercício, bem como a forma de acompanhamento destas deliberações, destacando os Acórdãos decorrentes de julgamento de contas anuais de exercícios anteriores e/ou de cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual.

• Visão geral das determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2019 foram recebidos pela UPC quatro acórdãos do TCU, culminando em quatro determinações à UPC que já foram respondidas. No entanto, nenhuma delas foi monitorada pelo TCU, conforme tabela a seguir:

| Número | Quantidade | Tipo | Atendimento |
|-----------------------|------------|--------------|----------------|
| 2579/2019 – 2ª Câmara | 1 | Determinação | Não Monitorada |
| 5923/2019 – 2ª Câmara | 1 | Determinação | Não Monitorada |
| 6403/2019 – 2ª Câmara | 1 | Determinação | Não Monitorada |
| 7671/2019 – 1ª Câmara | 1 | Determinação | Não Monitorada |

Quadro 02: Visão gerencial de determinações e recomendações do TCU
Fonte: AUDINT

• Forma de acompanhamento das deliberações do TCU

Ao longo do exercício de 2019, as deliberações feitas pelo TCU foram acompanhadas na UPC pela Diretoria Executiva/Reitoria e pela Auditoria Interna - AUDINT, por meio do registro em Planilha, com a finalidade de implementar boas práticas de controle, objetivando melhorar o gerenciamento e flexibilidade no acesso às informações dos acórdãos emanados pelo TCU.

• Forma de acompanhamento das deliberações do TCU

Os quadros a seguir apresentam determinações e recomendações de acórdãos do TCU pendentes de atendimento, cujo andamento das providências deve ser informado no relatório de gestão anual. Ocorre que o IFS já apresentou resposta nos termos dos quadros abaixo, porém, não foram monitorados pelo TCU até a presente data.

| Acórdão | Quantidade |
|-----------------------|------------|
| 3455/2014 - Plenário | 2 |
| 1006/2016 - Plenário | 1 |
| 1003/2017 - Plenário | 1 |
| 0637/2018 - Plenário | 3 |
| 0107/2015 - Plenário | 7 |
| 5923/2019 – 2ª Câmara | 1 |

Quadro 03: Acórdãos com providências informadas no Relatório de Gestão Anual
Fonte: AUDINT

| Número | Acórdão | Item | Descrição da providência | Data de entrega |
|-------------------|----------------------|-------|--|-----------------|
| TC 018.189/2014-8 | 3455/2014 - Plenário | 9.2.5 | Ofício nº 2933/2014-TCU/SERVI-AL de 13/12/2014 | 28/12/2014 |

REITORIA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEP

Realize estudos, tendo por base sua estrutura administrativa e suas atividades institucionais e associadas a si e suas unidades, com vistas a estabelecer a atuação ideal e a real necessidade de recursos humanos de sua unidade de auditoria interna para que desempenhe de forma adequada, eficiente, ágil e efetiva suas atividades.

Autorização de utilização de recursos humanos

Responde por meio de Ofício nº 0274/2015/REITORIA, em 24/03/2015:
Após estudo juntamente com a AUDINT, foi concluído o art. 1º e seus incisos e art. 3º, parágrafo único do Regimento Interno da AUDINT aprovado pela Resolução nº 2020/15/CS/IF/15 em 16/03/2015:

Art. 1º A unidade de auditoria interna do IFS compõe-se da seguinte estrutura administrativa, arrolada em seu regimento interno, conforme anexo I:
I - Chefe de Auditoria;
II - Coordenadora de Administração e Planejamento;
III - Coordenadora de Gestão das Atividades Controladas;
IV - Coordenadora de Acompanhamento dos Atos da Controlada;
V - Equipe Técnica;
VI - Equipe de Apoio.

Art. 3º A Auditoria Interna funcionará de forma presencial, com servidores atuando na Reitoria e nos campi.
Parágrafo único: É facultada a Reitoria a contratação de servidores em tempo parcial, com o objetivo de atender às necessidades de atendimento em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.

Ademais, instamos em virtude do art. 24 do Regimento Interno do IFS, aprovado pela Resolução nº 0220/15/CS/IF/15 em 16/03/2015:
Art. 24 A organização geral do Centro de Trabalho Pedagógico do Instituto Federal de Sergipe compreende:
I - Direção Geral;
II - Departamentos Administrativo e de Ensino;
III - Gerências Administrativas e de Ensino;
IV - Coordenador de Administração e de Ensino;
V - Auditor Interno, quando cabível.

Situação em 22/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão - Exercício 2019:
O Regimento Interno da AUDINT aprovado pela Resolução 2020/15/CS/IF/15 foi alterado pela Resolução 01/2019/CS/IF e referenciado pela Resolução 19/2019/CS/IF, que altera a sua natureza de sistema para centralizado. Todos os servidores em cargo de auditor foram transferidos das salas para a unidade interna da AUDINT na Reitoria, conforme parágrafo 1º do art. 24.

Situação em 22/01/2020 para fins de envio no Relatório de Gestão - Exercício 2019:
O Regimento Interno da AUDINT aprovado pela Resolução 2020/15/CS/IF foi alterado pela Resolução 01/2019/CS/IF e referenciado pela Resolução 19/2019/CS/IF, que altera a sua natureza de sistema para centralizado. Todos os servidores em cargo de auditor foram transferidos das salas para a unidade interna da AUDINT na Reitoria, conforme parágrafo 1º do art. 24.

Quadro 04: TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.5
Fonte: REITORIA

| Número | Acórdão | Item | Descrição da providência | Data de entrega |
|-------------------|----------------------|-------|--|-----------------|
| TC 018.189/2014-8 | 3455/2014 - Plenário | 9.2.6 | Ofício nº 2933/2014-TCU/SERVI-AL de 13/12/2014 | 28/12/2014 |

REITORIA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS - PROGEP

Realize estudos, tendo por base sua estrutura administrativa e suas atividades institucionais e associadas a si e suas unidades, com vistas a estabelecer a atuação ideal e a real necessidade de recursos humanos de sua unidade de auditoria interna para que desempenhe de forma adequada, eficiente, ágil e efetiva suas atividades.

Autorização de utilização de recursos humanos

Responde por meio de Ofício nº 0274/2015/REITORIA, em 24/03/2015:
Após estudo juntamente com a AUDINT, foi concluído o art. 1º e seus incisos e art. 3º, parágrafo único do Regimento Interno da AUDINT aprovado pela Resolução nº 2020/15/CS/IF/15 em 16/03/2015:

Art. 1º A unidade de auditoria interna do IFS compõe-se da seguinte estrutura administrativa, arrolada em seu regimento interno, conforme anexo I:
I - Chefe de Auditoria;
II - Coordenadora de Administração e Planejamento;
III - Coordenadora de Gestão das Atividades Controladas;
IV - Coordenadora de Acompanhamento dos Atos da Controlada;
V - Equipe Técnica;
VI - Equipe de Apoio.

Art. 3º A Auditoria Interna funcionará de forma presencial, com servidores atuando na Reitoria e nos campi.
Parágrafo único: É facultada a Reitoria a contratação de servidores em tempo parcial, com o objetivo de atender às necessidades de atendimento em relação à Reitoria, com número suficiente de servidores para atender às suas finalidades.

Ademais, instamos em virtude do art. 24 do Regimento Interno do IFS, aprovado pela Resolução nº 0220/15/CS/IF/15 em 16/03/2015:
Art. 24 A organização geral do Centro de Trabalho Pedagógico do Instituto Federal de Sergipe compreende:
I - Direção Geral;
II - Departamentos Administrativo e de Ensino;
III - Gerências Administrativas e de Ensino;
IV - Coordenador de Administração e de Ensino;
V - Auditor Interno, quando cabível.

Situação em 22/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão - Exercício 2019:
O Regimento Interno da AUDINT aprovado pela Resolução 2020/15/CS/IF foi alterado pela Resolução 01/2019/CS/IF e referenciado pela Resolução 19/2019/CS/IF, que altera a sua natureza de sistema para centralizado. Todos os servidores em cargo de auditor foram transferidos das salas para a unidade interna da AUDINT na Reitoria, conforme parágrafo 1º do art. 24.

Situação em 22/01/2020 para fins de envio no Relatório de Gestão - Exercício 2019:
O Regimento Interno da AUDINT aprovado pela Resolução 2020/15/CS/IF foi alterado pela Resolução 01/2019/CS/IF e referenciado pela Resolução 19/2019/CS/IF, que altera a sua natureza de sistema para centralizado. Todos os servidores em cargo de auditor foram transferidos das salas para a unidade interna da AUDINT na Reitoria, conforme parágrafo 1º do art. 24.

Quadro 05: TC 018.189/2014-8 – Acórdão 3455/2014 - Plenário – Item 9.2.6
Fonte: REITORIA



| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|----------------------|------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data de ciência |
| TC 024.329/2015-0 | 1006/2016 - Plenário | 9.3 | Ofício nº 0292/2016-TCU/Secex/Educação, de 17/05/2016 | 08/06/2016 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | | | |
| AUDINT/Auditoria Interna | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| Determinar as auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.512/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução-FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas. | | | | |
| Justificativa de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| Respondido por meio do Ofício nº 1053/REITORIA em 05/11/2015. Foi apresentada a manifestação da Auditoria Interna – AUDINT-IFS através do Memorando Eletrônico nº 102/2016 juntamente com o Plano Anual de Auditoria Interna – Exercício 2017 o qual informou que: “Pelo cumprimento desta determinação a Audint inseriu na sua proposta de Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o exercício 2017 (ver anexo) ação de auditoria nº 3.3 na ÁREA 03 – GESTÃO OPERACIONAL/FINALÍSTICA, com o objetivo de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, com o programa para ser executado em dezembro daquele ano, bem como após a conclusão desta ação de auditoria, os resultados apurados e as providências adotadas serão informados no Relatório de Gestão Anual do IFS.” | | | | |
| Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2017: Em atendimento a determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário a Audint inseriu no seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício de 2017, a ação nº 3.3 na ÁREA 03 – GESTÃO OPERACIONAL/FINALÍSTICA, com o objetivo de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuam no Pronatec, cuja ação foi delegada por meio do Memorando Eletrônico nº 130/2017/AUDINT, em 18/11/2017 e os trabalhos foram realizados por três auditores e perduraram até 18/12/2017, totalizando 230 horas, junto aos responsáveis pelo Pronatec em 2016, bem como à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, no intuito de verificar a existência de sobreposição de carga horária de servidores do IFS que atuaram no Programa no exercício 2016. Resulta-se que as atividades administrativas da Coordenação do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, por meio da Portaria nº 1672, de 12/07/2017. Tal Portaria também encarregou servidores para compor uma equipe responsável por executar tarefas administrativas, patrimoniais, contábeis e financeiras necessárias ao encerramento das atividades da Coordenação do Pronatec, com prazo determinado para a conclusão de todos os trabalhos, que após três prorrogações, foi estabelecido em 11/02/2018, conforme portarias nº 2753, 3008 e 3833 de 2017. Em face dos exames realizados, a equipe de auditoria concluiu que há evidências de sobreposição entre a carga horária regular de docentes do IFS e suas cargas horárias de atuação como bolsistas no âmbito do Pronatec, quando foram identificados que 7 docentes de uma amostra de 14 conflitaram suas jornadas no IFS e no Pronatec, perfazendo um total de 50%, conforme Relatório de Auditoria nº 011/2017/AUDINT finalizado em 21/12/2017 e comunicado aos interessados por meio do Memorando Eletrônico nº 149/2017. Visto que as atividades do Pronatec do IFS foram declaradas extintas a partir de 28/06/2017, data anterior à conclusão deste Relatório de Auditoria, não seria adequado recomendar o fortalecimento dos controles internos do Programa. Assim, restou à Audint recomendar a apuração dos casos de sobreposição de jornada identificados, respeitando o contraditório e a ampla defesa, e caso confirmadas as sobreposições, providenciado junto aos servidores o devido ressarcimento ao erário dos recursos percebidos indevidamente. | | | | |
| Situação em 18/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018: Em atendimento a determinação do item 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário a Audint realizou auditoria e corrigiu a informação apresentada no Relatório de gestão do exercício 2017, elaborou o Relatório de Auditoria nº 010/2017 – Carga horária dos Servidores Bolsistas do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o qual foi comunicado aos interessados por meio do Memorando Eletrônico nº 001/2018. Assim, a Audint recomendou a apuração dos casos de sobreposição de jornada identificados, respeitando o contraditório e a ampla defesa, e caso confirmadas as sobreposições, providenciado junto aos servidores o devido ressarcimento ao erário dos recursos percebidos indevidamente. | | | | |
| Em sede de monitoramento/acompanhamento do atendimento das recomendações exaradas pela Audint foi verificado no exercício de 2018 que ainda restam pendentes do atendimento, tendo em vista que ainda não foram implementadas o quanto recomendado. | | | | |
| Situação em 13/02/2020 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2019: Para atendimento a recomendação da Audint foi aberto o processo de apuração de responsabilidade e ação disciplinar nº 13066.002360/2018-74 em 04/09/2018. Foi designada a Comissão de Sindicância Acusatória conforme Portaria nº 2842, de 10 de setembro de 2018 que após a realização dos trâmites processuais e diligências proferidas, possibilitando o contraditório e a ampla defesa, concluiu em Relatório Final (fls. 207 a 300) concluindo com base nos fatos apurados pela absolvição e arquivamento do processo do servidor matrícula Sipe 3247987 e pelo ressarcimento ao erário da servidora matrícula Sipe 2696245, cujo valor apurado pela PROGEP foi de R\$ 333,52 (fl. 311) e a devolução se deu em 15/05/2019 através de GRU fls. 316. Após a identificação dos envolvidos do Relatório Final e devido ressarcimento ao erário, o processo foi devidamente arquivado 09/08/2019 (fl. 320). Foi aberto ainda o processo de apuração de responsabilidade e ação disciplinar nº 23060.002361/2018-19 em 04/09/2018. Foi designada a Comissão de Sindicância Acusatória conforme Portaria nº 2836, de 19 de setembro de 2018, prorrogada pela Portaria nº 3.211, de 22 de outubro de 2018, com a composição alterada pela Portaria nº 3.254 de 26 de outubro de 2018, que após a realização dos trâmites processuais e diligências proferidas, possibilitando o contraditório e a ampla defesa, concluiu em Relatório Final (fls. 543 a 546) pelo arquivamento do processo. Uma vez | | | | |
| que os elementos colhidos não permitiram revelar a autoria das irregularidades”, Ato contínuo a autoridade máxima acatou o relatório da comissão e determinou o arquivamento do processo (fl.551). | | | | |

Quadro 06: 024.329/2015-0 – Acórdão 1006/2016 - Plenário – Item 9.3

Fonte: REITORIA/AUDINT

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|---|----------------------|------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data de ciência |
| TC 032.863/2012-8 | 1003/2017 - Plenário | 9,7 | Ofício nº 0475/2017-TCU/SECEx-RI, de 01/06/2017 | 14/06/2017 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | | | |
| REITORIA | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| Determinar aos órgãos que contrataram a SIG Software e Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda., mediante inexigibilidade, de licitação que incluam, no próximo relatório de gestão, avaliação da legalidade da respectiva contratação. | | | | |
| Justificativa de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| Situação em 22/01/2018 para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido através do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 27/2018 - DTI - REI (11.02.32) (identificador: 201863090) MEMORANDO ELETRÔNICO RESPONDIDO Nº 2 /2018 - GOVTI - REI (11.02.32.02) (identificador: 201863087) em 17/01/2018 Determinação/Recomendação não aplicável ao IFS atualmente, uma vez que o Contrato IFS nº 08/2016 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe - IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas foi celebrado fruto da adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão SRP nº 03/2013 promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, LANCE 158147, conforme autos do processo administrativo instruído sob nº 23290.000908/2016-76. Contudo, identificamos que o Contrato IFS nº 26/2012 que teve vigência de 19/11/2012 a 19/09/2016 foi celebrado por inexigibilidade (art. 25 da Lei 8.666/93, conforme fundamentação legal consultada através do Parecer/AGU/DF/PR/IFS nº 10/2012 que tratou da análise da contratação de licenciamento e da prestação de serviços técnicos para a implantação dos Sistemas Integrados de Gestão SIG-UFRN – Inexigibilidade de licitação à época acostada aos autos do processo administrativo IFS nº 23060.001637/2011-75. | | | | |
| Situação em 16/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2018: O Contrato nº 08/2016, atualmente encontra-se com Termo Aditivo nº 02/2018, com vigência de 25/05/2016 a 25/05/2019. Data assinatura do Termo Aditivo: 04/05/2016- Pregão 03/2016 – Processo: 23290.000908/2016-76. Objeto: O objeto desta contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos na área de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à atualização e evolução dos sistemas integrados de Gestão SIG no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sergipe - IFS que correspondem aos sistemas: SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas e SIGAdmin – Sistema de Administração dos Sistemas. Situação em 29/01/2020 para fins de envio no Relatório de Gestão – Exercício 2019 - Envio pela Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI O Contrato nº 08/2016, atualmente encontra-se renovado por 12 meses para cobertura do ano de 2020, não se aplicando a recomendação, uma vez que tal contrato adtem do Pregão 03/2016 – Processo: 23290.000908/2016-76 do próprio Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Sergipe, onde estão previstos os dispositivos legais para o procedimento supracitado. | | | | |

Quadro 07: TC 032.863/2012-8 – Acórdão 1003/2017 - Plenário – Item 9.7

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|---------------------|---------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data de ciência |
| TC 032.724/2017-9 | 637/2018 - Plenário | 1.8.1.1 | Ofício nº 0249/2018-TCU/SECEx-SE, de 05/01/2018 | 25/05/2018 |
| Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação | | | | |
| REITORIA (DIPOP) | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| 1.8. Medicas: 1.8.1, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, levar ao conhecimento do IFS os seguintes fatos noticiados ao TCU para a apuração de possíveis irregularidades e decorrentes prejuízos causados ao erário federal, bem como para a adoção das demais providências de sua alçada com vista a eventuais responsabilizações e reparação dos cofres do IFS, com cópia para a Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe (CGU/SE) (emitar cópia do documento de peça 3 junto aos arquivos de comunicação dos fatos); 1.8.1.1. Indícios de irregularidade relativo à aplicação de multa pelo Emurb ao IFS, no valor de R\$ 145.722,63, em face do início de obra sem licença, conforme auto de infração à peça 3, p. 4; | | | | |
| Justificativa de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| Situação em 24/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria por e-mail em 25/01/2019. Foi aberto o processo administrativo de nº 23060.001036/2016-77 e encaminhado à Diretoria de Obras e Planejamento – DIPOP para apuração dos fatos; Esta informou que fora protocolado na EMURB em 19/07/2018, sob o número 4093/2018. Ofício nº 0681/2018/Reitoria/IFS com o recurso administrativo contra a aplicação de multa em razão do início da obra sem a emissão de licença (avala de construção). Em consulta realizada no respectivo órgão (telefone) o processo encontra-se para análise no setor jurídico, porém, sem qualquer prazo definido para emissão de parecer. | | | | |
| Situação em 29/01/2020 Respondido pela Diretoria de Obras – DIPOP - Foi aberto o Processo Administrativo nº 23060.001036/2016-77, encaminhado à Diretoria de Obras e Planejamento – DIPOP - para apuração dos fatos. Esta Diretoria informou que fora protocolado na EMURB em 19/07/2018, sob o número 4093/2018. Ofício nº 681/2018/Reitoria/IFS com o recurso administrativo contra a aplicação de multa em razão da obra ter iniciado sem a emissão de licença (avala de construção). Em consulta realizada ao respectivo órgão, constatou-se que o processo encontra-se na Coordenadoria Jurídica desde 03/10/2019, aguardando emissão de parecer. | | | | |

Quadro 08: TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.1

Fonte: REITORIA



Outras informações relevantes

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|---------------------|---------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 032.724/2017-9 | 637/2018 - Plenário | 1.8.1.2 | Ofício nº 0249/2018-TCU/SECEX-SE, de 05/01/2018 | 25/05/2018 |
| Órgão/entidade/unidade-destinataria da determinação/recomendação | | | | |
| REITORIA (PROGEP e PROAD) | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| <p>1.8. Medidas:</p> <p>1.8.1, com fulcro no art. 106, § 3º, inciso I, da Resolução TCU 259/2014, levar ao conhecimento do IFS os seguintes fatos noticiados ao TCU para a apuração de possíveis irregularidades e decorrentes prejuízos causados ao erário federal, bem como para a adoção das demais providências de sua alçada com vista a eventuais responsabilizações e reparação dos cofres do IFS, com cópia para a Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe (CRU/SE) (enviar cópia do documento de peça 3 junto aos escritórios de comunicação dos fatos);</p> <p>1.8.1.2, suposto recebimento de forma indevida pelo servidor Pablo Gleydson de Sousa, CPF 012.443.204-20, por projetos elaborados para a licitação tratada no processo 23090.002432/2013-79, que teve como objeto a execução de serviços de construção dos prédios administrativos, de biblioteca e auditório do campus de Aracaju, uma vez que o referido servidor estaria exercendo a função de diretor de obras e teria recebido da Instituição por esses projetos;</p> | | | | |
| Situação de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| <p>Situação em 24/01/2019 para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria por e-mail em 25/01/2019; Foi aberto o processo administrativo de nº 23060.001154/2018-47 para apuração dos fatos e encaminhado à PROGEP e posteriormente à PROAD que procederam as diligências comprobatórias necessárias à instrução processual. Empêo, foi emitido despacho da Pró-Reitoria com parecer conclusivo informando da inexistência de quaisquer pagamentos estranhos às contraprestações pecuniárias devidas ao servidor, a título de remuneração e decorrentes de sua colaboração nos programas mantidos pelo servidor (grifo nosso). O processo será encaminhado à Auditoria Interna para conhecimento, bem como ao TCU para ciência de todo o seu conteúdo.</p> <p>Situação em 31/01/2020 - O processo foi encaminhado à Auditoria Interna para conhecimento e para a CPAD para análise sobre a necessidade de instauração de procedimento administrativo de apuração dos fatos, a qual conduziu pela inadmissibilidade de instauração de Processo disciplinar, sugerindo o arquivamento dos autos. Por fim, cópia do processo foi remetida ao TCU para ciência de todo o seu conteúdo e para a adoção das providências que entendesse cabíveis. Em consulta ao Portal TCU, verificamos que o processo foi dado como encerrado, tendo como motivo: "Cumprimento do objeto", o que se pode verificar no Despacho de Encerramento anexado nos autos em 16/01/2019.</p> | | | | |

Quadro 09: TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.1.2

Fonte: REITORIA

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|---|---------------------|-------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 032.724/2017-9 | 637/2018 - Plenário | 1.8.2 | Ofício nº 0240/2018-TCU/SECEX-SE, de 05/01/2018 | 25/05/2018 |
| Órgão/entidade/unidade-destinataria da determinação/recomendação | | | | |
| REITORIA (PRODIN) | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| <p>1.8. Medidas:</p> <p>1.8.2, com fulcro no art. 106, § 5º, da Resolução TCU 259/2014, solicitar ao IFS que, no próximo relatório de gestão que for encaminhado a este Tribunal, traga registros analíticos das providências adotadas em relação à apuração dos fatos e indícios de irregularidades levados ao seu conhecimento, bem como das demais providências de sua alçada com vista a eventual responsabilização e reparação dos cofres do IFS;</p> | | | | |
| Situação de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| <p>Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondida pela Diretoria Executiva da Reitoria por e-mail em 25/01/2019; Foram feitos os devidos registros no relatório de gestão conforme recomendação do TCU.</p> <p>Situação em 24/01/2020 - Foram feitos os registros analíticos das providências adotadas em relação à apuração dos fatos e indícios de irregularidades noticiados no presente acórdão, sendo registrado, inclusive que, em consulta ao Portal TCU, verificamos que o processo foi dado como encerrado, tendo como motivo: "Cumprimento do objeto", o que se pode verificar no Despacho de Encerramento anexado nos autos em 16/01/2019.</p> | | | | |

Quadro 10: TC 032.724/2017-9 – Acórdão 637/2018 - Plenário – Item 1.8.2

Fonte: REITORIA

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|------------------------------|-------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 020.808/2014-3 | Acórdão 0107/2015 - Plenário | 9.1.1 | Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015 | 30/01/2015 |
| Órgão/entidade/unidade-destinataria da determinação/recomendação | | | | |
| PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| <p>9.1, recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas: (item 9.1.1) adoção, pela alta administração, de mecanismos para garantir a identificação das diretrizes aplicáveis à área de gestão de pessoas e o monitoramento do cumprimento daquelas tidas como prioritárias;</p> | | | | |
| Situação de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| <p>O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015: Aperfeiçoamento do PDA com metas direcionadas para as diretrizes aplicáveis à Gestão de Pessoas. Monitoramento do PDA, junto ao GEPLANES. Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão:</p> <p>Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019. Com relação aos itens 9.1.1 e 9.1.2 foi realizado um aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento anual (PDA) 2015 conforme pode ser visualizado no link: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/2015/plano_de_desenvolvimento_anual_2015_-_final.pdf. No referido ano foi lançado as informações do PDA 2015 no sistema Geplanes podendo ser acessado pelo endereço na internet: https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/index através do login: cidadão e senha: 123456.</p> <p>Situação em 29/01/2020 - Respondido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP - O Instituto Federal de Sergipe, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), realiza o monitoramento contínuo das diretrizes em sua área, informamos que diariamente é realizado monitoramento de novas instruções normativas no diário oficial da união, acompanhamento do boletim de pessoal do Tribunal de Contas da União, boletim de jurisprudência do STJ e STF.</p> <p>Ademais, informamos que foi levado em consideração as diretrizes para elaboração dos documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDJ 2020-2024 disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2020/CS_31_-_Aprova_o_Plano_de_Desenvolvimento_Institucional_-_FDI_2020-2024.pdf; Instrução normativa sobre licença-capacitação no âmbito do IFS, Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) em observância ao Decreto 9.991/2019 e Instrução normativa sobre licença saúde dos servidores do IFS.</p> <p>Além do monitoramento da PROGEP, a Auditoria Interna disponibiliza mensalmente o boletim "auditoria compartilhada" - com informações sobre Normativas, Informativos, Capacitações e Julgados publicados no mês - divulgado para todos servidores por meio de e-mail funcional.</p> | | | | |

Quadro 11: TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.1

Fonte: REITORIA

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|------------------------------|-------|---|-----------------|
| Processo | Acórdão | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 020.808/2014-3 | Acórdão 0107/2015 - Plenário | 9.1.2 | Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015 | 30/01/2015 |
| Órgão/entidade/unidade-destinataria da determinação/recomendação | | | | |
| PROGEP – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| <p>9.1, recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas: (item 9.1.2) adoção de mecanismos efetivos para assegurar a definição e execução de ações corretivas quando ocorrerem problemas na execução dos planos de ação;</p> | | | | |
| Situação de não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| <p>O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015: Alimentação periódica do GEPLANES indicando a execução do PDA. Aperfeiçoamento do GEPLANES e RAES identificando os problemas na execução do PDA com adoção de postura proativa visando à correção de rumos.</p> <p>Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progep em 30/01/2019. Com relação aos itens 9.1.1 e 9.1.2 foi realizado um aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento anual (PDA) 2015 conforme pode ser visualizado no link: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/2015/plano_de_desenvolvimento_anual_2015_-_final.pdf. No referido ano foi lançado as informações do PDA 2015 no sistema Geplanes podendo ser acessado pelo endereço na internet: https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/index através do login: cidadão e senha: 123456.</p> <p>Situação em 29/01/2020 - Respondido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP - O Plano de ação 2020 foi elaborado com cooperação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e é sempre discutido com os Chefes dos departamentos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas com a finalidade de alinhar a execução e, caso haja algum problema, seja realizada a correção.</p> | | | | |

Quadro 12: TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.2

Fonte: REITORIA



| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|---------------------------------|-------|--|-----------------|
| Processo | Ação | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3 | Acórdão 0107/2015 - Plenário | 9.1.2 | Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015 | 30/01/2015 |
| Órgão emite a subunidade descritora da determinação/recomendação | | | | |
| PROGEP - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| 9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas: (Item 9.1.2) adoção de mecanismos efetivos para assegurar a definição e execução de ações corretivas quando ocorrerem problemas na execução dos planos de ação; | | | | |
| Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015: Atualização periódica do plano de desenvolvimento anual (PDA). Aperfeiçoamento do GEPLANES e RAES identificando os problemas na execução do PDA com adoção de postura proativa visando à correção de rumos. Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progop em 30/01/2019; Com relação aos itens 9.1.1 e 9.1.2 foi realizado um aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento anual (PDA) 2015 conforme pode ser visualizado no link: http://www.ifs.edu.br/prodin/images/2015/plano_de_desenvolvimento_anual_2015_-_final.pdf No referido ano foi lançado as informações do PDA 2015 no sistema Geplanes podendo ser acessado pelo endereço na internet: https://geplanes.ifs.edu.br/geplanes_bsc/sgm/index através do login: cidade e senha: 123456. Situação em 29/01/2020: Respondido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP - O Plano de ação 2020 foi elaborado com cooperação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e sempre discutido com os Chefes dos departamentos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas com a finalidade de alinhar a execução e, caso haja algum problema, seja realizada a correção. | | | | |

Quadro 13: TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.2
Fonte: REITORIA

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|---|---------------------------------|-------|--|-----------------|
| Processo | Ação | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3 | Acórdão 0107/2015 - Plenário | 9.1.3 | Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015 | 30/01/2015 |
| Órgão emite a subunidade descritora da determinação/recomendação | | | | |
| PROGEP - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| 9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas: (Item 9.1.3) elaboração de plano que assegure a definição de objetivos, indicadores e metas para todas as funções estratégicas desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progop), com vistas a maximizar a contribuição da área de pessoal para a consecução da estratégia organizacional; | | | | |
| Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015: Re alinhamento do PDI, PDA e relatório da CPA de modo a atender a todas as funções estratégicas da gestão de pessoas, a saber: recrutamento e seleção; desenvolvimento; avaliação de desempenho; retenção; planejamento da força de trabalho e gestão do clima. Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progop em 30/01/2019; Com relação ao item 9.1.3 foi realizado em 2015 uma revisão do PDI 2014-2019 no qual buscou o alinhamento estratégico entre o PDI, PDA e relatório da CPA. Situação em 29/01/2020: Respondido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP - Informamos que foi realizado o estudo e contribuição da PROGEP para elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024, passando pela elaboração do perfil de servidor, professor ou técnico-administrativo, até a fixação dos desafios e ações futuras na área de gestão de pessoas. O PDI está disponível em: http://www.ifs.edu.br/images/prodin/2019/CS_31_-_Aprva_o_Plano_de_Developmento_Institucional_-_PDI_2020-2024.pdf . | | | | |

Quadro 14: TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.3
Fonte: REITORIA

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|---------------------------------|-------|--|-----------------|
| Processo | Ação | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3 | Acórdão 0107/2015 - Plenário | 9.1.4 | Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015 | 30/01/2015 |
| Órgão emite a subunidade descritora da determinação/recomendação | | | | |
| PROGEP - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| 9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas: (Item 9.1.4) realização de mapeamento de competências profissionais e gerenciais e adoção de medidas que garantam a oferta de ações contínuas do desenvolvimento de gestores e sucessores, alinhadas com as lacunas identificadas; | | | | |
| Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015: Revisão do formulário de recadastramento anual para servir como um instrumento de mapeamento de competências profissionais e gerenciais. Disponibilização digital do formulário e tabulação dos dados coletados. Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progop em 30/01/2019; Com relação aos itens 9.1.4 e 9.1.5 foi criado o banco de talentos no sistema SIGRH conforme visto no link: http://www.ifs.edu.br/comunicados/4022-banco-de-talento-do-ifs-reune-habilidades-e-competencias-dos-servidores-e-do-guia-de-acesso : http://www.ifs.edu.br/images/1Fotos/2016/7_-_Julho/Guia_-_Banco_de_Talento.pdf como ferramenta para mapeamento de competências e profissionais e gerenciais. Situação em 29/01/2020: Respondido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP - Informamos que existe no sistema de gestão de pessoas - SIGRH a ferramenta de banco de talentos com objetivo de mapear as competências profissionais e gerenciais; disponível em http://www.ifs.edu.br/comunicados/4022-banco-de-talento-do-ifs-reune-habilidades-e-competencias-dos-servidores-e-do-guia-de-acesso : http://www.ifs.edu.br/images/1Fotos/2016/7_-_Julho/Guia_-_Banco_de_Talento.pdf . | | | | |

Quadro 15: TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.4
Fonte: REITORIA

| Caracterização de determinação/recomendação do TCU | | | | |
|--|---------------------------------|-------|--|-----------------|
| Processo | Ação | Item | Comunicação expedida | Data da ciência |
| TC 016.258/2014-2 Apensado ao TC 020.808/2014-3 | Acórdão 0107/2015 - Plenário | 9.1.5 | Ofício nº 0026/2015/TCU/SECEX-AL, de 30/01/2015 | 30/01/2015 |
| Órgão emite a subunidade descritora da determinação/recomendação | | | | |
| PROGEP - PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS | | | | |
| Descrição da determinação/recomendação | | | | |
| 9.1. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, com base no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência da implementação das seguintes medidas: (Item 9.1.5) criação de banco de talentos que facilite a identificação de candidatos ao exercício de cargos em comissão de natureza gerencial; | | | | |
| Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas | | | | |
| O IFS apresentou resposta via Ofício nº 0306/2015/Reitoria, em 07/04/2015: Construção de currículo em banco de dados institucional com uso de dados do sistema SIGRH. Situação atual para fins de envio no Relatório de Gestão: Respondido pela Diretoria Executiva da Reitoria encaminhando e-mail da Progop em 30/01/2019; Com relação aos itens 9.1.4 e 9.1.5 foi criado o banco de talentos no sistema SIGRH conforme visto no link: http://www.ifs.edu.br/comunicados/4022-banco-de-talento-do-ifs-reune-habilidades-e-competencias-dos-servidores-e-do-guia-de-acesso : http://www.ifs.edu.br/images/1Fotos/2016/7_-_Julho/Guia_-_Banco_de_Talento.pdf como ferramenta para mapeamento de competências e profissionais e gerenciais. Situação em 29/01/2020: Respondido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEP - Informamos que existe no sistema de gestão de pessoas - SIGRH a ferramenta de banco de talentos com objetivo de mapear as competências profissionais e gerenciais; disponível em http://www.ifs.edu.br/comunicados/4022-banco-de-talento-do-ifs-reune-habilidades-e-competencias-dos-servidores-e-do-guia-de-acesso : http://www.ifs.edu.br/images/1Fotos/2016/7_-_Julho/Guia_-_Banco_de_Talento.pdf . | | | | |

Quadro 16: TC 020.808/2014-3 – Acórdão 0107/2015 – Plenário – Item 9.1.5
Fonte: REITORIA

8. Análise dos Indicadores Administrativos

Em 2019, os Gastos Totais do Instituto Federal de Sergipe foram de aproximadamente R\$ 267,4 mi e, em termos reais, superaram em apenas 0,4% os gastos da instituição em 2018. Dessa forma, a relativa estagnação deste indicador interrompe uma trajetória de crescimento médio de 6,0% a. a. observada nos 4 anos anteriores.

A tabela 1 mostra os valores reais correspondentes aos tipos de gastos realizados pelo Instituto Federal de Sergipe do ano 2017 ao ano 2019, além dos indicadores de desempenho administrativo, calculados de acordo com a orientação prevista no Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT (BRASIL, 2016, p. 21-23).

Os valores estão expressos em termos reais (constantes). Desse modo, consideram a inflação e permitem a comparação de valores entre os anos. A descrição das variáveis utilizadas no cálculo dos indicadores está apresentada no primeiro quadro, localizado no anexo, juntamente com a tabela contendo os valores correntes (sem atualização monetária) obtidos no Tesouro Gerencial.

Tabela 02 – Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2015-2019), em valores constantes (R\$ dez./2019)

| Indicador | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | % (19/18) | % a.a. (15-19) |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-----------|----------------|
| Gasto Corrente por Aluno (GCA) | R\$ 11.781,63 | R\$ 17.309,24 | R\$ 18.879,62 | R\$ 20.200,14 | R\$ 20.388,53 | 0,9% | 3,9% |
| Total de Gastos da Instituição | R\$ 223.529.564 | R\$ 235.278.152 | R\$ 257.482.650 | R\$ 266.494.672 | R\$ 267.430.554 | 0,4% | 1,9% |
| 1. Total de Gastos Correntes (GASTOT) | R\$ 183.224.673 | R\$ 193.361.497 | R\$ 213.226.413 | R\$ 220.928.982 | R\$ 220.879.180 | 0,0% | 1,8% |
| 2. Gastos com Investimentos (inv) | R\$ 4.181.492 | R\$ 5.205.652 | R\$ 2.981.506 | R\$ 2.364.418 | R\$ 529.828 | -77,6% | -57,8% |
| 3. Gastos com Precatórios (pre) | R\$ 1.037.651 | R\$ 1.091.925 | R\$ 1.537.334 | R\$ 2.075.054 | R\$ 2.126.240 | 2,5% | 17,6% |
| 4. Gastos com Inativos (ina) | R\$ 26.781.463 | R\$ 27.240.819 | R\$ 30.733.651 | R\$ 31.821.484 | R\$ 34.213.286 | 7,5% | 5,5% |
| 5. Gastos com Pensionistas (pen) | R\$ 8.304.285 | R\$ 8.378.259 | R\$ 8.983.547 | R\$ 9.304.735 | R\$ 9.682.019 | 4,1% | 3,8% |
| 6. Apoio à Form. Prof. e Tecn. (20RW) | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | - | - |
| % Gasto com Pessoal (GCP) | 82,21% | 81,02% | 84,57% | 84,31% | 85,08% | - | - |
| Gastos com Pessoal (GASPES) | R\$ 183.771.858 | R\$ 190.619.305 | R\$ 217.745.475 | R\$ 224.669.823 | R\$ 227.541.531 | 1,3% | 2,2% |
| % Gasto com Outros Custeios (GOC) | 11,89% | 11,93% | 9,69% | 13,70% | 13,70% | - | - |
| Total Gastos com Custeio (TOTCUS) | R\$ 33.576.213 | R\$ 39.432.995 | R\$ 36.733.670 | R\$ 39.460.430 | R\$ 39.339.193 | -0,3% | 3,5% |
| Gastos com Outros Custeios (GASOUC) | R\$ 26.569.539 | R\$ 28.078.739 | R\$ 24.937.568 | R\$ 36.520.847 | R\$ 36.649.682 | 0,4% | 21,7% |
| Gastos com Benefícios (ben) | R\$ 8.980.044 | R\$ 11.355.399 | R\$ 11.806.743 | R\$ 2.895.268 | R\$ 2.698.550 | -6,8% | -52,2% |
| Gastos com PASEP (pasep) | R\$ 26.630 | R\$ 18.836 | R\$ 11.339 | R\$ 44.313 | R\$ 10.963 | -75,3% | -1,8% |
| % Gasto com Investimentos (GCI) | 1,87% | 2,21% | 1,16% | 0,89% | 0,20% | - | - |
| Gastos com Investimentos (GASINV) | R\$ 4.181.492 | R\$ 5.205.652 | R\$ 2.981.506 | R\$ 2.364.418 | R\$ 529.828 | -77,6% | -57,8% |
| Matrículas Equivalentes: | 14.335 | 11.171 | 11.294 | 10.937 | 10.833 | -0,9% | -2,1% |

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), * Plataforma Nilo Peçanha, para as matrículas equivalentes em 2017, 2018 e 2019; * Procuradoria Educacional Institucional (PEI / PROEN / IFS) para as matrículas atendidas em 2015 e 2016; e, IBGE (IPCA - Índice, base = 1993).

* Economista (NAEC / PRODN)



No exercício de 2019, o Total de Gastos da Instituição cresceu 0,4% em relação ao exercício anterior, fechando o ano em R\$ 267,4 mi. O Total de Gastos Correntes da Instituição (GASTOT), que exclui os dispêndios associados a investimentos, precatórios, inativos, pensionistas e ao apoio à formação profissional e tecnológica, foi de R\$ 220,9 milhões e permaneceu praticamente estável entre 2018 e 2019 (-0,02%). Este resultado interrompe a trajetória de crescimento observada nos anos anteriores.

9. Gasto Corrente Por Matrícula (GCM)

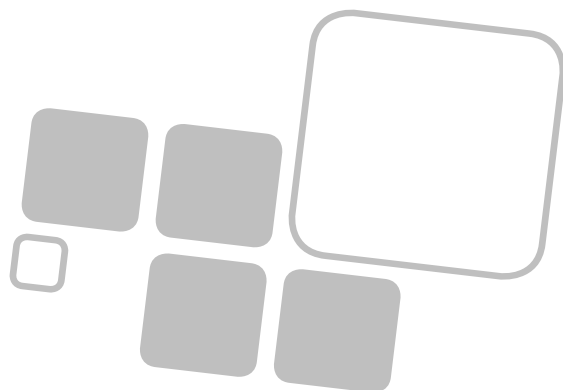
O Gasto Corrente por Matrícula (GCM) indica o valor médio investido para cada matrícula equivalente na Instituição. É um aprimoramento do antigo indicador de Gasto Corrente por Aluno (GCA), que buscava medir o custo médio de cada aluno da instituição. Este último era calculado por meio da divisão entre o Total de Gastos Correntes e o número de alunos. Até 2016, o número de alunos era representado pelo conceito de “Matrículas Atendidas”, entendido como “todas as matrículas que estiveram em curso por pelo menos um dia no período analisado”. Nesse sentido, em 2015 e 2016, o CGM foi calculado de maneira equivalente ao CGA:

$$\text{Gasto Corrente por Aluno (GCA): } GCA = \frac{\text{Total de Gastos Correntes (GASTOT)}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100$$

De 2017 em diante, houve uma mudança metodológica em relação à representação do número de alunos, sendo introduzido o conceito de “Matrícula Equivalente”, que pode ser definido como a matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência, ponderada pelos fatores de equiparação de carga horária, de esforço de curso e de nível de curso. Dessa forma, nos anos 2017, 2018 e 2019, em vez do Gasto Corrente por Aluno (CGA) foi calculado o Gasto Corrente por Matrícula (GCM), do seguinte modo:

$$\text{Gasto Corrente por Matrícula (GCM): } GCM = \frac{\text{Total de Gastos Correntes (GASTOT)}}{\text{Matrículas Equivalentes}} \times 100$$

Os resultados deste indicador estão apresentados no gráfico 02. Considerando toda a série (2015-2019), observa-se uma elevação contínua no Gasto Corrente por Matrícula, embora esse incremento tenha sido cada vez menor a partir de 2017, ano em que foi incorporada a mudança metodológica mencionada acima. No exercício 2019, o CGM subiu 0,9% em relação ao exercício anterior, estabelecendo-se em R\$ 20.388,53 por ano ou R\$ 1.699,04 por mês.



¹ Brasil, 2016. Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT, p. 21.

² Diferentemente das versões anteriores, a PNP 2020 (Ano Base 2019) não apresentou o número de Matrículas Equivalentes de forma explícita. Diante disso, para 2019, o valor desta variável foi encontrado indiretamente, através da aplicação de seu conceito, por meio da divisão entre os valores apresentados na Plataforma referentes aos Gastos Correntes (R\$ 225.101.060,37) e ao Gasto Corrente por Matrícula (R\$ 20.778,24). Como resultado, foi obtido o número de 10.833,50 matrículas equivalentes. Cabe ressaltar que, uma vez que decorre de aplicação imediata de sua fórmula matemática, este resultado independe das considerações metodológicas abordadas no final deste texto.

³ Moraes *et al*, 2018. Plataforma Nílo Peçanha: guia de referência metodológica, p. 80.



Isto equivale a uma diferença anual de R\$ 188,39 ou de R\$ 15,70 por mês, a qual, diante da pequena redução do total de gastos correntes, decorre integralmente da ligeira redução das matrículas equivalentes (-0,9%).

Em outras palavras, caso o IFS tivesse mantido o número de matrículas de 2018, o GCM em 2019 teria sido 0,9% menor do que efetivamente foi obtido (R\$ 20.195,59). Financeiramente, portanto, a redução das matrículas tornou cada uma delas R\$ 192,94 mais cara em termos anuais ou R\$ 16,08 mais dispendiosa em termos mensais.

Gráfico 02 - Gasto Corrente por Matrícula (GCM) – R\$ dez/2019 - IFS



Fonte: Tesouro Gerencial - (orçamento), Plataforma Nilo Peçanha (matrículas equivalentes em 2017, 2018 e 2019); Procuradoria Educacional Institucional (PEI / PROEN / IFS) – (matrículas atendidas em 2015 e 2016); e IBGE (IPCA – Índice, base = 1993); Valores monetários em R\$ de dez/2019.

Assim, os resultados deste indicador e das variáveis que o compõem sugerem que houve êxito em estabilizar os gastos correntes da instituição ao longo deste último exercício, tenha sido observado um comprometimento do benefício social da Instituição por conta da redução da quantidade de matrículas atendidas. Esta perda de eficiência, no entanto, foi significativamente menor do que a que vinha sendo observada ao longo dos últimos anos.

10. Gasto Com Pessoal (GCP), Gasto com Outros Custeios (GOC) e Gasto com Investimentos (GCI)

O gráfico 03 apresenta os resultados de três indicadores administrativos do Instituto Federal de Sergipe entre os exercícios 2015 e 2019: Gasto com Pessoal (GCP), Gasto com Outros Custeios (GOC) e Gasto com Investimentos (GCI).

Gráfico 03 - Gasto com Pessoal (GCP), Gasto com Outros Custeios (GOC) e Gasto com Investimentos (GCI) - IFS



Fonte: Tesouro Gerencial

10.1 Gasto Com Pessoal (GCP)

O Gasto com Pessoal (GCP) mede os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição e é calculado da seguinte forma:

Gráfico 03 - Gasto com Pessoal (GCP), Gasto com Outros Custeios (GOC) e Gasto com Investimentos (GCI) - IFS

$$\text{Gasto com Pessoal (GCP): } GCP = \frac{\text{Gastos com Pessoal (GASPES)}}{\text{Total de Gastos da Instituição (TOTGAS)}} \times 100$$

O Gasto com Pessoal correspondeu a 85,1% do total de gastos da Instituição, totalizando R\$ 227.542 mi em 2019. Foi, portanto, 1,3% superior a 2018 e, proporcionalmente, apresentou o maior patamar do recorte temporal analisado (2015-2019).

Em 2019, 92,7% dessas despesas foi concentrada em três Naturezas de Despesa (ND):

- i) Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil (R\$ 148,6 mi ou 65,3%);
- ii) Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar (R\$ 34,2 mi ou 15,0%);
- iii) Obrigações Patronais - Op. Intra-Orçamentárias (R\$ 28,0 mi ou 12,3%).



Apesar de representar a rubrica relativamente mais importante em termos do total de gastos, a representatividade da ND descrita no item (i) em relação ao total de gastos com pessoal foi, em 2019, inferior à média dos quatro exercícios anteriores: 65,3% em 2019 ante uma média de 65,9% entre 2015 e 2018. As despesas dessa ND se referem à remuneração dos servidores ativos do Instituto. Em termos proporcionais, além de inferiores à média dos anos anteriores, essas despesas encerraram 2019 no menor nível da série.

No caso das Obrigações Patronais (item iii), observa-se o mesmo comportamento. Isto é, uma importância relativa em 2019 (12,3% dos Gastos com Pessoal) inferior à representatividade média da mesma ND nos quatro anos anteriores (13,0%). Todavia, observa-se um comportamento oposto dos gastos com a ND descrita no item (ii), no sentido de que os gastos com aposentadorias representaram 15,0% das despesas com pessoal em 2019, superior à proporção média desses gastos observada nos quatro exercícios anteriores, de 14,3% dos gastos com pessoal. Dessa forma, analisando exclusivamente o comportamento das Naturezas de Despesas que compõem os gastos com pessoal, o aumento relativo observado no referido indicador (GCP) pode ser explicado pela elevação dos gastos com aposentadorias em 2019, proporcionalmente superior à média observada nos anos anteriores da série.

10.2 Gasto com Outros Custeios (GOC)

O Gasto com Outros Custeios (GOC) mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição. Este indicador é calculado da seguinte forma:

$$\text{Gastos com Outros Custeios (GOC): } GOC = \frac{\text{GASOUC}}{\text{TOTGAS}} \times 100,$$

onde GASOUC = Total de gastos com custeio da Instituição deduzindo benefícios e PASEP.

O Gasto com Outros Custeios em 2019 representou 13,7% do total de despesas. Em termos absolutos, esses gastos somaram R\$ 36,6 mi. São despesas ligadas às ações de funcionamento da instituição, assistência estudantil e capacitação de servidores.

Mais especificamente, 74,6% desses dispêndios se concentram em quatro Naturezas de Despesa (ND): Locação de Mão-de-Obra (R\$ 10,7 mi ou 29,1%), Auxílio Alimentação (R\$ 6,3 mi ou 17,1%), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (R\$ 5,4 mi ou 14,6%) e Auxílio Financeiro a Estudantes (R\$ 5,0 mi ou 13,7%). Embora tenham apresentado a maior proporção desde 2015 (13,7% do gasto total), essas despesas permaneceram praticamente constantes em relação ao último ano.

10.3 Gasto com Investimento (GCI)

O Gasto com Investimento (GCI) mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição. É calculado do seguinte modo:

$$\text{Gastos com Investimentos (GCI): } GCI = \frac{\text{Gastos com Investimentos (GASINV)}}{\text{Total de Gastos da Instituição (TOTGAS)}} \times 100$$

Por sua vez, o Gasto com Investimento atingiu 0,2% do total de gastos em 2019, menor valor observado dentre os cinco últimos exercícios financeiros. Em termos absolutos, o Gasto com Investimentos recuou 77,6% em relação a 2018 e fechou o exercício 2019 em R\$ 529.828,22. Em termos reais, este montante é quase 7 vezes menor que a média dos quatro anos anteriores.

Das despesas liquidadas com investimentos, R\$ 154.698 (29,2%) se referem a Despesas de Exercícios Anteriores. O restante se concentrou em duas Naturezas de Despesa (ND): "Equipamentos e Material Permanente" (38,5%), constituídos de gastos com material permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e com mobiliário em geral; e "Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ" (31,9%).

11. Considerações Finais

Em suma, a análise dos indicadores administrativos permite concluir que:

- i) Houve uma estabilização dos gastos correntes da instituição ao longo deste último exercício, refletido na manutenção do indicador de Gasto com Outros Custeios (GOC) em relação ao ano anterior, embora em nível ainda mais elevado que a média histórica da série;
- ii) O Gasto com Investimento (GCI) apresentou uma redução significativa, representado no menor valor observado para este indicador dentre os anos da série analisada;
- iii) O Gasto com Pessoal (GCP) aumentou em relação ao último exercício e está no patamar mais elevado dos últimos cinco anos. Esse aumento pode ser explicado pela elevação em 2019, dos gastos associados ao pagamento de aposentadorias, incomum em relação à média dos anos anteriores;
- iv) Houve um pequeno aumento do Gasto Corrente por Matrícula (GCM), decorrente da redução do número de matrículas atendidas, que embora não tenha sido grande, foi suficiente para suplantar a queda das despesas correntes. Contudo, esta perda de eficiência foi significativamente menor do que a que vinha sendo observada ao longo dos últimos anos.



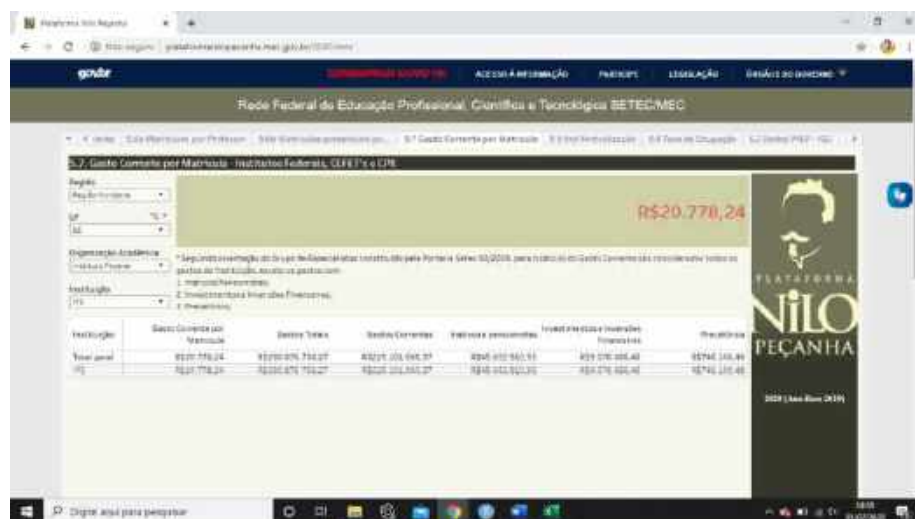
12. Nota Metodológica

Foram identificadas divergências entre os valores dos gastos orçamentários elencados na seção “5.7 Gasto Corrente por Matrícula” da PNP 2020 (Ano Base 2019) e os valores aqui utilizados para o cálculo dos índices. Podem ser citados como exemplos dessa divergência o valor dos Gastos Totais do Instituto Federal de Sergipe em 2019, que segundo a PNP 2020 foi de R\$ 280.876.758,27 enquanto o valor dos Gastos Totais liquidados do IFS, extraído diretamente do Tesouro Gerencial, foi de R\$ 267.430.554,21. Outro exemplo são os Gastos Correntes em 2019, que segundo a PNP 2020 foi de R\$ 225.101.060,37, o que diverge do valor extraído do Tesouro Gerencial, de R\$ 220.879.180,40.

Essas divergências afetam diretamente os indicadores analisados, a exemplo do Gasto Corrente por Matrícula (GCM). De acordo com a PNP 2020, o valor deste indicador para o IFS em 2019 foi de R\$ 20.778,24, maior que o calculado nesta análise, R\$ 20.338,53.

Optamos por considerar os valores extraídos diretamente, uma vez que verificamos que todo o processo de extração e cálculo seguiu corretamente as recomendações descritas no próprio Guia de Referência Metodológica da Plataforma Nilo Peçanha (MORAES, 2018), no Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (BRASIL, 2016), e no Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário.

Figura 1 - Valores apresentados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2020)



13. Referências

Quadro A1 – Descrição das variáveis utilizadas no cálculo dos indicadores

| Variável | Descrição |
|---|--|
| Gasto Total da Instituição (GASTOT) | Gasto Total da Instituição, deduzindo pessoal inativo e pensionistas, precatórios, gastos com investimentos e ação 20RW Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. GASTOT = TOTGAS - inv - pre - ina - pen - 20RW |
| Total de Gastos da Instituição (TOTGAS) | Total de gastos da Instituição |
| Gastos com Investimentos (inv) | Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos. |
| Gastos com Precatórios (pre) | Todos os gastos associados às naturezas de despesa 319091 - Sentenças Judiciais e 339091 - Sentenças Judiciais. |
| Gastos com Inativos (ina) | Todos os gastos associados à natureza de despesa 319001 - Aposent RPPS, Reser Remuner e Refor Militar. |
| Gastos com Pensionistas (pen) | Todos os gastos associados à natureza de despesa 319003 - Pensões do RPPS e do Militar. |
| Gastos com Apoio à Formação Profissional e Tecnológica (20RW) Matrículas Atendidas | Todos os gastos associados à Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica. Todas as matrículas que estiveram "em curso" por pelo menos um dia no período analisado. |
| Gastos com Pessoal (GASPES) | Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais. |
| Gastos com Outros Custeios (GASOUC) | Total de Gasto com Outros Custeios da Instituição, deduzindo benefícios e PASEP. GASOUC = TOTCUS - ben - pasesp |
| Total de Gastos com Custeio (TOTCUS) | Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 3 - Outras Despesas Correntes. |
| Gastos com Benefícios (ben) | Todos os gastos associados às ações 00M1, 2004, 2010, 2011 e 2012. |
| Gastos com PASEP (pasesp) | Todos os gastos associados à natureza de despesa 339147 - Obrig Tribut e Contrib-ão Intra-Orçamentarias. |
| Gastos com Investimentos (GASINV) | Todos os gastos associados ao Grupo de despesa 4 - Investimentos. |

Fonte: Tesouro Gerencial; Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT

Quadro A2 - Estrutura dos Indicadores

$$\text{Gasto Corrente por Aluno (GCA): } GCA = \frac{\text{GASTOT}}{\text{Matriculas Atendidas}} \times 100$$

$$\text{Gasto com Pessoal (GCP): } GCP = \frac{\text{GASPES}}{\text{TOTGAS}} \times 100$$

$$\text{Gastos com Outros Custeios (GOC): } GOC = \frac{\text{GASOUC}}{\text{TOTGAS}} \times 100$$

$$\text{Gastos com Investimentos (GCI): } GCI = \frac{\text{GASINV}}{\text{TOTGAS}} \times 100$$

Fonte: Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de EPCT

Tabela A1 - Indicadores de Desempenho Administrativo e seus componentes de cálculo (2015-2019), em valores correntes.

| Indicador | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Gasto Corrente por Aluno (GCA) | R\$ 10.794,61 | R\$ 15.537,56 | R\$ 17.446,71 | R\$ 19.366,21 | R\$ 20.388,53 |
| Total de Gastos da Instituição | R\$ 188.779.913 | R\$ 211.196.442 | R\$ 237.940.639 | R\$ 255.492.767 | R\$ 267.430.554 |
| 1. Total de Gastos Correntes (GASTOT) | R\$ 154.740.774 | R\$ 173.570.134 | R\$ 197.043.208 | R\$ 211.808.200 | R\$ 220.879.180 |
| 2. Gastos com Investimentos (inv) | R\$ 3.551.442 | R\$ 4.672.832 | R\$ 2.755.219 | R\$ 2.266.806 | R\$ 529.828 |
| 3. Gastos com Precatórios (pre) | R\$ 876.339 | R\$ 980.161 | R\$ 1.420.840 | R\$ 1.989.388 | R\$ 2.126.240 |
| 4. Gastos com Inativos (inv) | R\$ 22.618.047 | R\$ 24.452.606 | R\$ 28.419.547 | R\$ 30.507.773 | R\$ 34.213.286 |
| 5. Gastos com Pensionistas (pen) | R\$ 7.013.310 | R\$ 7.520.709 | R\$ 8.301.725 | R\$ 8.920.601 | R\$ 9.682.019 |
| 6. Apoio à Form. Prof. e Tecn. (20RW) | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| % Gasto com Pessoal (GCP) | 82,21% | 81,01% | 84,57% | 84,31% | 85,08% |
| Gastos com Pessoal (GASPES) | R\$ 155.202.895 | R\$ 171.108.796 | R\$ 201.219.288 | R\$ 215.394.606 | R\$ 227.541.531 |
| % Gasto com Outros Custeios (GOC) | 11,89% | 11,83% | 9,69% | 13,70% | 13,70% |
| Total Gastos com Custeios (TOICUS) | R\$ 30.045.576 | R\$ 35.414.814 | R\$ 33.966.032 | R\$ 37.831.355 | R\$ 39.359.195 |
| Gastos com Outros Custeios (GASOUC) | R\$ 22.439.069 | R\$ 25.204.762 | R\$ 23.044.886 | R\$ 35.013.128 | R\$ 38.649.682 |
| Gastos com Benefícios (ben) | R\$ 7.584.017 | R\$ 10.193.126 | R\$ 10.910.649 | R\$ 2.775.741 | R\$ 2.698.530 |
| Gastos com PASEP (pasep) | R\$ 22.490 | R\$ 16.926 | R\$ 10.497 | R\$ 42.485 | R\$ 10.963 |
| % Gasto com Investimentos (GCI) | 1,87% | 2,21% | 1,16% | 0,89% | 0,20% |
| Gastos com Investimentos (GASINV) | R\$ 3.551.442 | R\$ 4.672.832 | R\$ 2.755.219 | R\$ 2.266.806 | R\$ 529.828 |
| Matriculas Equivalentes * | 14.335 | 11.171 | 11.294 | 10.937 | 10.833 |

Fonte: Tesouro Gerencial (orçamento), * Plataforma Nilo Peçanha, para as matrículas equivalentes em 2017, 2018 e 2019; * Procuradoria Educacional Institucional (PEI / PROEN / IFS), para as matrículas atendidas em 2015 e 2016.

14. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

Quanto aos indicadores de Gestão, estipulados pelo Acórdão nº 2.267/2005/TCU, são apresentados a seguir os resultados obtidos pelo IFS, bem como a análise da medição de seu desempenho, ocorrendo a divisão em indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas.

Resultado dos indicadores acadêmicos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

| Indicadores | Fórmula de Cálculo | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 |
|--|---|--------|--------|--------|--------|
| Relação Candidato/Vaga | $RCV = \frac{\text{Candidato}}{\text{Vaga}}$ | 6,32 | 5,06 | 3,50 | 10,71 |
| Relação Ingresso/Aluno | $RIM = \frac{\text{Nº de Ingressos}}{\text{Matriculas Atendidas}} \times 100$ | 34,79% | 34,69% | 26,24% | 24,80% |
| Relação Concluinte/Aluno | $RCAM = \frac{\text{Nº Concluintes}}{\text{Matriculas Atendidas}} \times 100$ | 7,65% | 15,69% | 23,53% | 4,47% |
| Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes | $EAC = \frac{\sum \text{concluintes}}{\sum \text{matriculas/fluxo}} \times 100$ | 39,2% | 45% | 37,2% | 30,78% |
| Índice de Retenção do Fluxo Escolar | $RFE = \frac{\text{Nº de alunos matriculados}}{\text{Matriculas Atendidas}} \times 100$ | 18,48% | 11,11% | 5,9% | 39,49% |
| Relação de Alunos Docentes Em Tempo Integral | $RAP = \frac{\text{Nº de alunos graduandos}}{\text{Nº de docentes equivalentes}}$ | 22,75 | 22,49 | 22,88 | 22,88 |

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

15. Análise dos Indicadores de ensino e coleta de dados conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Para análise e interpretação dos indicadores de Ensino seguiram-se as orientações da Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de consultas específicas ao ambiente virtual, denominado Plataforma Nilo Peçanha, de tratamento e validação dos dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC, tendo como objetivo cumprir a determinação do Tribunal de Contas da União - TCU, que exige a padronização na forma de cálculo e de obtenção dos dados.

As informações foram coletadas previamente no mês de março de 2020 pela PNP, instituída pela Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018, e SISTEC, fonte oficial para coleta de dados para cálculo da matriz orçamentária. Os dados são extraídos pela SISTEC e disponibilizados aos campi para qualificação, para que este relatório possa ser o mais fidedigno possível.

a) Relação Candidato/ Vaga (RCV)

De acordo com o Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, este indicador mede a consonância entre oferta de vagas em relação à procura do público.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação de Candidatos por Vaga} = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para Ingresso}} = \frac{22.327}{3.538} = 6,31$$

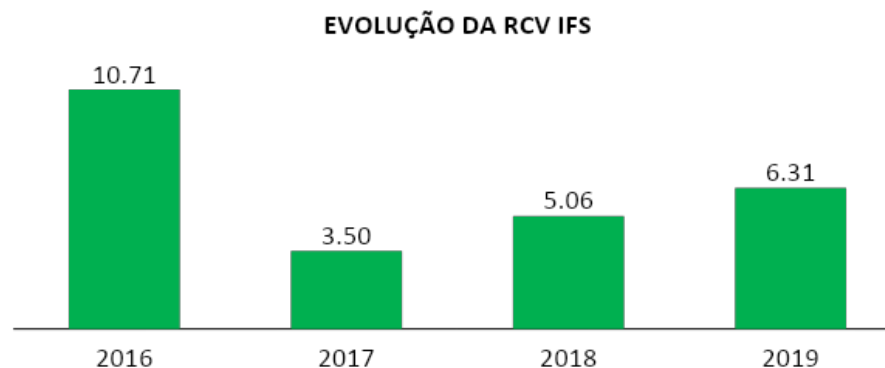
DEFINIÇÕES:

Inscritos: Número de inscrições para vagas ofertadas, por quaisquer formas de ingresso (SISU, vestibular, processo seletivo,...) por curso e campus.

Vagas Ofertadas: Número de vagas ofertadas, por curso e campus dentro do período em análise por meio de vestibular, processo seletivo e outras formas de ingresso.

Análise: Em 2019 foram realizadas 22.327 inscrições de candidatos para 3.538 vagas ofertadas, o que equivaleu a uma relação candidato/vaga de 6,31. Este dado apresentou variação positiva em relação a 2018, permite sinalizar a alta procura em alguns cursos, inclusive em nível nacional, nos últimos anos. Nesse sentido, vale ressaltar o empenho institucional no que diz respeito ao crescimento no resultado do indicador RCV, com a ampliação das ofertas em novos cursos e o aumento em mais de 3000 (três mil) novos inscritos.

Gráfico 04: Evolução da Relação Candidato/Vaga



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

b) Relação Ingresso/ Matrículas Atendidas (RIM)

Este indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente. Analisa também a capacidade da oferta de vagas da Instituição.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação de Ingressos por Matrícula Atendida} = \frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100 = \frac{3.161}{9.086} \times 100 = 34,79\%$$

DEFINIÇÕES:

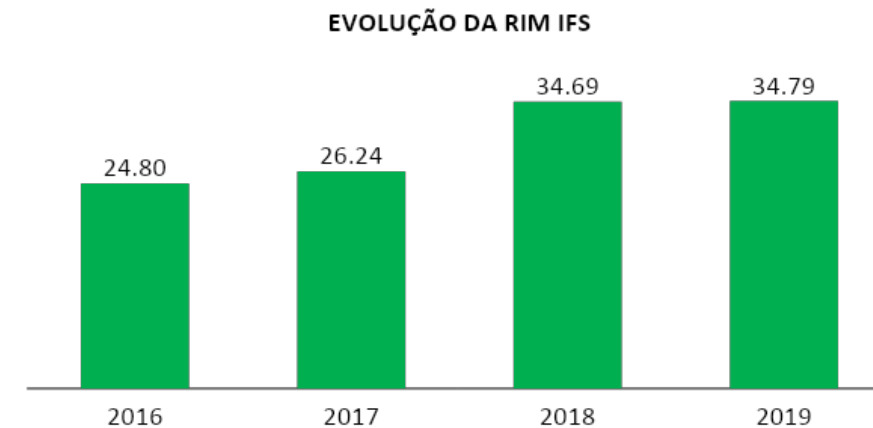
Ingressantes: Total de alunos ingressantes (novas matrículas), por quaisquer formas de ingresso (SISU, vestibular, processo seletivo,...), nos meses de referência do intervalo de análise.

Matrículas atendidas: Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

Na figura abaixo, percebe-se que, apesar do problema observado no registro dos inscritos em processo seletivo por análise de histórico, houve um aumento da RIM em relação a 2016 e 2017, significando uma maior procura pelos cursos do IFS, em virtude da reestruturação dos trabalhos de divulgação dos processos seletivos através das redes sociais, digitais, TV, rádio, etc.

Análise: No exercício 2019 o IFS realizou um total de 9.086 matrículas, sendo registrados 3.161 novos ingressantes, o equivalente a 34,79%. Os dados referentes a Relação Ingressos por Matrículas Atendidas (RIM) apresentou uma variação bem pequena em relação a 2018. Esse resultado sinaliza o preenchimento de vagas ofertadas, decorrente do planejamento institucional dos cursos ofertados e da captação de estudante com os editais de transferência e reingresso.

Gráfico 05: Relação Ingresso/ Aluno Matriculado



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

c) Relação Concluintes / Aluno Matriculado (RCM)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito escolar, quantifica a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação de Concluintes por Matrícula Atendida} = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100 = \frac{695}{9.086} \times 100 = 7,65\%$$

DEFINIÇÕES:

Concluintes: Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Matrículas atendidas: Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

Análise: Com um total de 695 alunos concluintes para 9.086 alunos matriculados, o RCM apresentou resultado de 7,65% em 2019. O índice apresentou uma redução em relação a 2018. Essa redução foi em virtude do aumento da retenção escolar onde provoca uma queda no número de concluintes. Por outro lado o IFS vem trabalhando no aprimoramento dos seus projetos de curso, indicando que há ações que visam mitigar esses problemas.

Gráfico 06: Relação Concluintes/ Aluno Matriculado (RCM)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

d) Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes (EAC)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (concluído, evadido, desligado, transferido externo).

$$\text{Eficiência Acadêmica de Concluintes} = \frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}} \times 100 = \frac{695}{1772} \times 100 = 39,2\%$$

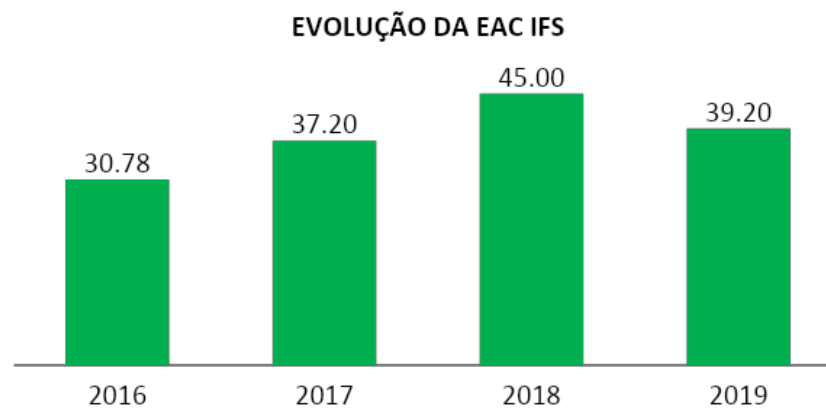
DEFINIÇÕES:

Concluintes: Estudantes que concluíram o curso com êxito e estão aptos a colar grau.

Finalizados: Referem-se às matrículas que foram finalizadas, independentemente do êxito ou não do aluno. Ou seja, o aluno pode ter se transferido, desligando-se, concluído ou evadido.

Análise: Em 2019, 39,2% dos alunos alcançaram êxito, ou seja, 1.362 alunos concluíram seus cursos no IFS, tendo ocorrido a finalização de 1.772 matrículas. O dado carece de uma análise mais aprofundada, haja vista os resultados da Relação Concluinte/aluno matriculado (RCM) e do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE). Nesse contexto, ressalta-se a necessidade da consolidação do Programa Permanência e Êxito na instituição.

Gráfico 7: Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

e) Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice de Retenção do Fluxo Escolar} = \frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}} \times 100 = \frac{1679}{9086} \times 100 = 18,48\%$$

DEFINIÇÕES:

Retidos: Número de alunos que permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso.

Matrículas atendidas: Número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independente da situação atual da matrícula.

Análise: Em 2019 ficaram retidos 1.679 alunos em seus cursos, o que representou 18,48% das matrículas realizadas. Houve um aumento no Índice de Retenção do Fluxo Escolar em relação ao ano anterior, o indicador, que é o total de retidos ao final do ciclo, está acima da média nacional de 14,4%. Vale destacar o esforço institucional para diminuir a retenção e melhorar o êxito dos estudantes a partir do trabalho de reorganização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), o qual vem sendo reformulado no sentido de melhorar o índice de permanência e êxito dos estudantes

Gráfico 08: Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

f) Relação de Alunos por Professor (RAP)

Este indicador mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação de Alunos por Docente} = \frac{\text{Aluno-Equivalente}}{\text{Docentes Equivalentes}} = \frac{11.148,50}{490} = 22,75$$

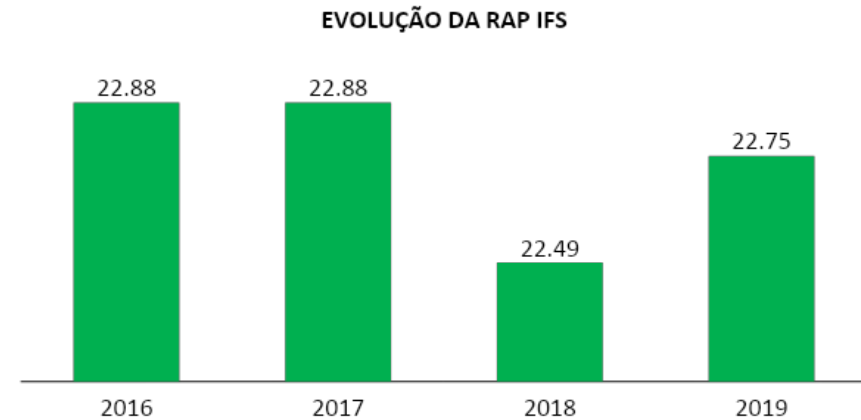
DEFINIÇÕES:

Aluno-Equivalente: Aluno matriculado em um determinado curso, ponderado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária e pelo Fator de Esforço de Curso.

Docentes Equivalentes: Professores da Carreira do Magistério ou de EBTT. Para todos os professores efetivos ou temporários, considerar como 1,0 (um) se for contratado em regime de 40 horas ou de Dedicção Exclusiva; e como 0,5 (meio) se for contratado em regime de 20 (vinte) horas.

Análise: Com 11.148,50 matrículas-equivalentes e 490 docentes equivalentes, o RAP apresentou o índice de 22,75. Apesar da pequena oscilação em relação ao ano anterior, este resultado é considerado adequado, pois se encontra acima da meta estabelecida no termo de acordo de metas e compromisso, que é de 20 alunos para um professor, cumprindo seu papel social e ofertando uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Gráfico 09: Relação de Alunos /Docente em Tempo Integral (RAP)



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2020)

16. Resultado do indicador de gestão de pessoas do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Índice de Titulação do Corpo Docente - TCD - Mede o índice de atualização do corpo docente.

Índice de Titulação do Corpo Docente

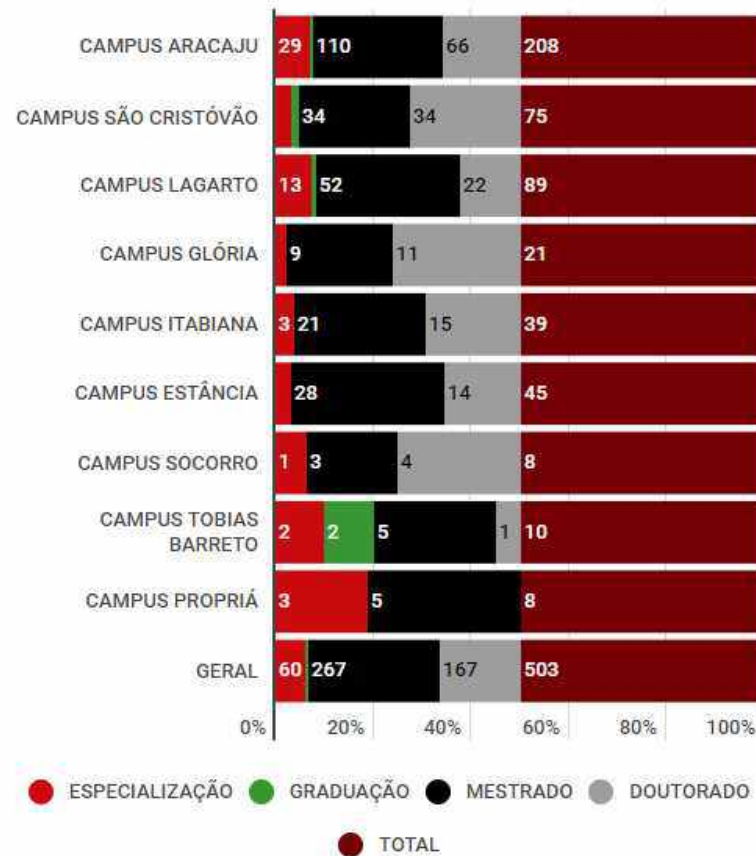


Gráfico 38 - Índice de Titulação do Corpo Docente
Fonte: Progep/IFS

O índice obtido aponta que a média de titulação do corpo docente do IFS é de 4,16, considerando que não há docentes com o grau de aperfeiçoamento. Assim, visando incrementar a titulação e a qualificação do corpo docente para, dessa forma, elevar o padrão de qualidade dos cursos ofertados e implantar grupos de pesquisa tecnológica, o Instituto tem buscando valorizar, nos concursos públicos para provimento de cargos docentes, os títulos de mestre e doutor, ao mesmo tempo em que implementou política de estímulo à participação dos docentes em programas de mestrado e doutorado.

Além disso, para que a totalidade dos docentes eleve a titulação num curto espaço de tempo, o Instituto vem estabelecendo tratativas com instituições para implementação de programas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional, respectivamente MINTER e DINTER.

Índice de Titulação do Corpo Docente entre 2015 a 2019

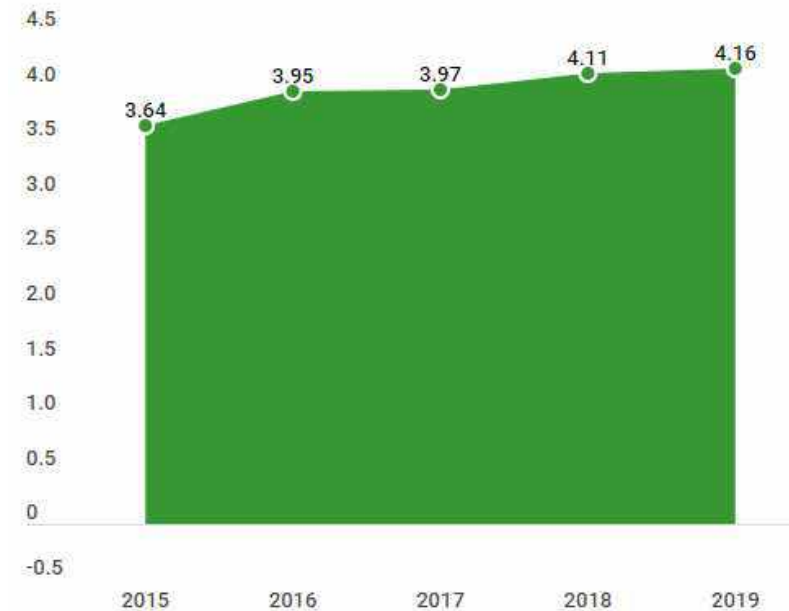


Gráfico 39 - Índice de Titulação do Corpo Docente entre 2015 e 2019
Fonte: Progep/IFS

O índice de titulação do corpo docente tem aumentado nos últimos anos desde 2015.

CRÉDITOS

Reitora

Ruth Sales Gama de Andrade

PORTARIA Nº3797/2019, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

Presidente da Comissão: Paulo Rege Santos Matos

PRODIN: Ider de Santana Santos, Michel Barbosa de Oliveira, Maria Alvina de Araújo Gomes Juciana Karla Melo Lima, Wesley Oliveira Santos, Rodrigo Melo Gois, João Paulo do Nascimento Lisboa

PROPEX: Chirlaine Cristine Gonçalves, João Bosco Alves de Azevedo Junior

PROAD: Ailton Ribeiro de Oliveira, Eduardo Carpejani, Matheus Vasconcelos Luz, Celso Tavares dos Santos

PROGEP: José Espínola da Silva Júnior, Paulo Durval Barreto de Araújo

PROEN: Alysson Santos Barreto, Gildevana Ferreira da Silva, Rafaely Karolynne do Nascimento Campos, Elza Ferreira Santos

DGB: Kelly Cristina Barbosa

DIAE: Irineia Rosado Nascimento, Antonia Fernanda Silva dos Santos

DTI: Ricardo Ariel Correa Rabelo, Manuela Iris dos Santos

CPAD: Cleveland dos Santos, Necessio Adriano Santos

OUVIDORIA: Diego Rodrigues da Silva

DELIC: Carla Patrícia de Araújo Carvalho, Ancilla Míriam Carvalho Moura, Andreia dos Santos Almeida

Gabinete da reitoria: Marta Barbosa Ferreira, Aline Resende Dantas

CPA: Leopoldo Ramos de Oliveira

AUDINT: Giulliano Santana Silva do Amaral, Helanne Cristianne da Cunha Pontes, Rosangela de Moraes Estevam, William de Jesus Santos, Raquel da Silva Oliveira Estácio, Ivan Carlos de Souza

COLABORAÇÃO

Direção Geral dos campi do IFS

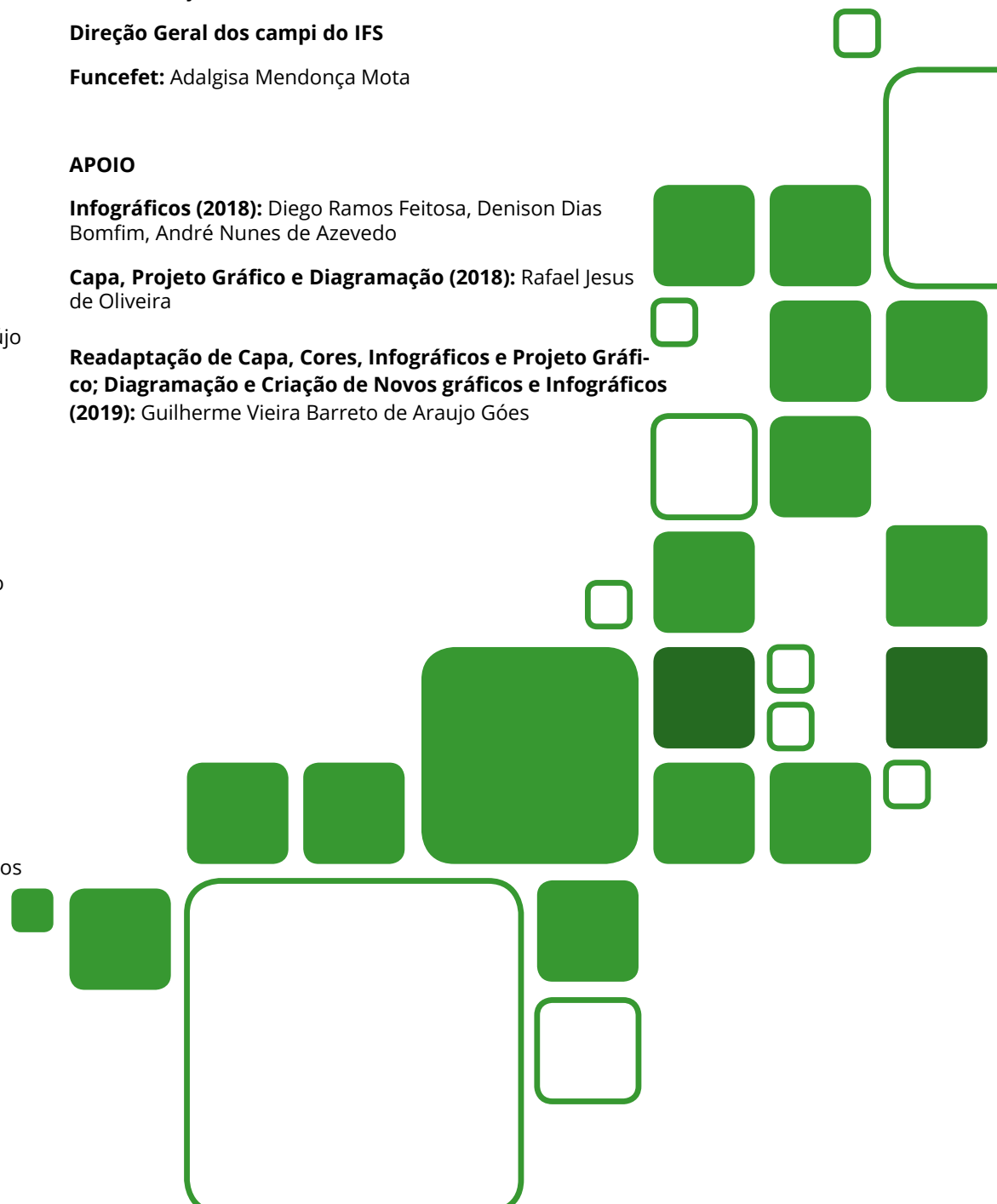
Funcefet: Adalgisa Mendonça Mota

APOIO

Infográficos (2018): Diego Ramos Feitosa, Denison Dias Bomfim, André Nunes de Azevedo

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação (2018): Rafael Jesus de Oliveira

Readaptação de Capa, Cores, Infográficos e Projeto Gráfico; Diagramação e Criação de Novos gráficos e Infográficos (2019): Guilherme Vieira Barreto de Araujo Góes



Para mais informações, entre em contato conosco
através de nossos canais:



IFS - Instituto Federal de Sergipe



IFSergipe



ifsergipe_oficial



www.ifs.edu.br/contato



(79)3711-1400



Av. Jorge Amado, 1551 - Jardim
Aracaju - SE, 49025-330



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe